

ANTÓNIO CABANAS

VALE DA SENHORA DA PÓVOA E A SUA ROMARIA



ANTÓNIO CABANAS

VALE DA
SENHORA DA PÓVOA
E A SUA ROMARIA

FICHA TÉCNICA

TÍTULO	VALE DA SENHORA DA PÓVOA E A SUA ROMARIA
AUTOR	António Cabanas
REVISÃO DE TEXTOS	Joaquim Nabais
FOTOGRAFIA	António Nabais
DESIGN	Vítor Gil
CAPA	Foto de Joaquim Nabais
IMPRESSÃO	Multitema
DEPÓSITO LEGAL	409144/16
TIRAGEM	1000 exemplares
	2016
	kabanasa@sapo.pt
	968 492 522

Nota do Presidente da Câmara Municipal
de Penamacor

O que os livros têm de extraordinário é o seu poder transmissor de conhecimento e a sua capacidade de resistir ao tempo, apesar da fragilidade da matéria de que são feitos. Eu creio que isso se deve ao respeito e veneração que inspiram na generalidade das pessoas, o que faz com que a destruição de um livro carregue um sentimento de pecado e, civicamente, seja considerado um ato bárbaro. Isto é verdade sobretudo para livros do género monográfico, como este, que espelham a história de um lugar e a vida das suas gentes. E é mais verdade, ainda, quando falamos de pequenos lugares e de pequenas comunidades que as circunstâncias parecem atirar inexoravelmente para a margem da história.

Para o povo do Vale da Senhora da Póvoa, não tenho dúvida, este é um livro abençoado, porque não só vem meter travão na voracidade do tempo e do esquecimento, como ilumina o passado de uma terra que, afinal, se revela tão antigo quanto rico em acontecimentos e personalidades.

Falando de personalidades, é indesmentível que o Vale as teve, e de grande mérito, e delas fala também o livro. Mas o que perpassa numa leitura atenta é a presença de todo um povo, seja no corpo dos voluntários anónimos que é possível vislumbrar nos trabalhos das grandes obras da aldeia, seja nos que abrem mão de um pedaço de terra para a comunidade, seja em todos aqueles que ao longo dos séculos serviram nos grémios e irmandades que pautaram a vida coletiva. Para além do mais, é bem verdade que este livro se constitui, de hoje para futuro, como um forte elo de ligação de todos os conterrâneos com a sua freguesia.

Por tudo isto, enquanto Presidente da Câmara, não posso estar mais de acordo com o mérito da obra, que merece toda a nossa admiração e apoio. Estão de parabéns o Vale da Senhora da Póvoa, o autor e toda a comunidade concelhia.



António Luís Beites Soares

Nota Prévia

Quando em finais de 2005 regressei às minhas origens, a este Vale da Senhora da Póvoa, longe de mim estava a ideia de alguma vez vir a ser presidente da Junta de Freguesia. O meu regresso estava vocacionado para uma vida tranquila, vivida à minha maneira, desfrutando de tudo o que aqui há de bom.

Assim o não quis o destino. Em finais de 2009, deixei-me empurrar para os meandros da política e, apesar de todas as adversidades, fui eleito presidente da Junta nas eleições autárquicas desse ano, cargo que ocupo até aos dias de hoje sem qualquer arrependimento, pelo simples facto de gostar da minha terra e da sua gente.

Algum tempo depois de ter chegado à Junta constatei que para além de todas as obras feitas e a fazer, havia uma que se tornava necessária, uma obra escrita sobre a nossa Freguesia, porque o pouco que se encontra escrito sobre a mesma está disperso, pelo que se torna confuso. Daí o sentimento da necessidade de uma só obra que condensasse tudo aquilo que se pudesse saber acerca da Freguesia de Vale da Senhora da Póvoa, outrora Vale de Lobo; daí o ter crescido em mim o desejo de que se escrevesse este livro para melhor conhecimento da terra de todos nós, indo, para tanto, até onde fosse possível investigar.

Lancei este desafio aos companheiros do Executivo, Sebastião Reis e Joaquim Capelo, que com toda a frontalidade o aceitaram e comigo o abraçaram.

Falámos com alguns autores que em nossa modesta opinião seriam capazes de transformar este sonho em realidade e o escolhido foi o Dr. António Cabanas, pois, para além do mérito que lhe é reconhecido, é um amigo do Vale e das suas gentes. De imediato aceitou o desafio, meteu mãos à obra e não mais parou até à sua conclusão.

Hoje podemos afirmar que desenvolveu um trabalho de pesquisa até à exaustão, revelando grande competência e notável empenho, cujo resultado final é esta magnífica obra sobre o Vale da Senhora da Póvoa.

Sem menosprezo de obras de outra natureza, a Junta de Freguesia entendeu esta como prioritária, pois ela fará para sempre parte da história da nossa terra. Perpetuá-la é um dever nosso, porque através dela valorizamos esta aldeia e as suas gentes, mas também o concelho de Penamacor e ainda todo o território onde se insere.

Este livro é indispensável a qualquer conterrâneo que aprecie e queira manter uma boa ligação com a sua freguesia, porque ao longo destas páginas deliciamos os sentidos ao percorrermos caminhos e visitarmos lugares ainda bem presentes na memória de cada um; como é indispensável a qualquer pessoa amiga do Vale que aprecie uma boa leitura e goste de perpetuar tudo aquilo que o Vale foi e é hoje, designadamente através da Romaria de Nossa Senhora da Póvoa.

Quero por isso enaltecer o empenho e a competência do Dr. António Cabanas, que no decurso deste trabalho demonstrou verdadeiro profissionalismo, e agradecer igualmente a todos quantos tornaram esta obra possível, através dos seus depoimentos, do acesso a espólios familiares e outros, da recolha de imagens, etc., sem os quais este livro não teria sido possível, como o autor, em lugar próprio, refere.

É uma honra para mim fazer parte do grupo de amigos do Dr. António Cabanas, um homem com um coração do tamanho do mundo, que escreve com amor e paixão nestas páginas transformadas em livro.

António Reis,

Presidente da Junta de Freguesia do Vale da Senhora da Póvoa

Agradecimentos

Há cerca de dois anos o Presidente da Junta do Vale da Senhora da Póvoa desafiou-me para escrever uma monografia sobre a sua terra. Desafio difícil, como se veio a comprovar, mas simultaneamente gratificante. Habitado a não virar as costas a tarefas difíceis e menos ainda aos amigos, não pude deixar de aceitar.

É certo que haveria naturais ou descendentes do Vale mais conhecedores e, por isso, mais capazes de levar a tarefa a bom porto, mas também é verdade que o facto de não ser natural desta aldeia me dava o indispensável distanciamento afetivo e maior isenção e objetividade. Foi esse um dos argumentos invocados por António Reis, a que eu juntei a grande paixão pela história e pela cultura regionais, que me levaram a aceitar o repto. Tanto mais que o santuário e a romaria da Senhora da Póvoa, com as lembranças de criança bem vivas na memória - a viagem de burro, as almôndegas de bacalhau e a tasca da Ti Isaura, a santinha de açúcar ao pescoço, os carrinhos de lata pintada e o realejo comprados nas tendas da bugiganga - sempre me fascinaram. Depois seria a revisitação desses felicíssimos tempos da meninice, permitindo-me, além do mais, conhecer muito boa gente do passado e da atualidade. Por tudo isso e pela confiança que em mim depositaram os membros do executivo, que assim me honraram com tão elevada consideração, fica o meu agradecimento, esperando que o resultado os não tenha desiludido.

Quando aceitei o encargo não imaginava que documentos e materiais iria encontrar na pesquisa, sobretudo da romaria, cuja grande quantidade de livros antigos da Confraria, deixados pelo falecido Padre Chorão, compensaria o reduzido número de dados sobre a história da aldeia. São merecedores do meu reconhecimento o Sr. Padre Eduardo e o Sr. Manuel Lopes, que desde logo manifestaram a maior abertura, facilitando o acesso à casa paroquial.

Num tempo em que as nossas aldeias se despovoam e o abandono se acentua, vão ressurgindo nos blogs e nas redes sociais afetuosas histórias



Santinha de açúcar.

partilhadas entre amigos e conterrâneos que resgatam memórias do passado e fazem presentes antigas tradições. Posta-se uma foto antiga, uma vivência, um baile na calçada, o roubo de uma galinha, enfim, desfia-se o rol de recordações da vida juvenil, livre e descuidada, sem amarras nem trânsito que desse cuidado aos progenitores. Além disso, há quem faça verdadeiras monografias digitais, como o Américo Valente, a quem este livro muito deve pela recolha e divulgação que tem feito da história da terra, sua cultura e vida social. Bem-haja ao Américo.

Sempre que foi necessário, encontrámos total disponibilidade e colaboração de todos os que abordámos para recolha de informação, desde os mordomos da romaria aos familiares de figuras importantes do passado. Face à ausência de arquivo local, foi assim possível aceder a documentos que contam um pouco da história da aldeia. Por vezes uma lembrança de criança, uma carta, uma nota manuscrita, um registo ou uma velha fotografia permitiram resgatar da penumbra do tempo o que a memória já esquecera. Foram muitos os que ajudaram. Agradeço, por isso, ao Dr. César da Cruz, antigo pároco, ao Doutor Juiz Pedro Lopes Dias, à D. Ermelinda Ladeira, ao Sr. José Jorge Cameira, á D. Maria do Carmo Mugeiro, às irmãs Ilda e Saudade Mendes, à D. Amélia Cameira (Melita), à D. Cláudia Pires, ao casal Joaquim e Otilia Capelo, Mordomos da Senhora da Póvoa, à professora Ester Marques e ao seu marido, ao Capitão Rapoula, ao Padre Silva, ao Sr. António Adelino, à D. Purificação, ao Sr. Joaquim Vaz, ao desenhador António Neto, ao António Cameira e a tantos outros.

Valiosa foi também a colaboração do fotógrafo António Nabais que se prontificou a desleixar a horta e a vinha em favor das fotos, como imprescindíveis foram os companheiros do costume nas minhas lides literárias, o Joaquim Nabais, na revisão do texto e o Vitor Gil na criativa maquetagem do livro.

Justo é também o agradecimento ao município que mantém a boa tradição de apoiar os bens culturais, designadamente as publicações, e reconhece sua importância para fomentar a autoestima e a consciência coletiva.

Um livro de memórias, como é suposto ser uma monografia, nunca poderia reduzir-se ao trabalho de uma única pessoa. Bem hajam todos.

ÍNDICE

13	O LUGAR	79	A ALDEIA
15	A ORIGEM DO POVOAMENTO	79	A ORIGEM
17	A LÂNCEA OPPIDANA	86	OS SÉCULOS XVIII E XIX
		88	O NOME
23	A SENHORA DA PÓVOA	90	ACESSIBILIDADE
23	UM LUGAR MÍTICO	92	A ÁGUA
24	O SAGRADO E O PROFANO	96	A ESCOLA
32	FESTA DO EMIGRANTE	99	A CANTINA
32	A ERMIDA	101	A IGREJA MATRIZ
36	O SANTUÁRIO	104	A NOVA IGREJA
38	A IMAGEM	108	REFLEXOS DA REPÚBLICA
44	OS MILAGRES E EX-VOTOS	111	O CEMITÉRIO
45	OS ÚLTIMOS DOIS SÉCULOS	113	A ELETRICIDADE
48	AS CONTAS DA CONFRARIA	115	AS ATIVIDADES ECONÓMICAS
54	OS INVENTÁRIOS	118	OUTRAS INDÚSTRIAS
59	COBRANÇAS DIFÍCEIS	120	OS SERVIÇOS
60	O EREMITÃO	126	VIDA SOCIAL
63	AS ARREMAÇÕES	126	– BAILES E TOCADORES
63	O HOSPITAL DE PENAMACOR E A SENHORA DA PÓVOA	127	– O ASSOCIATIVISMO
71	FESTA SEM ARRAIAL	128	– OS CONVÍVIOS
73	OS MORDOMOS	129	– FESTA DE SÃO TIAGO
		130	O PATRIMÓNIO
		130	– ALAMEDA DOS BALCÕES
		131	– CRUZEIRO DOS CENTENÁRIOS
		131	– FONTENÁRIOS
		134	– CASAS NA RUA DIREITA
		135	– EDIFÍCIOS ESCOLARES
		135	– BUSTOS DA FAMÍLIA LOPES DIAS

143 FIGURAS ILUSTRES

- 144** JOSÉ LOPES DIAS, PROFESSOR
147 JAIME LOPES DIAS
150 JOSÉ LOPES DIAS, MÉDICO
152 ANTÓNIO LOPES DIAS (GUITARRISTA)
156 PADRE FRANCISCO DOMINGOS CHORÃO
157 EDUARDO ADELINO
158 JOSÉ MARIA LADEIRA, PROFESSOR
159 TENENTE JOSÉ PIRES CAMEIRA
161 PRESIDENTES DA JUNTA DO PÓS 25 DE ABRIL
161 ANTÓNIO PIRES CARRILHO (1976 – 2002)
165 JOAQUIM MARTINS (2002 – 2009)
165 ANTONIO REIS BOGAS (2009 –)

169 FACTOS E CURIOSIDADES

- 169** A FOLIA DO ESPÍRITO SANTO
170 A ALDEIA MAIS PORTUGUESA
170 O LAZARETO
172 O ESTRUME DAS RUAS
173 O CICLONE
173 UM LAGAR SEM ÁGUA
175 JUSTIÇA PRÓXIMA DO CIDADÃO
176 FINTAS – UM IMPOSTO LOCAL
178 UM DOMINGO SEM MISSA
178 O ROUBO DA SANTINHA
179 FAMÍLIA SILVA – A MESTRIA DA PEDRA
181 UMA PROMESSA NA MÚSICA
181 A ARTE NAS MÃOS
183 UM CRUZEIRO PARA ESQUECER
186 OS MITOS DA SERRA D’OPA

191 ANEXOS

LISTA DE PRESIDENTES DE JUNTA,
PÁROCOS, PROFESSORES
E REGEDORES

193 LISTA DE SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS
ALGUMAS OBRAS DO MÉDICO
JOSÉ LOPES DIAS

200 TEMAS GRAVADOS POR ANTÓNIO
LOPES DIAS

201 CANCIONEIRO

203 BIBLIOGRAFIA



O Lugar

O sítio é acolhedor, abrigado dos ventos frios do planalto, soalheiro, como por cá se diz dos lugares virados ao sol, localizado entre o norte montanhoso e o sul aplanado, entre as Beiras, a alta e a baixa, beneficiado pelo tempero dos climas mediterrâneo e continental, que mistura soutos de castanheiro, carvalhais e olivais, sobro e azinho. Diz-se que na serra sobranceira há um “braço de mar”, e por isso a água brota do seu seio em abundância, irrigando hortas e várzeas, condição ideal para cultivos e apascentamento de gados. Não admira que povos antigos tenham sucessivamente escolhido o local para morada.

Quem vem de sul, passa a Meimoa e sobe à Serrinha, depara-se com a vista deslumbrante da Serra d’Opa com o casario da aldeia ao fundo e, um pouco mais à esquerda, o santuário da Senhora da Póvoa. Se for dia de romaria, o visitante notará logo o formigueiro de gente e automóveis no arraial, a destoar no verde florido da paisagem. Quem venha do norte pela estrada do Sabugal, serpenteando a serra do Mosteiro até ao Terreiro das Bruxas, toma a esquerda em direção a Penamacor. A aldeia surge logo a seguir, sem se dar por ela, mimetizada na paisagem da serra. Para sul, funde-se nos olivais a perder de vista, em baixios planos; pelo norte, abraça-a o canal de rega que a separa da serra, símbolo de uma modernidade tardia.

São 19,39 km² de serras e vales verdejantes, mas apenas 257 habitantes, portanto pouca gente para tanto território a que se vem eufemisticamente apodando de *baixa densidade*, *wilderness*, para turista apreciar. Bom para acalmar do stress da cidade, ótimo para a saúde e, para quem tem fé, lugar de romagem e milagreiro, de encontro com o divino.



A origem do povoamento

Não restam grandes dúvidas de que em tempos muito remotos existiria nas faldas da serra d'Opa uma antiga povoação, por ventura até mais que uma, tantos são os vestígios arqueológicos que existem e em tantos locais.

Os arqueólogos asseguram que no cume da serra haveria um castro ou povoado primitivo, tendo aí encontrado artefactos da idade do bronze, da idade do ferro e do período romano. Ainda hoje se observa o cordão de pedra solta caída, que outrora constituía a muralha, entremeada de grandes blocos graníticos.

A lista de outros locais onde foram encontrados fragmentos de cerâmica, pedras aparelhadas, lápides e outros vestígios é extensa: Lameira Mourisca, Pião, Fonte Santa, sítio da Póvoa, Olival do Conde, Bica, Paio Mendes, Alvercas, Mascotos, Seixais, Salgueirinho, Sernadas, Frade Boi, Escaravelho, Vale do Moreiro, entre outros.

No local de Sortelha-a-Velha, outro antigo castro pré-romano, já na vizinha Benquerença, mas apenas a 3,5 km do Vale da Senhora da Póvoa, foram encontrados restos de construções numa área superior a 1 hectare, sendo hoje ainda visíveis troços de muralha bem conservados.

José Manuel Landeiro refere que no decurso das obras de remodelação do santuário da Senhora da Póvoa, no final da década de 30 do século passado, ali foram também encontrados troços de muralha *com dois metros de espessura*, conjecturando tratar-se de um terceiro castro⁰¹. A informação vinha do secretário do Hospital de Santo António, que dirigia as obras, e do Dr. Vitor Lopes Dias, que fazia parte da Mesa da Confraria e era também vereador municipal. Não é, portanto, de excluir a existência de um grande povoado em tempos remotos, já que o termo póvoa significa povoado ou casal.

Na verdade, poucas freguesias como esta se podem orgulhar de tamanha riqueza e diversidade arqueológica no seu território. E não admira, porque além do fértil vale, a serra tinha água e minério, sem esquecer a proximidade às minas de ouro da Presa (Penamacor), que foram motivo de redobrado interesse para a presença dos romanos⁰². Infelizmente, a escassez de recursos tem impedido que se estudem de forma sistemática os sítios arqueológicos, impedindo assim o conhecimento mais amplo e profundo do povoamento de outras épocas.



⁰¹ LANDEIRO, José Manuel, *O Concelho de Penamacor na História na Tradição e na Lenda*, Famalicão, 1938

⁰² SÁNCHEZ-PALENCIA, F. Javier, *Investigación y valoración de las zonas mineras y civitates del NE de Portugal*, (MINCINEP), Memoria, Madrid, 2012

É na serra e na sua base que mais vestígios têm sido encontrados, como se pode verificar pela listagem organizada pela arqueóloga Sara Ferro, que reúne o conjunto das observações e estudos de vários autores, que apresentamos no final do livro.

Além dos sítios há também as vias romanas, com os seus diversos apêndices, um dos quais passaria por aqui. É Fernando Curado quem melhor conhece o traçado dessas vias na região. O marco miliário que foi encontrado no Coito de Cima/Vale do Canto, Salgueiro, dedicado a Licínio, e que está hoje no Museu Arqueológico do Fundão, aponta para a passagem ao longo da margem direita da Ribeira da Meimoa, entre a quinta da Malta e o Prado Vasco, proximidades da Quinta do Lameirão e do Coito de Cima, onde se achou o miliário. Um troço derivaria de Caria em direção ao Sabugal, por Salgueiro, Anascer e Vale da Senhora da Póvoa. O miliário de Santo Estêvão, dedicado a Tácito, encontrado na desaparecida Capela de Santa Maria, em exposição no Museu do Sabugal, indica a milha VII, CIL II 4638, talvez contadas a partir do rio Côa, eventualmente o limite territorial entre *civitas*. O miliário das Alagoas (Museu do Sabugal) com inscrição apagada, mas que poderia indicar a milha 4 por estar a 3 milhas do miliário de St. Estêvão define a passagem do troço naquele local, seguindo pelos Amiais (calçada romana).

Nos últimos anos têm também sido encontrados artefactos metálicos, cantarias, pavimento de *opus signinum* (cimento romano), cerâmicas e moedas. Seria da máxima importância proceder-se ao estudo científico aturado dos diversos locais, começando-se pelos mais importantes, de forma a evitar que os materiais encontrados se percam sem o respetivo enquadramento científico.

Opus signinum (cimento romano) recentemente descoberto numa lavoura.



A Lâncea Oppidana

Por muito que se tenha escrito sobre o assunto, há ainda muitas interrogações sobre os limites do território dos nossos antepassados *Lancienses oppidani*, e mais ainda sobre a localização do seu mais importante centro urbano. Uns atribuem-lhe o território entre as serras da Estrela e da Malcata, outros, designadamente espanhóis, reportam-na a sul da Sierra de Gata, definindo ainda o seu limite estremo, quer a leste quer a sul. Somos, porém, de opinião que é Jorge de Alarcão quem, de forma mais coerente, sintetiza os referidos limites, incluindo neles a Serra d’Opa, - transversal a quase todas as teses - e fazendo-o por exclusão dos limites dos povos circundantes.

É hoje consensual que os vizinhos *Transcudani* se localizariam a norte da fronteira natural da serra da Malcata e restantes montes a oriente da Estrela, definindo assim o limite norte dos *Oppidani*. Por outro lado, a descoberta de um marco em Salvador (Penamacor) dá-nos a certeza que por ali andaria o limite do seu território com os vizinhos *Igaeditani*, por se referir, em concreto, ao limite entre estes dois povos.

Os nomes destes e de outros povos da Lusitânia constam, como se sabe, de uma inscrição existente na velha ponte de Alcântara, reportando o contributo dado para a sua construção. A ordem pela qual se encontram inscritos é tida como orientação para o seu posicionamento geográfico relativamente aos seus vizinhos. Assim, o território opidano localizar-se-ia entre a serra de Salvador/Penha Garcia e as cumeadas da Malcata, abrangendo quase todo o concelho de Penamacor e Belmonte, parte do Fundão e ainda alguns territórios contíguos do lado de lá da fronteira.

Quanto ao local da sede dos *oppidani* as divergências são ainda mais acen tuadas, havendo estudos e argumentos para todos os gostos. Veja-se o número de locais já propostos e sucessivamente rejeitados: Alfaiates⁰³, Teixoso, Terlamonte, Orjais, Sierra de Gata, Penamacor, Savaleón, Valdelospozos, Centum Celas (Colmeal da Torre) e, naturalmente, a Serra d’Opa.

A tese da Serra d’Opa é defendida por Mário Saa⁰⁴, que localiza a *Lâncea opidana* no alcarial romano junto ao santuário da Senhora da Póvoa e não



Formas curiosas do cume da Serra d’Opa.

⁰³ Tese defendida por Levy Maria Jordão e radicada em suposição mais antiga do frade agostinho Henrique Flórez (1786, p. 144) e contestada por Alarcão, 1973, p. 98. (In AMÍLCAR GUERRA, *Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, SOBRE O TERRITÓRIO E A SEDE DOS LANCIENSES (OPPIDANI E TRANSCVDANI) E OUTRAS QUESTÕES CONEXAS*, “Conimbriga” XLVI (2007) p. 161-206
⁰⁴ SAA, Mário, (1964, p. 228, 273)

distante do castro de Sortelha-a-Velha. Já Amílcar Guerra diz que esta tese é desprovida de fundamentação, apontando, por seu turno, Centum Celas como o *forum* da sede *opidana*. Mas a convicção de Guerra é também lapidarmente posta em causa por Jorge Alarcão, quando diz que o desejo de ver em Centum Celas um fórum só pode entender-se no contexto da discussão de um problema que ainda não encontrou solução: o da localização dos Lancienses *Oppidani* ou *Ocelenses*, apresentando para aquela torre granítica outras interpretações arqueológicas. O termo *Ocelum* tem, aliás, gerado alguma confusão, levando alguns autores a associá-lo a outro povo, mas parece comprovar-se que se tratava da designação indígena para a palavra latina *oppidum*⁰⁵.

O nome dos nossos antepassados sugere a sua ligação à Serra d’Opa, cuja designação é antiquíssima, e para alguns, como Mário Saa ou Rolinho Pires, derivada de *oppida* ou *opidana*⁰⁶. Como se sabe muitos nomes de povos e de povoações estão associados a acidentes geográficos próximos dos locais de fundação ou de ocupação, não sendo, por isso, de estranhar que os nossos antepassados devessem o seu nome à Serra d’Opa.

O termo *oppida* é de origem celta e designava uma pequena cidade, geralmente implantada estrategicamente em zona alta, facilmente defensável⁰⁷. O território celtibero ter-se-á desenvolvido a partir do sec. V a.C. através de um proceso de concentración de la población en oppida y una ocupación del campo en pequeñas aldeas⁰⁸, uma organização espacial parecida com os atuais municípios das nossas regiões interiores a que poderia também assemelhar-se o povoamento existente na envolvente da serra d’Opa.

No santuário da Senhora da Póvoa terá existido uma cidade fortificada que atualmente se encontra soterrada⁰⁹. É Saa quem o diz, acrescentando que o topónimo Póvoa se justifica por ter existido no local um aglomerado populacional cujo tamanho só poderá ser trazido à luz do dia se um dia forem feitas escavações arqueológicas.

⁰⁵ GUERRA, Amílcar, 1998: 804.

⁰⁶ ROLINHO PIRES, Célio, *Os Cabeços das Maías*, 1995, pag. 87

⁰⁷ RANGEL, Luis Berrocal, *Oppida y castros de la Beturia céltica*, Complutum, ISSN 1131-6993, Nº Extra 4, 1994: “Definimos como oppida aquellos asentamientos de cierta extensión, los mayores en estas comarcas occidentales, que suelen superar las 4 ha. pero no alcanza las 8. Ocupan, generalmente, emplazamientos destacados, de tipo V y VI, sobre cerros aislados o espolones de serranías, que les confieren un dominio general del entorno o, al menos, de las zonas con mayor interés de éste. En él se encuentran, siempre, recursos estratégicos de importancia, en especial, importantes cruces o pasos de vías pero, también, yacimientos mineros o manchones de tierras, vocacionalmente, agropecuarias

⁰⁸ MOZOTA, Francisco Burillo, *Oppida y “ciudades estado” celtibéricos*, Complutum, 2011, Vol. 22 (2): 277-295

⁰⁹ SAA, Mário, 1998.



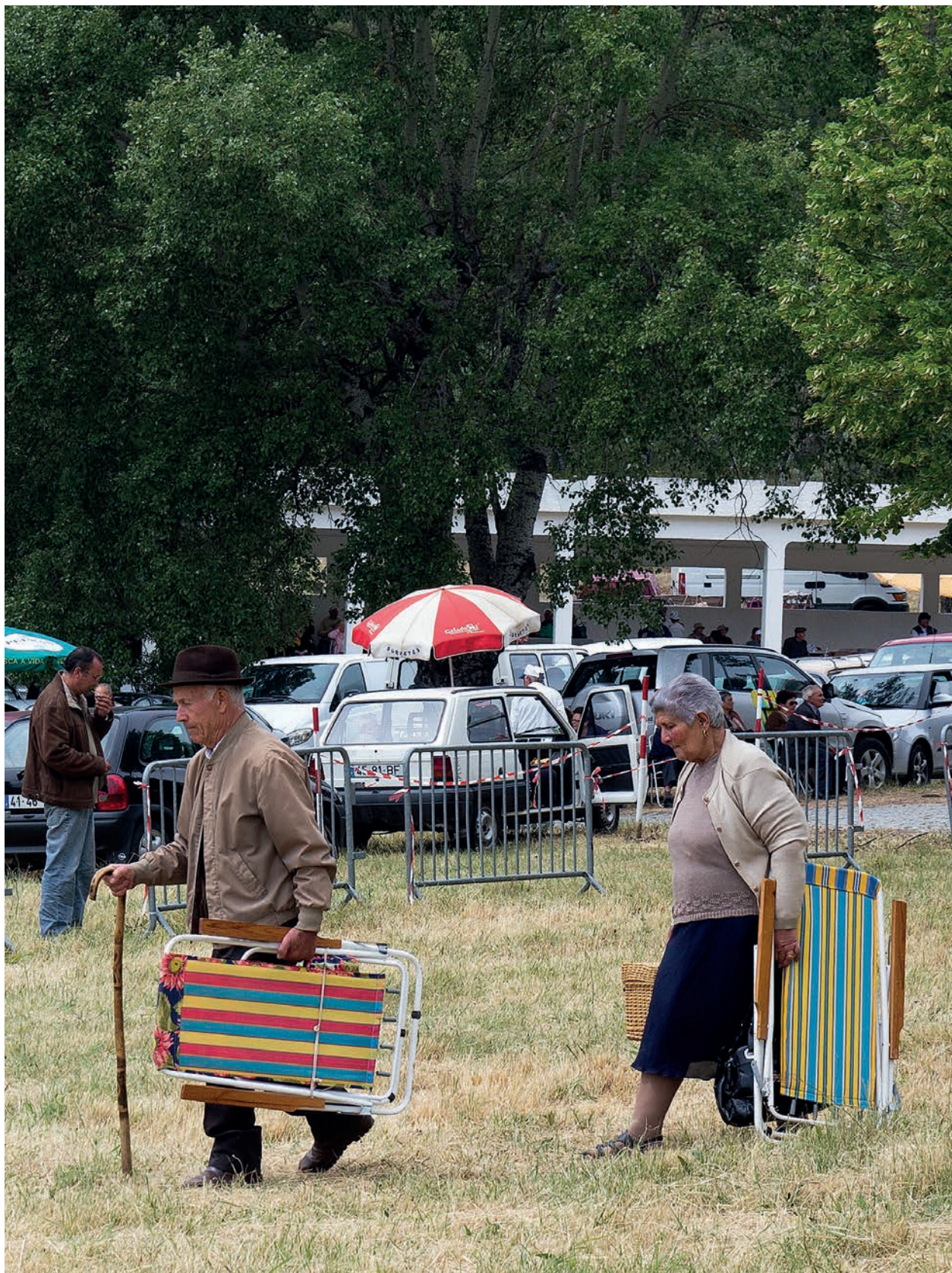
Cabeço da Moura.



Antigo castro no cume da Serra d’Opa.

Conjugadas as diferentes abordagens, há motivos de sobra para se acreditar que poderia existir uma pequena cidade, ou *oppida*, a tal *Lâncea*, a partir da qual se organizaria o território. Inquestionável é a existência antiga de denso povoamento em toda a área, desde o esporão da Opa até à Serrinha, e desde Cabeça Calva ao Anascer.

Sem provas conclusivas não é possível assegurar que a capital dos *oppidani* se localizasse nas proximidades do atual Vale da Senhora da Póvoa, mas essa possibilidade também não poderá ser posta de parte, sendo certo que o território estava incluído nos limites geográficos daqueles nossos antepassados. Acreditar nesta tese não ofende ninguém, tanto mais que alguns conceituados estudiosos, sem estarem condicionados pela proximidade a estas terras, também a consideram provável.





A SENHORA DA PÓVOA

UM LUGAR MÍTICO

Há quem diga que um lugar de culto não se inventa nem se descobre, impõe-se como uma inevitabilidade. É o próprio lugar que se identifica a si próprio, sem necessidade de nenhum reconhecimento formal ou oficial; daí que a sua existência como local sagrado seja geralmente muito antiga. Alguns defendem que os santuários e igrejas, bem como os monumentos megalíticos (menires, dolmens e outros), foram implantados nas proximidades de fenómenos relacionados com energia telúrica, cuja ciência estava bastante desenvolvida em algumas civilizações antigas.

No santuário da Senhora da Póvoa foi detetada recentemente uma chaminé telúrica com grande quantidade de energia. O geobiólogo Francisco Alves diz ter medido no local, com o seu *telurikmeter*, um valor energético de 95 (numa escala de 0 a 100), considerando tratar-se de uma das maiores da Europa, cujo poder telúrico irradiado deve atingir o seu máximo em maio de cada ano⁰¹. Este tipo de fenómenos pode deixar marcas no terreno, como o que terá acontecido há uns anos, próximo do canal, de que muitos ainda se lembram. A concentração energética foi de tal ordem que o local se incendiou e o solo se moveu, ficando fissurado e ondulado, dando origem a notícias na comunicação social e a romarias ao local durante vários anos.

Não se estranhe por isso que estes locais se tenham afirmado como lugares míticos, de mouras encantadas e de culto, espécie de destino sagrado que nenhum outro interesse consegue contrariar.

A arqueologia parece confirmar a existência do culto no período romano, conforme se depreende de uma ara dedicada a Júpiter, encontrada na Fonte Santa⁰². Como se sabe, no que às divindades diz respeito, os romanos foram muito camaleónicos e instáveis. Se por um lado veneraram os grandes deuses do panteão clássico, como Júpiter, Marte, Minerva e outros, a quem

⁰¹ Francisco Alves, nov. 2000, informação online

⁰² ALARCÃO, Jorge de, *Notas de arqueologia, epigrafia e toponímia – VII*, Revista portuguesa de Arqueologia – volume 18 | 2015 | pp. 147–.



Ara dedicada a Júpiter encontrada na aldeia.

organizavam festivais e sacrifícios, por outro adotaram e difundiram o cristianismo ao mesmo tempo que o mesclavam com divindades indígenas das regiões conquistadas.

Rolinho Pires defende que a Senhora da Póvoa é o *sucedâneo cristão do grande festival das Maias dos Oppidanos*, tal como a Senhora do Almortão o seria da Egitânia⁰³. Tratar-se-ia, em sua opinião, de festas populares da *Lusitânia*, de cariz marcadamente pagão e feminino, eventualmente iniciático, da passagem da adolescência à idade adulta, onde os vários povos em redor se fariam representar, marca que ainda hoje caracteriza as grandes romarias e está bem espelhada nos seus cancioneros, com referências a povoações circundantes.

Por vezes as povoações vizinhas disputam entre si o motivo do culto e até a imagem do santo, como terá acontecido entre o Vale de Lobo e a Moita, onde se diz que a Senhora da Póvoa lhe pertencia outrora; outras vezes a disputa ocorre entre o povo e as quintas, mas quer nuns casos quer nos outros surgem acontecimentos exotéricos tendentes a recolocar a ordem natural das coisas: acredita quem quer.

O santuário da Senhora da Póvoa ilustra bem esta fatalidade: Reza a lenda que houve quem quisesse levar a Virgem para o povo, para o conforto da Igreja Matriz, mas ela preferiu o campo e o sopé da serra, regressando por seu pé ao silvado de origem. Quem a quiser venerar, e são aos milhares nos dias de romaria, terá que ser ali, *num desvão da serra d'Opa, numa casa caleada*.

O SAGRADO E O PROFANO

As festividades do Pentecostes ou do Espírito Santo, a que a romaria está associada⁰⁴, são antiquíssimas e foram sempre muito concorridas e do agrado do nosso povo. As tradicionais folias do Espírito Santo não faltavam na



Senhora da Póvoa até meados do século XX, como comprovam as referências a pagamentos pelos seus serviços de animação. Pensa-se que tenham tido início no reinado de D. Dinis, relacionadas com a promessa da Rainha Santa Isabel de ajudar os pobres com comida, no seu voto pela paz entre o rei e o próprio filho, o príncipe D. Afonso. Como se sabe, a Rainha Santa era oriunda de Aragão, onde esse tipo de festividades se tinha desenvolvido.

Às festas do Espírito Santo estavam associados os famosos bodos servidos aos pobres, tão populares que nem as ordenações filipinas, que proibiram os *vodos em nossos reinos*, se atreveram a afrontá-los, antes os excetuando da lei.

As festas pentecostais vieram substituir outras de origens remotas e pagãs, destinando-se geralmente a comemorar o início das colheitas. Com o crescimento do cristianismo, as velhíssimas festas pagãs que se realizavam às várias divindades, acompanhando os ciclos agrícolas, as estações do ano, os solstícios e equinócios, foram aos poucos sendo incorporadas no calendário

⁰³ ROLINHO PIRES, Célio, *Os Cabeços das Maias*, 1995, pag. 152-153

⁰⁴ Os livros antigos da Confraria da Senhora da póvoa referem-se com frequência aos três dias da festa do Espírito Santo como se pode verificar no *Livro Penteadado* (1817/1858), fl. 72.





cristão, razão pela qual na maioria delas se misturam, ainda hoje, elementos pagãos e cristãos.

Atualmente, os elementos folclóricos de puro divertimento, de comes e bebes, de concertinas e adufes, e sobretudo de muito comércio, continuam a ser o atrativo para grande parte dos romeiros.

Já assim era no final do século XIX, onde não faltavam companhias teatrais, de cavalinhos, inúmeros cafés e restaurantes, hospedarias, roletas, rifas, barracões com santos, medalhas, flores, bentinhos, tendeiros, e quinquilharias⁰⁵. Os carros de bois e carroças eram às centenas, engalanados com colchas vistosas, entre os relinchos dos cavalos e os zurros dos jumentos que se deixavam presos às árvores do acampamento. Vinham grupos de lugares distantes, espanholas alegres, salerosas e charros, de cintos de sola, botões grandes de latão nos coletes, calças e polainas de outras eras e alpercatas rudimentares, tocando pandeiretas e castanholas⁰⁶. Assim continuou durante o século XX: ao arraial acorria um mundo novo, de teatros e robertos, barracas e tendeiros, numa jiga-joga inacreditável, a pontos de não se distinguir com clareza onde acabava a festa e começava o arraial, onde estava a santa onde estava o ânimo popular⁰⁷.

⁰⁵ CORREIA, Joaquim Manuel, *Memórias sobre o Concelho do Sabugal*, 1946, pag 70-71

⁰⁶ Idem

⁰⁷ PINHARANDA GOMES, Josué, *História da Diocese da Guarda*, Editora Pax, Braga, 1981

Em reunião de Câmara de 11 de Fevereiro de 1882, o Executivo municipal determinava que se criasse uma feira anual no arraial da Nossa Senhora da Póvoa, em Vale de Lobo, no domingo e segunda-feira do Espírito Santo, para venda de géneros e gado de toda a espécie. Ainda nesse ano, antes da romaria, a Câmara, reúne em sessão extraordinária para estabelecer a cobrança do imposto real d' água sobre os géneros à venda no arraial⁰⁸.

Já no século XX, século de grandes transformações nos transportes, muitos romeiros das aldeias mais ou menos próximas, utilizavam ainda carros e carroças puxados por animais, sombreados com panos vistosos e recheados de cestos com faustosas merendas. De longe chegavam centenas de autocarros de todas as direções, misturando-se depois no arraial numa amálgama de automóveis, carroças, carros de bois e animais.

Este ajuntamento extraordinário inspirou romances como *Maria Mim*, de Nuno de Montemor⁰⁹, e *Celestina* de Joaquim Manuel Correia¹⁰. O santuário foi lugar de encontros amorosos dos protagonistas das suas histórias, assim como dos fiéis com o divino, de vendedores com compradores, de músicos com dançarinas, de rapazes de *folia* com raparigas *maias* em tempo de iniciação.

Hoje são outros os meios de transporte e outras as quinquilharias que se compram. Os automóveis substituíram os carros de bois, estacionam aos milhares dentro e em redor do recinto, exigindo a presença abundante das forças de segurança para controle do tráfego. As tendas dispõem-se compactas ao longo da estrada que circunda o santuário e nos terrenos envolventes. Vendem-se roupas, calçado, chapéus, malas, loiças, brinquedos, ferramentas e alfaías agrícolas, tratores, marroquinaria, eletrodomésticos, fruta da época, gelados, guarda-chuvas, plantas, flores. Ao fundo do recinto e nas zonas laterais come-se e bebe-se em restaurantes improvisados, compram-se farturas, filhoses e frangos assados na hora. Embora menos que outrora, ainda há piqueniques sob as copas de oliveiras e sobreiras. Mas a alegria contagiante é a mesma dos tempos de antanho, o mesmo fervor da fé, a mesma mistura do espiritual com o tangível e o mesmo impulso dos jovens em busca de amores novos.



A festa nos anos 30 do século XX.

⁰⁸ Arquivo Municipal de Penamacor, Atas da Câmara Municipal, 1800.

⁰⁹ MONTEMOR, Nuno de, *Maria Mim*, 2003, CM Sabugal

¹⁰ CORREIA, Joaquim Manuel, *Celestina*, 2008, CM Sabugal



Cerâmica artesanal.

No século passado as cerimónias eram acompanhadas de banda, que no final tocava no coreto. Dizia-se não haver festa sem música e o mesmo se aplicava aos foguetes. O fogo preso, realizado de domingo para segunda, atraía muita gente que se deslocava de propósito para o ver. Maria Augusta, antiga eremita, lembra também o lançamento de balões de ar quente e os grandes bailes que se armavam depois dos atos religiosos, ao som da banda, em redor do coreto. Nos livros de contas da romaria existem várias referências às faturas da música e do fogo.

Além do baile do coreto, havia os bailaricos espontâneos dispersos pelo arraial, onde quer que houvesse *tocadores*, que eram abundantes e de todas as proveniências. No Vale, havia acordeonistas, como o António Gomes e o Manuel Silva, mas à falta de acordeão, bailava-se ao som de um realejo, de uma flauta, de um tambor ou de um adufe. O que não faltava era gente com vontade de dançar!

A convivência entre o divertimento e os atos religiosos foi bastas vezes geradora de conflitos. No púlpito, o pregador não se coibia de criticar severamente o ruído perturbador do arraial, e os mordomos mandavam desligar as aparelhagens sonoras de alguns vendedores à hora das cerimónias religiosas.

Apesar da distância relativamente aos grandes centros urbanos, a romaria continua a ser uma das mais grandiosas. A festa tem atualmente lugar no domingo e segunda-feira do Pentecostes, mas até meados do século passado prolongava-se, como se viu, por três dias, estendendo-se também à terça-feira. A partir de 1942 reduziram-se os festejos à segunda-feira e apenas havia lugar às celebrações religiosas, mas nas últimas décadas, a ânsia de obter um lugar de feirante em romaria tão concorrida levou a que os comerciantes viessem montar tenda de véspera, pelo que, paulatinamente, o arraial voltou a instalar-se ao domingo. E como há sempre os que buscam um bom lugar de venda, começam a instalar-se no sábado. Em consequência disso, a pouco e pouco, a festa volta a ser de três dias!

A segunda-feira de Pentecostes continua a ser o principal dia¹¹. As cerimónias religiosas iniciam-se às 9 horas da manhã com as confissões asseguradas por vários padres. Às 11 horas realiza-se a procissão da capela para o altar exterior, durante a qual é rezado o terço. Segue-se a missa campal, concelebrada por vários clérigos e presidida pelo bispo da Guarda ou pelo seu representante. O cortejo processional principal, com exposição do Santíssimo, encerra a

¹¹ Na última metade do século XX, as cerimónias religiosas apenas tinham lugar na segunda-feira.

Marroquinaria.



celebração da manhã. À tarde realiza-se a procissão do adeus, hora dos fiéis se despedirem da Virgem, acenando com lenços brancos. É um momento de grande emoção e lágrimas, esse em que, depois de um compasso de espera junto à entrada, a imagem recolhe à sua capela.

Em 2000, ano do grande Jubileu, realizou-se no domingo uma cerimónia alusiva à efeméride; desde então, nesse dia, passou a officiar-se uma missa vespertina com procissão, que hoje faz parte do programa religioso.

FESTA DO EMIGRANTE

Com o nome de festa do emigrante, a partir de 2008 assiste-se a uma celebração a que acorrem emigrantes e familiares das vizinhanças. Foi a forma encontrada para aqueles que não podem vir no Pentecostes satisfazerem o apego à Virgem.

Da festa, que tem lugar a 15 de agosto, consta missa campal e procissão, não faltando depois a animação espontânea, como se da romaria se tratasse, congregando centenas de pessoas que confraternizam e partilham merendas.

A ERMIDA

Como já se disse, havia nas imediações um antigo castro, além de vários assentamentos romanos, aos quais pensamos estar associado o local de culto desde tempos imemoriais. A ligação de santuários aos castros e outros tipos de ocupação é comum na península, existindo do lado português inúmeros exemplos, sobretudo no norte e centro¹², revelando a ancestralidade destes cultos.

Na atual capela da Senhora da Póvoa, construída em estilo barroco, veneram-se, atualmente, além da padroeira, o Sagrado Coração de Jesus, do lado direito do Altar-mor, Santa Sabina e São José com o menino ao colo, em altares colocados na nave principal. Na fachada principal, num pequeno retábulo sobre a portada, está também Santa Ana, que, ao que se diz, terá sido “roubada” na antiga Senhora da Quebrada. O conjunto arquitetónico é composto por nave e capela-mor, sacristia e um pavilhão em betão, merecendo ainda destaque os retábulos laterais de talha pintada de branco e dourado. A capela foi construída em 1784, conforme se comprova pela indicação sobre a torça da porta principal, ao lado da que existia anteriormente, que seria



Altar de Santa Sabina.

¹² LEITE, Joaquim da Assunção, *A romaria do Cabeço*, ADTQ/Município de Vila Flor, 2011 e SERÉN, Maria do Carmo, online.



substancialmente mais pequena. A esta se refere o pároco da aldeia em 1758, nas “memórias paroquiais”, chamando-lhe inicialmente *capela*, talvez por se tratar de uma ermida, mas logo a classifica de igreja, termo usado para templos maiores ou sedes de paróquia (matriz).

Manuel Bento refere que *à parede sul da antiga ermida foi encostado o presbitério da igreja ampla e espaçosa que é a ermida atual*, e que a antiga serve hoje de sacristia¹³. Isso justifica que duas das quatro janelas do presbitério tivessem sido tapadas, uma vez que comunicam com o sótão da sacristia.

Landeiro, que certamente por lapso a datou de 1874, cita um antigo manuscrito segundo o qual foi seguido para a construção o mesmo projeto da sua congénere da Senhora do Incenso, cujas medidas interiores foram aplicadas por fora na Senhora da Póvoa, razão porque esta é ligeiramente mais pequena.

¹³ BENTO, Manuel Pires, *À luz da estrela*, 1944, Lisboa.



A atual ermida tem, como se vê, mais de duzentos e trinta anos. Caso não se desleixe a sua conservação, poderá durar muito mais, tendo em conta a mestria e robustez da construção que normalmente se aplicava aos edifícios do culto¹⁴. Por analogia, estamos em crer que a anterior capela, referida nas “memórias paroquiais”, remontaria ao século XIV ou XV.

O SANTUÁRIO

O Santuário da Senhora da Póvoa localiza-se cerca de três quilómetros a poente da freguesia, na coordenada 40°16'17.6"N, 7°13'08.9"W, a ele se acedendo a partir da EN. 233. É dos santuários marianos um dos mais emblemáticos e dos mais antigos do país.

O recinto religioso, em forma de pião, arborizado e murado, com um monumental pórtico de entrada em granito, tem uma área aproximada de 2,3 hectares, a que acrescem cerca de 6 hectares comprados nas últimas décadas em redor do recinto para parques de estacionamento e feira. Além destas áreas, a Confraria possui uma propriedade na Serra d’Opa com cerca de 18 hectares. Ao que se supõe, os terrenos do santuário seriam outrora comuns, em regime de baldio, onde os *valdelobenses* apascentavam os gados segundo o costume antigo.

Em redor da capela existe uma banda de casas de apoio à romaria, outrora casas de hospedaria, e que além dos usos habituais da romaria, tem também servido como casas de retiros¹⁵. Há ainda outras estruturas, como o altar exterior, remodelado e ampliado recentemente, o parque de merendas, o coreto, o chafariz, um tanque circular em granito, o cruzeiro e telheiros para merendar.

Ao longo dos anos, o recinto vem sendo beneficiado com diversas obras e melhoramentos, tendo em vista o conforto dos religiosos e acólitos, romeiros, vendedores e prestadores de serviços. A existência de um cruzeiro dentro do recinto, construído em 1802, indicia que a festa estaria no seu apogeu no final do século XVIII e início do seguinte, altura em que terão sido executadas muitas das obras hoje visíveis. No antigo caminho para a aldeia havia outro cruzeiro, semelhante, onde constava aquela data, e que, segundo apurámos, foi desmontado aquando da construção do canal, com o objetivo de ser instalado noutro local, o que não chegou a acontecer, tendo algumas pedras desaparecido.



Sagrado Coração de Jesus.

14 As paredes da capela da S. Póvoa têm mais de 1 m de largura, o suficiente para o acesso ao púlpito se fazer através de uma escada no seu interior.

15 PINHARANDA GOMES, Josué, *História da Diocese da Guarda*, Editora Pax, Braga, 1981



Raparigas do Vale em retiro.

A construção da nova capela, em 1784, terá despoletado uma remodelação completa do santuário, só interrompida durante as invasões francesas. Entre 1817 e 1825 há constantes registos de obras de novas casas de hospedaria, de exploração da água da mina e construção de tanques, encanamentos e chafariz¹⁶.

Em 1900 foi feito novo chafariz, e em 1924 foi construído o pavilhão adossado à capela, em betão armado, para receção das ofertas¹⁷. No final da década de 30 do século XX construiu-se o muro que cerca o recinto, a avenida central, a estrada de circunvalação e novos alpendres para venda de géneros durante a romaria¹⁸. Seis anos mais tarde, a ata da reunião da Confraria dá nota do arranjo da estrada de acesso ao arraial¹⁹, bem como de arranjos nos telhados e nas canalizações.

Nos anos 2000 e seguintes houve também algumas melhorias, designadamente, procedeu-se à pavimentação da estrada de circunvalação e alargamento da estrada de acesso, à iluminação elétrica do recinto, ao calcetamento em redor da capela, instalação de parques de merendas, construção de novos

16 Livro Silva da Confraria, fl 10 e seguintes.

17 Livro Robalo da Confraria, fl 4

18 LANDEIRO, José Manuel, *O Concelho de Penamacor, na história, na tradição e na lenda*, 1938

19 Livro Pires da Confraria



Altar exterior remodelado em 2015.

sanitários, entre outras benfeitorias. Foram também adquiridos vários terrenos ao redor para estacionamento e alargamento do espaço da feira.

Em 2010, sendo pároco da aldeia o Padre César Cruz, foi intervencionada toda a capela, ao nível das paredes e cobertura, das imagens e altares, e de toda a restante talha, tendo as obras custado cerca de 70 mil euros. O percurso processional foi também pavimentado na mesma altura, a expensas do município. Já em 2015 foi requalificado o altar onde se celebra a Missa Campal, com a aplicação de uma estrutura em ferro e riquíssimas pedras de granito polido, onde, segundo os mordomos, praticamente se gastou o saldo do ano económico.

A IMAGEM

Já se aludiu à vida e vontade próprias que as imagens dos santos aparentam ter, manifestadas na tendência para escolherem, por si mesmas, o local de culto. Jaime Lopes Dias verteu na sua Etnografia da Beira a lenda que ainda hoje se vai contando no Vale sobre a origem da romaria, que traduz bem essa vontade autónoma dos santos. Aqui a transcrevemos, tal qual a contou:

Andavam dois pastorinhos, em tempo que não se pode precisar, a apascentar os seus rebanhos. Os cães que lhes serviam de proteção e auxílio, arremeteram



O santuário é muito procurado pela sua tranquilidade.

subitamente contra um silvado que vicejava junto a uma fonte, hoje destruída pelo minar do tempo. Admirados, ávidos de conhecer a causa do chamamento dos fiéis animais, os pastores dirigiram-se para o local. Ficaram estupefactos. Entre as duras silvas, brilhava uma pequenina imagem da Virgem Santíssima, encimada por uma auréola resplandecente.

Maravilhados correram à povoação a participar o caso. Não tardou que o povo organizasse uma procissão e conduzisse solenemente a radiante imagem para a igreja da freguesia.

A Virgem Imaculada, porém, como que querendo eternizar o aprazível lugar, desapareceu do templo para, pouco depois, reaparecer no silvado.

O povo, vista a vontade insuperável da Virgem Maria, resolveu construir-lhe uma pequena ermida no local do aparecimento, até que, nos fins do século XVIII, com o produto de avultadas esmolos que a Senhora recebia, erigiu a capela onde ainda hoje se venera com toda a pompa e luzimento, a milagrosa Virgem Imaculada Senhora da Póvoa²⁰.

É apenas uma lenda, como outras que se contam de santas e santos. Por vezes os santos são objeto de disputa entre aldeias vizinhas, mas são os

²⁰ DIAS, Jaime Lopes, *Etnografia da Beira*, Vol. I, (pág. 21), C.M. Idanha- a-Nova (2ª ed.), 1944.



É tradição adornar o altar da Virgem com flores brancas.



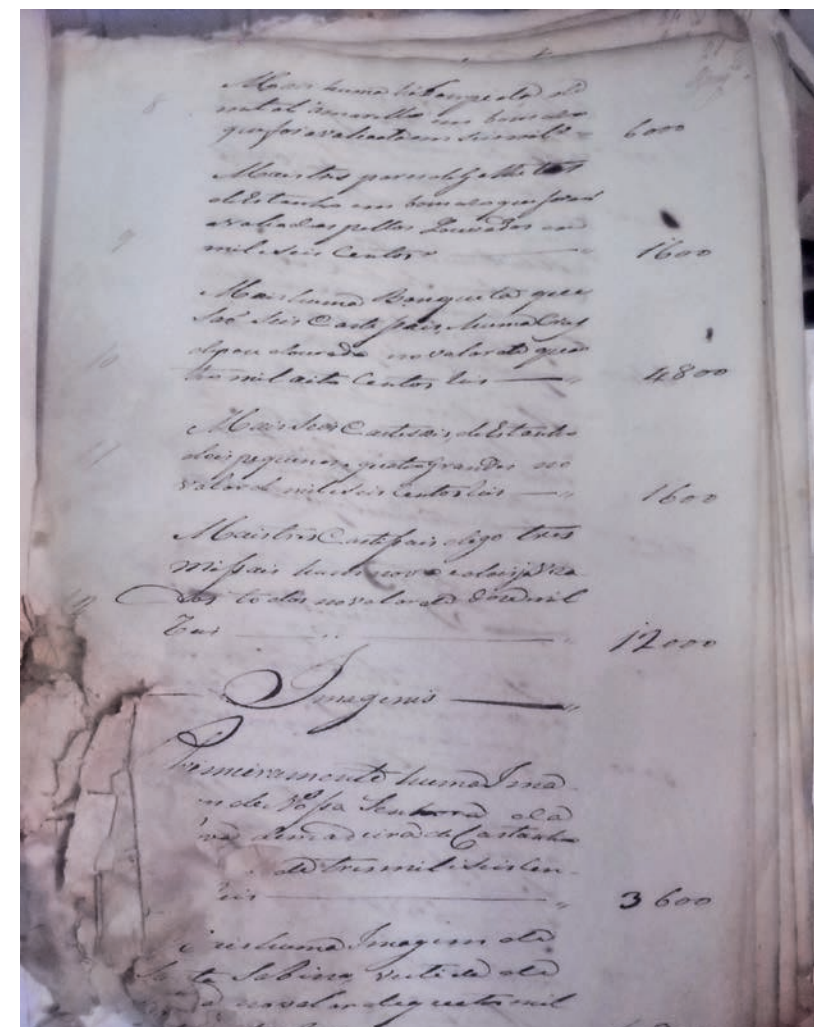
próprios que escolhem o lugar. É ali que desejam estar, e não adianta tentar-lhes mudar o sítio, ou ser o templo mais rico e grandioso. Eles preferem a simplicidade, o bucolismo campestre povoado de pastores, árvores frondosas e frescas fontes.

Uma variante desta lenda fala de um busto e não de uma imagem de corpo inteiro da Virgem, em virtude de esta ter sido despedaçada pelos franceses aquando das invasões, sendo acrescentada com um tripé e transformada assim numa imagem de roca²¹. Na aldeia ainda hoje se fala dessa imagem de roca, mas já ninguém se lembra da sua existência. Em 1823, o inventário dos bens da romaria dava conta de duas imagens da Virgem, *huma perfeita imagem de Nossa Senhora colocada no altar-mor, outra perfeita imagem colocada no oratório da sacristia*, além de imagens de São José e Santa Sabina, que se encontravam nos altares laterais da capela-mor²². A designação de imagem perfeita deixa antever que não se tratava de uma imagem tosca nem de roca.

Os estudos efetuados às imagens deixam antever que as mais antigas sejam do século XXII ou XIII, portanto quase tão antigas como Portugal.

Algumas estão guardadas, à espera de um espaço museológico para exposição.

Atualmente são três as imagens da Senhora da Póvoa, já que, em 2014, se mandou fazer uma nova. Otilia Capêlo, uma das mordomas explica a razão da aquisição: *Antigamente a imagem velha ficava sempre na capela e a nova vinha para a Igreja Matriz. De vez em quando, por exemplo, quando não chovia, ou então quando não parava de chover, levava-se a imagem até á capela e dizia-se uma missa. Às vezes, à saída já o tempo estava mudado! As pessoas acreditavam que a Senhora da Póvoa se fartava de estar tanto tempo na igreja e queria visitar a capela! No domingo antes das festas da romaria também se fazia uma procissão para levar a santinha para o santuário. Agora estão as duas imagens no santuário. Mas o povo queria uma imagem na igreja como antigamente e então decidiu-se adquirir outra para ficar sempre na igreja.*



Extrato do inventário de 1823.

²¹ BENTO, Manuel Pires, *À luz da estrela*, 1944, Lisboa – Na imagem de roca os elementos escultóricos resumem-se à cabeça, mãos e pés, sendo tudo o mais feito por uma armação em ripado de madeira, que ficava coberta pelas vestes.

²² Livro Bragança de inventário Fl 12 v



Ficou assim desatualizado o refrão da cantiga: *Ai, viva a Senhora da Póvoa, Ai viva a velha, viva a nova!* Além disso tornou-se difícil a identificação das imagens. Qual seria agora a nova? Foi o pároco que resolveu o problema chamando à mais recente contemporânea. É com esta que se faz agora uma procissão das velas na noite de domingo, antes das festividades, *para lembrar o dia em que a Senhora da Póvoa era levada da aldeia para a ermida.*

Quando as cerimónias religiosas começaram a realizar-se em dois dias, a imagem dita nova passou a usar-se no domingo, e a *Senhora da Póvoa velha* na segunda-feira. Otilia observa que nunca vão as duas na mesma procissão: *dizem os mais velhos que não se podem ver uma à outra*, - remata em tom de brincadeira. Nos últimos dois anos, porém, todas as cerimónias efetuadas no santuário passaram a efetuar-se com a imagem mais antiga.

OS MILAGRES E EX-VOTOS

Vem de longe a fama de milagreira e concessora de graças da Senhora da Póvoa. Independentemente da autenticidade desses milagres, na verdade são muitos os crentes que lhe dirigem preces nos momentos de aflição, fazendo e cumprindo promessas, por vezes acompanhadas de oferendas, quer antes quer depois de obterem benefícios.

Uma das formas de ex-votos eram os quadros representando a situação que os afetava. As pinturas, em estilo *naif*, retratam geralmente a família de joelhos em redor do leito do doente, rezando à imagem da Virgem, que surge em modo de levitação. Os mais comuns, contudo, são os objetos moldados em cera, representando um braço, uma perna, a cabeça, o coração, conforme a parte do corpo de que se padece, para depois oferecerem à Santa.

As sevícias corporais auto impostas eram outras formas de obter e agradecer a graça. Embora com menos frequência, ainda se observa quem percorra, de joelhos, longos percursos, geralmente em redor da capela, em cumprimento de promessas. Outros optam por deslocar-se a pé desde as suas terras até ao santuário.



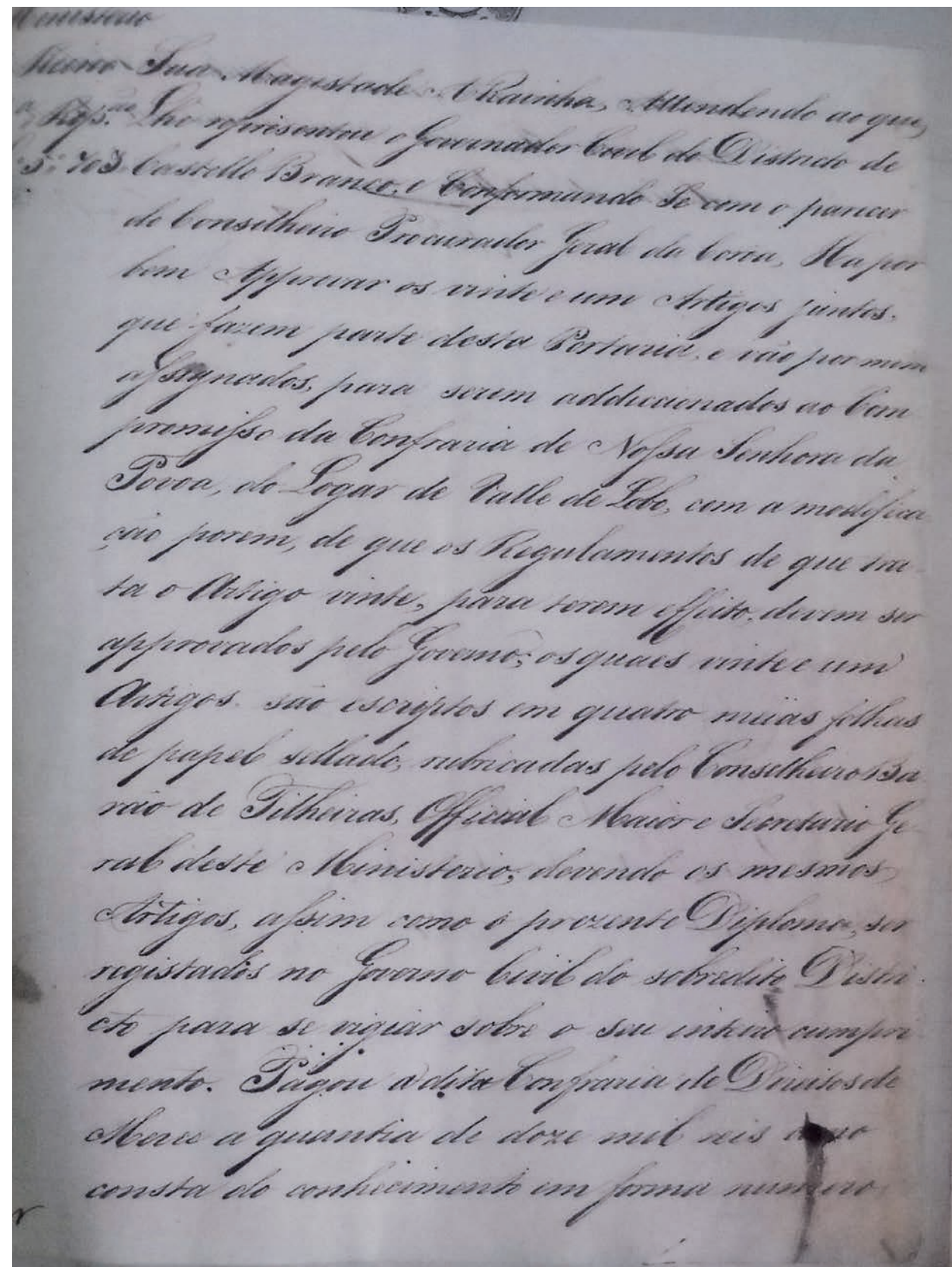
Ex-votos.

Num estudo de Adelino Cordeiro do início do século XX, aproveitado por Leite de Vasconcelos, relata-se a história de um homem da Benquerença que não pagou uma promessa à Senhora da Póvoa depois de se ter salvo de uma enxurrada. Após a sua morte, o espírito ter-se-á alojado no corpo de uma mulher e só dele saiu quando a promessa foi cumprida pela filha do defunto promitente.

OS ÚLTIMOS DOIS SÉCULOS

O pulsar de um país e a sua história também se podem aferir pelos pequenos acontecimentos e pela vida das entidades locais, suas formas de organização, atividades e relacionamentos. Infelizmente, na generalidade dos casos, por uma razão ou outra, não se encontra registo dessa atividade. Algumas vezes foi a turbulência política o motivo do desaparecimento dos documentos históricos, outras o desleixo ou o desinteresse pelo passado. No caso português, as invasões francesas e a guerra civil terão sido a maior causa da destruição dos arquivos históricos da época moderna.

A relação entre o Estado e a Igreja sofreu inúmeras alterações nos últimos duzentos anos, traduzindo as afirmações de poder das duas instituições em cada momento. Como bem refere D. Manuel Clemente, atual Cardeal Patriarca de Lisboa, *o tipo de relação Igreja-Mundo que hoje vivemos tem as suas origens na sociedade subsequente à revolução liberal, acontecida em França no fim*



Alvará de compromisso da Confraria da Senhora da Póvoa.

do século XVIII e sucessivamente ecoada em Portugal nas primeiras décadas do seguinte²³.

A propagação dos novos ideais liberais da revolução francesa teve os seus custos. As invasões napoleónicas (1807-1811) trouxeram fome e guerras. Infelizmente, depois de duas décadas de alguma paz, a guerra regressaria (1832-1834), agora entre compatriotas, com absolutistas e liberais a disputarem o poder, após a morte de D. João VI, terminando com a vitória do liberalismo. É neste contexto que ocorrem uma série de alterações nas relações entre o Estado e a Igreja, que os documentos da romaria também refletem.

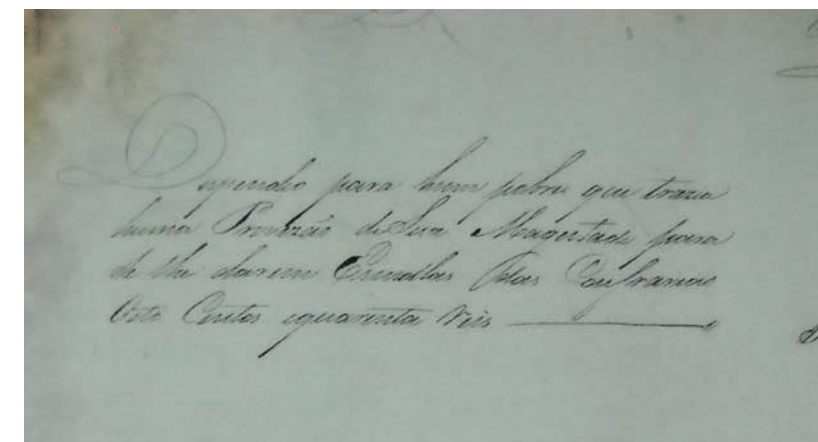
Apesar de o regime liberal se ter consolidado apenas depois da guerra civil, os alicerces do liberalismo português, que enformaram a sociedade contemporânea, têm raízes na revolução constitucional de 1820, momento fundador de toda a arquitetura legislativa moderna, incluindo a definição do lugar da Igreja na sociedade. Se no regime absolutista esta ombreava com o Estado, assumindo um papel preponderante na organização da sociedade portuguesa, por vezes sobrepondo-se ao próprio Estado na sua relação com os cidadãos, com o novo regime liberal, a Igreja ficava subjugada à legislação do poder emergente, o que configurou um verdadeiro choque de laicização das estruturas do poder.

Um novo momento legislativo surge em 1834, com a designada “extinção das ordens religiosas”, levada a cabo por Joaquim António de Aguiar, tendente a secularizar a sociedade portuguesa, a separar os poderes entre Igreja e Estado e retirar privilégios ao clero. No ano seguinte seria decretada a entrega das verbas das romarias e outros rendimentos para as obras assistenciais, de que foi exemplo a entrega das sobras da romaria da Senhora da Póvoa ao Hospital de Penamacor, assunto de que trataremos mais adiante.

O conflito entre os liberais e o clero foi de tal índole que muitos padres e bispos se empenharam abertamente a favor dos absolutistas, o que levou alguns a exilarem-se depois da vitória liberal, como aconteceu com o bispo de Viseu, que partiu para Paris e de lá enviava com frequência documentos contra o liberalismo para a sua diocese, que eram difundidos entre os paroquianos pelo clero fiel ao absolutismo²⁴.

²³ CLEMENTE, D. Manuel, *Igreja e Sociedade Portuguesa Do Liberalismo à República*

²⁴ SILVA, Célia Maria Taborda, *Reflexos do Liberalismo no Mosteiro de Salzedas*, Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Biblioteca Digital



Ordem do rei para a Confraria dar esmola a um pobre.

No espólio deixado pelo Padre Francisco Chorão²⁵ fomos encontrar uma boa vintena de livros contendo atas, inventários, arrematações, atos eleitorais e contas de gerência, abrangendo o período entre 1817 a 1947, livros esses a precisar com urgência de tratamento arquivístico adequado, pois que nos contam parte da história da romaria dos últimos dois séculos e a teia de relações entre Estado e Igreja, com a Confraria pelo meio.

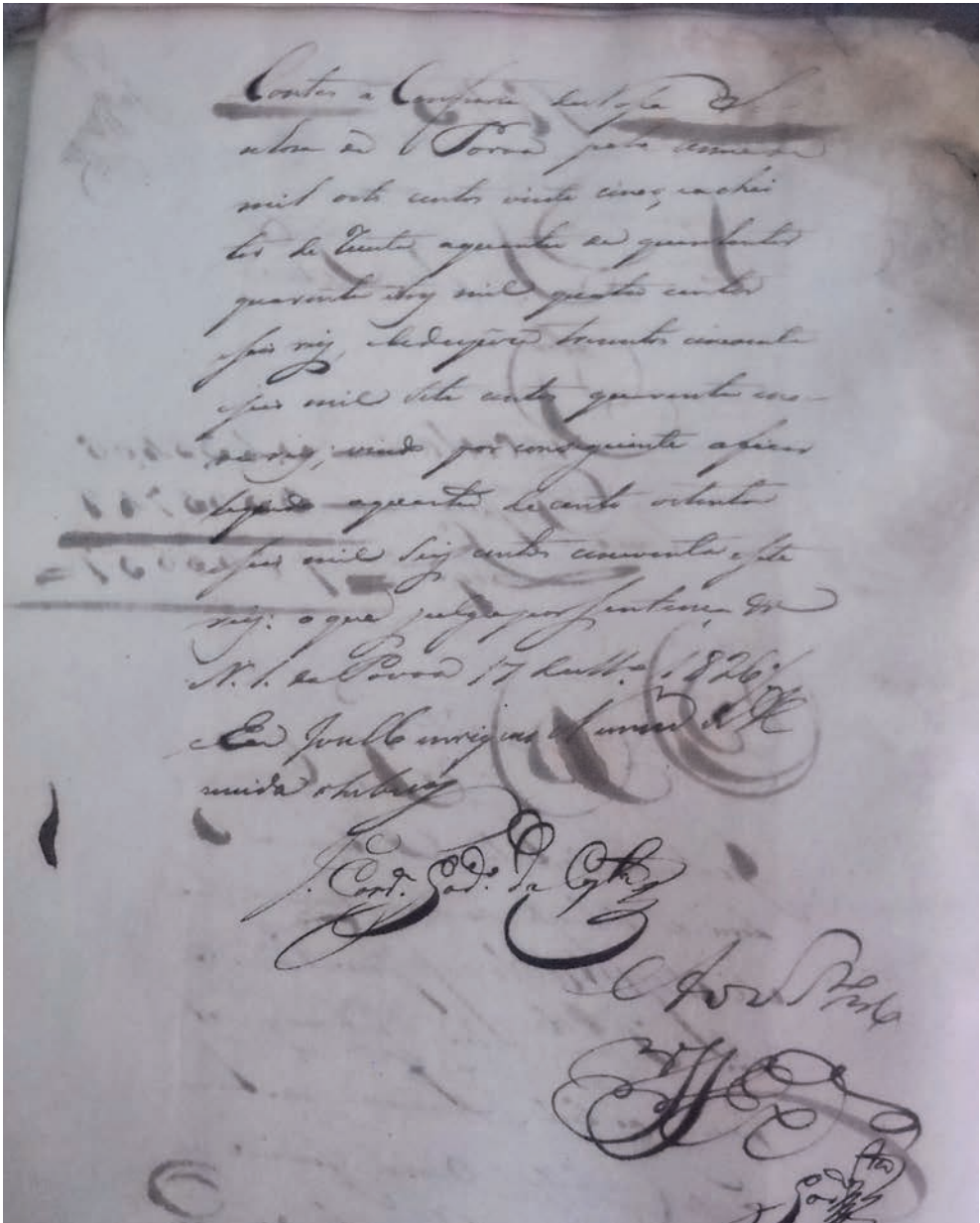
Não encontramos referências diretas às invasões, mas sabemos que as tropas inglesas estiveram estacionadas na Meimoa em perseguição dos franceses, e, com toda a probabilidade, terão passado por aqui em direção ao Sabugal. As aldeias, quintas, santuários e tudo o mais em redor que tivesse algum valor, foram saqueados ou queimados. No espólio não se encontraram documentos do tempo ou anteriores às invasões, certamente por terem sido vandalizados, queimados ou saqueados.

AS CONTAS DA CONFRARIA

Desconhecemos como seria noutras épocas mais antigas, mas a documentação analisada permite concluir que, no final de setecentos e início de oitocentos, a festa gerava elevados rendimentos que aguçavam a cobiça dos poderes públicos. A atenção dada às contas da Confraria pelas finanças e pela justiça distrital visava, supostamente, garantir que não havia desvios, e que os lucros, se os houvesse, seriam bem aplicados.

Poucos anos depois das invasões e muito antes de *as sobras* se destinarem ao Hospital de Penamacor, já as contas eram rigorosamente auditadas, comprovando o controlo do estado sobre os bens e rendimentos da romaria. Assim se constata no despacho do provedor da comarca, datado de 1817, que, para evitar *agregons aos provimentos e que os mordomos despendam os rendimentos arbitrariamente*, manda que sejam feitas três chaves do cofre da capela e sejam entregues, uma ao tesoureiro, outra ao mordomo mais velho e a terceira ao pároco²⁶. Havia razões para tais cautelas, porque nem sempre os tesoureiros eram de boas contas, sobretudo quando não eram auditados, como se vê pela entrega tardia das mesmas nos anos entre 1811 e 1824, entregues apenas em 1825 e com saldos em falta²⁷. Note-se que por esta altura os mordomos e tesoureiro podiam ser oriundos de outras terras, como foi o caso de um

²⁵ Ver capítulo sobre a sua biografia
²⁶ Livro Penteado, 1817, fl 2 e 2v
²⁷ Entregues em prestações e com pagamento de juros (Fl 43 e 43v do Livro Silva da Confraria).

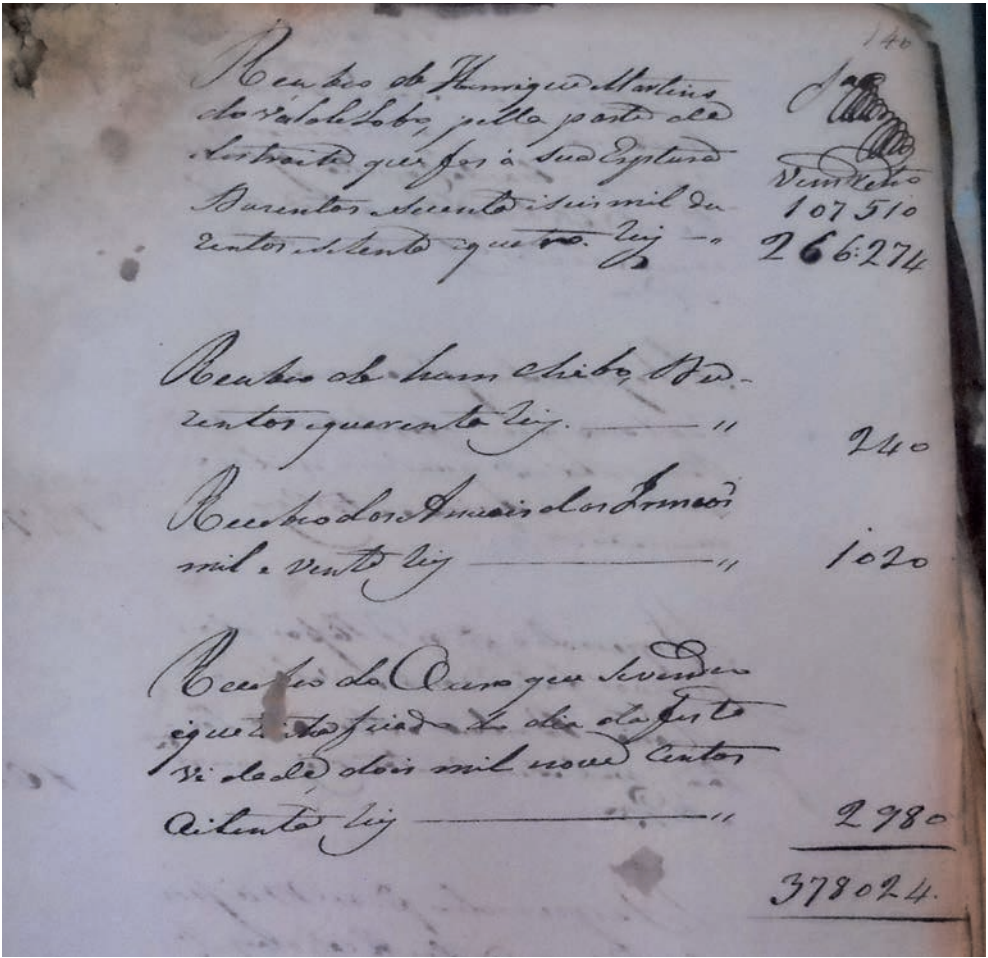


Resumo das contas de 1825.

tesoureiro de Águas e outro de Sortelha, que só alguns anos depois prestaram contas. Houve mesmo o caso de um tesoureiro que, para pagar as dívidas à Confraria, viu os seus bens executados, incluindo a própria casa de habitação²⁸. Compreende-se assim que o provedor da comarca, em 1823, ordenasse à Câmara a nomeação de um depositário para os rendimentos do santuário²⁹. Ninguém discordará da necessidade de se garantir a boa gestão dos dinheiros e bens que são pertença coletiva, quer se trate de uma grande instituição,

²⁸ Livro Silva, da Confraria, fl 108
²⁹ Arquivo Municipal de Penamacor, Atas da Câmara Municipal, 1800



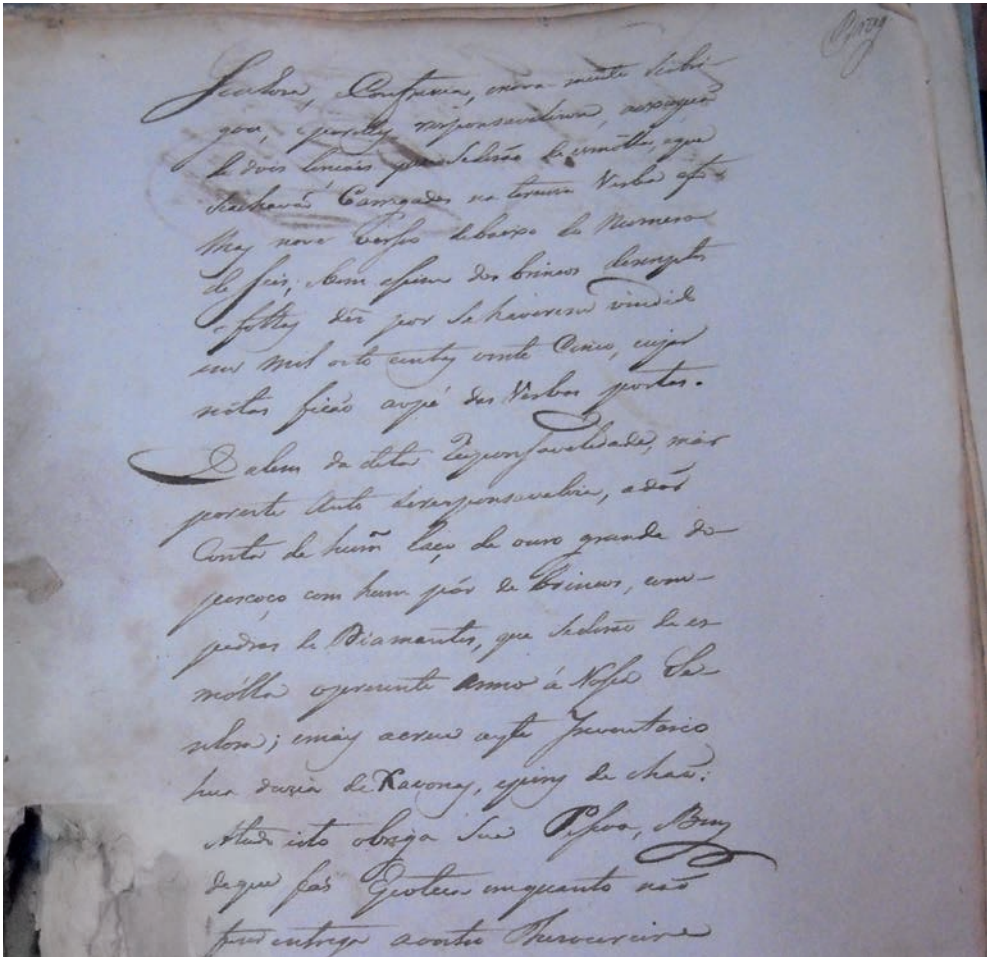


As oferendas eram por vezes em géneros, animais, ouro e outros.

quer se trate de uma pequena comunidade, ou mesmo de uma Confraria de base popular. Do mesmo modo se aceitará que as sobras das romarias sejam entregues a hospitais ou orfanatos, como veio a acontecer com as sobras da romaria da Senhora da Póvoa. Mas era claramente uma ingerência do Estado nas coisas da Igreja, que esta contrariou logo que lhe foi possível.

Os termos de abertura da caixa das esmolas e a rubrica de receitas das contas da festa, registados nos livros da Confraria, retratam os avultados rendimentos que provinham das dádivas dos devotos. E não se tratava só de dinheiro, há também frequentes referências a géneros, como trigo e centeio, borregos, chibos, novilhas e, sobretudo, roupas, joias e fios de ouro. Em 1835, por exemplo, a receita da festividade registara 12.880 reis em ouro, enquanto *huma vaca e hum boi velhos e duas vitellas rederam 28.100 réis*³⁰, fora as receitas em dinheiro das esmolas, arrematações, juros e outras.

³⁰ Livro Penteado da Confraria, fl 16.



“Laço de ouro grande do pescoco com hum par de brincos com pedras de diamante que se deram de esmola o presente anno a Nossa Senhora”.

A exuberância dos rendimentos da festa era tal que, por vezes, algumas verbas eram gastas em obras da Junta da Paróquia, suscitando a cobiça até da Câmara municipal. Em 1822, a Câmara de Penamacor, apostada em construir um cemitério, cadeia e novo edifício para servir de Paços do Concelho, escreveu ao rei alegando que não seria necessário retirar dinheiro do tesouro nem de particulares, desde que o rei autorizasse a aplicação em tais obras do *produto obtido na Ermida da Senhora da Póvoa*³¹.

Por imposição régia, a partir de certa altura, as sobras passaram a destinar-se ao hospital de Penamacor, depois de deduzidas as despesas absolutamente necessárias para o conseguimento dos fins da mesma Confraria. Tal facto era claramente um engulho para a Confraria e seus mordomos, que viam a obrigação como uma inadmissível ingerência. Por isso alguns tentavam gastar quase todos os rendimentos da festa, investindo-o ou gratificando todos os serviços

³¹ Arquivo Municipal de Penamacor, Atas da Câmara Municipal, 1800

prestados à romaria pelos próprios membros da Confraria, padres, eremitão, autoridades e todo o género de encargos.

Uma das fontes de receita do santuário de outros tempos eram os rendimentos provenientes de oliveiras, gados e pastos do arraial, cujas arrematações anuais dão nota dos respetivos valores. Menos expressivos eram os valores obtidos pela venda de telhas produzidas no forno de cerâmica ou pelas lenhas provenientes dos terrenos que a Senhora da Póvoa possuía, e ainda possui, na serra d’Opa³².

De seis em seis anos procedia-se à arrematação de um fornecimento de madeiras para ceder aos comerciantes. A madeira destinava-se à montagem de bancadas, tendas, balcões e mesas de tabernas, e era alugada aos comerciantes mediante o preço estabelecido pela Confraria, que cobrava ao carpinteiro fornecedor uma comissão anual para permitir o negócio dentro do arraial³³.

As receitas correntes chegavam a ser dez ou vinte vezes superiores às despesas, dependendo dos anos, o que, a não ser que houvesse obras ou compras extraordinárias para pagar, gerava saldos muito elevados, permitindo um incremento considerável de património imobiliário. As constantes menções a casas de hospedagem, à casa do eremitão, a obras diversas, ao chafariz e respetiva captação de água na serra d’Opa, aos terrenos e oliveiras e, até, ao forno de cozer telha, além dos já referidos empréstimos, são um bom exemplo da pujança económica da festa³⁴.

OS INVENTÁRIOS

Os documentos permitem constatar que, além dos rendimentos, era também dada atenção aos bens da Confraria, pelo que se exigiam inventários periódicos onde se registavam desde os bens de raiz aos paramentos e alfaias do culto até às loiças e talheres das casas de hospedaria. Vejamos, por mera curiosidade, alguns dos paramentos e alfaias que pertenciam à Senhora da Póvoa nas primeiras décadas de oitocentos, que, apesar da sua diversidade, supomos fossem uma pequena amostra do que existira antes das invasões francesas:

Hum Pontifical completo de Damasco de Seda bordado com seus competentes Galoens de ouro fino, em que entra o Frontal e Pano de Pulpito; Quatro Opas de Durante branco já uzadas; Quatro Covados de Seda bordada; Hum Manto de Nossa Senhora de Cambraia com Franja de Ouro; Dois Cálices de Prata com suas

³² Livro Robalo da Confraria, 1916, fl 2 e seguintes.

³³ Livro Pires de arrematações, 1936; Livro Roballo de arrematações, 1917.

³⁴ Livro Bragança, de inventários, 1823 e seguintes, fl 11.



Alfaias do culto.

competentes Patenas e Colherinhas; Hum Turíbulo e Naveta de Prata; Hua Coroa de Prata de Nossa Senhora; Sinco pedaços de Toiixa de sera com seis arrates e três quartos; Trez Alvas de Paninho com folhos; Tres Amitos; Quatro Cordoens para as mesmas Alvas; Hua arca de pau de castanho com sua fechadura em bom uso em que se metem paramentos; Huma Banqueta completa de seis Castiças e Cruz tudo Rico e Dourado; Três Camizas de Nossa Senhora; Hum Vestido de seda que Nossa Senhora tem vestido e com seu Manto; Hum Manto de seda Novo de Nossa Senhora; Hum Vestido e Manto de seda preto de nossa Senhora já uzado; Huma sanfa de Damasco de seda que se acha no Camarim da Tribuna com sua franja de seda; Tres alvas sendo huma de pano de Linho e duas de Paninho com folhos e com seus Competentes cordoens; Tres Cazulas de Damasco com seus Galões tudo novo; Hua Cazula de seda bordada já Velha; Hum Missal novo; Dois Missais já velhos; Tres Estantes dos mesmos; Seis Castiças de estanho; Huma Cruz de Estanho com Crucifixo; Huma Cruz de Pau com seu competente Crucifixo que ambas pertencem aos altares colaterais; Hua Alampada de Metal amarello antiga; Tres sacrais dos três altares já uzados e quebrados; Dois pares de Galhetas de Estanho³⁵.

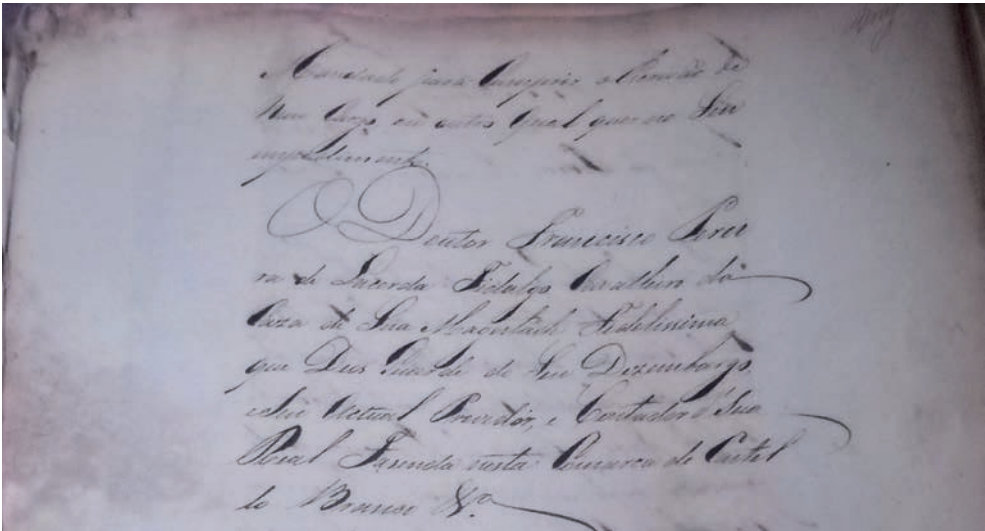
³⁵ Livro Bragança, fl 9v, fl 110 e fl 110v.

O recheio das casas de hospedagem não lhe ficava atrás e devia estar à altura da importância dos visitantes, clérigos, autoridades e convidados:

Sete Lençoes de Linho em bom uso; Hum lençol de Estopa já uzado: Hua Colxa bordada de seda; Quatro Enxergas de Linho em bom uso; Trez Toalhas de Algodão com Folhos; Dezassete Garfos de Ferro com pé preto, inclusos dois quebrados, Vinte Colheres de Fatania inclusas quatro sem cabo; Dezoito Facas de Cabo preto, incluza hua sem rabo; Duas Colheres para Cha; Dezassete pratos de Pó de Pedra para guardanapos; Sete pratos de Pó de Pedra para sopa; Dois dittos (pratos) de barro ordinários já Velhos; Doze Toalhas de paninho com folhos entrando duas do Lavatório que não tem folhos;

As propriedades rústicas e casas que nessa altura pertenciam ao santuário são, grosso modo, as que ainda hoje lhe pertencem, excluindo-se naturalmente o forno de cerâmica, de que há muito deixou de haver memória, e outras edificações posteriores:

Hua Ma(g)nifica Capella com sua sacristia contígua; Huma casa de Ospedaria pouco distante da Capella: Outras cazas em que habitão os Ermitoens com seu competente Quintal que pega com Tapada do Padre Francisco Pires Ferrão e com o Terreiro da Senhora; Outra Caza mais pequena que serve de Palheiro contígua às do Ermitão; Hum Chão mal Tapado que pega com Orta ou Quintal da Caza onde habitão os Ermitoens; Hum Terreiro Grande que se encontra pella parte do Norte, Telheiros que também são de Nossa Senhora, e pella parte do Poente se achão mais Telheiros pertencentes também à Senhora e no meio hum Chafariz e ao fundo para a parte do Sul hum Forno de Cozer Têlha, também pertencente a Senhora, Pega este Terreiro com Tapada de Joaquim da Fonseca da parte do



Mandato do provedor para se proceder ao inventário (1823).

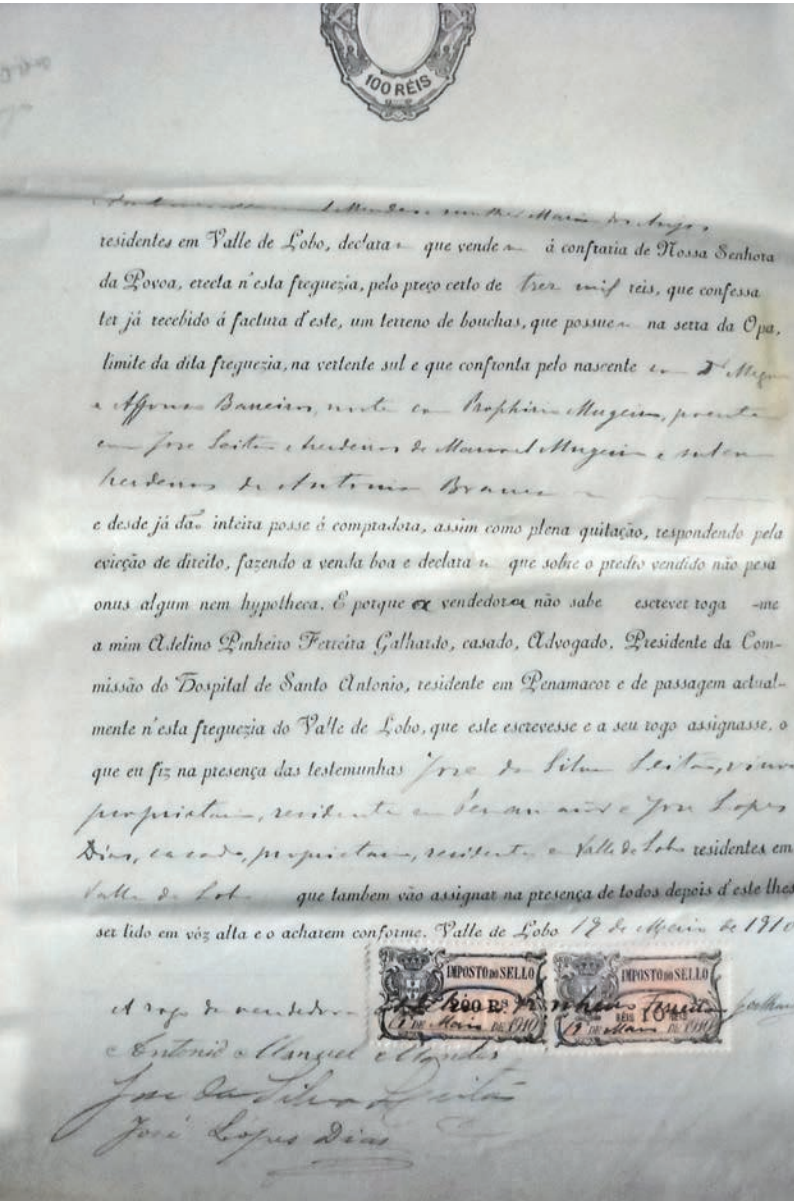
Nascente; Hum Chão com hua Oliveira no sítio da Póvoa, que pega com o Terreiro de Nossa Senhora e com Chão de Joaquim da Fonseca;

Há ainda referência a cerca de uma dezena de oliveiras dispersas e implantadas em terrenos alheios, incluindo uma no distrito da Guarda.

Por esta altura não consta que haja grande quantidade de ouro, apenas Hum Laço de Diamantes com duas oitavas³⁶ e dez grãos; Huns brincos também de Diamantes tendo cada hum seis Diamantes; Hum Cordão de Ouro Com quatro Oitavas;

Os inventários foram sendo atualizados ao longo de todo o século XIX, podendo-se, através deles, avaliar a evolução do património, que só não cresceu mais devido ao facto de os lucros terem revertido durante mais de 100 anos para o Hospital de Penamacor.

Em 1910, três escrituras de compra atestam a aquisição por parte da Confraria de três terrenos de bouchas, todos na encosta sul da Serra d'Opa. Curiosamente foram escritas pelo conhecido notário penamacorense Adelino Ferreira Galhardo, que se identifica como advogado e presidente da Comissão do Hospital de Santo António. Outra nota é a intervenção, enquanto testemunha, do professor José Lopes Dias³⁷, que, aliás, participaria diversas vezes nas Confrarias durante a primeira metade do século³⁸. O seu nome consta em vários documentos e livros de aprovação de contas e orçamentos, arrematações e outros. Apesar disso, são menos abundantes as informações referentes ao último século, sobretudo na segunda metade. As apólices de seguro dão-nos uma pequena ideia dos bens mais valiosos e que mereciam a constituição de apólices³⁹. Em 1928 a apólice elenca um conjunto de três casas de habitação, com altos e baixos, no valor total de vinte mil escudos, e outras três mais modestas, de um só piso,



Escritura de compra de terreno.

³⁶ A oitava (usada no século XIX) era a oitava parte de uma onça de ouro, correspondendo a 3,585 g.

³⁷ Documentos avulsos do espólio do Padre Chorão

³⁸ Idem

³⁹ Idem



A romaria na primeira metade do séc. XX.

imóveis, duas imagens da Senhora da Póvoas, paramentos diversos, dezanove candeeiros, diverso mobiliário das casas, não se referindo loiças. São também descritos objetos em ouro: *três cordões, dois pares de brincos, três gargantilhas, três fios, três fieiras, duas cruzes, um par de argolas, um alfinete-travessão, uma medalha, uma libra em ouro antiga, com o peso de 260 gramas*⁴⁰.

Um novo seguro, feito um ano depois, que contempla apenas as alfaias e joias guardadas no cofre, detalha os objetos nele contidos, no valor total de dez mil e trezentos escudos: *cálice, manta, turíbulo e coroa, tudo prateado; cálice de latão amarelo, coroa e custódia, dourados, dois vestidos e quatro mantas de seda usadas, referindo também os objetos em ouro que se mencionavam no inventário.*

É provável que as peças em ouro constantes na documentação analisada ainda hoje existam. O Padre Francisco Chorão, pároco desde 1942, por precaução, contratualizou a guarda do ouro da romaria num cofre-forte de uma dependência bancária localizada na cidade da Guarda. Com o seu envelhecimento e morte recebeu-se que o assunto não estivesse devidamente acautelado,

a que se atribui o valor de mil escudos cada, servindo uma de habitação do eremitão e as outras duas de palheiro e arrecadação. A mesma apólice atribui à capela o valor de dois mil escudos, a que acrescem oito mil e seiscentos escudos dos altares e coro, enquanto para as alfaias, que não discrimina, apresenta o valor de onze mil escudos. Há ainda referência a um cofre de madeira, à guarda do tesoureiro da Confraria, contendo vasos sagrados e joias de ouro e prata. Totalizava o valor segurado cinquenta mil escudos.

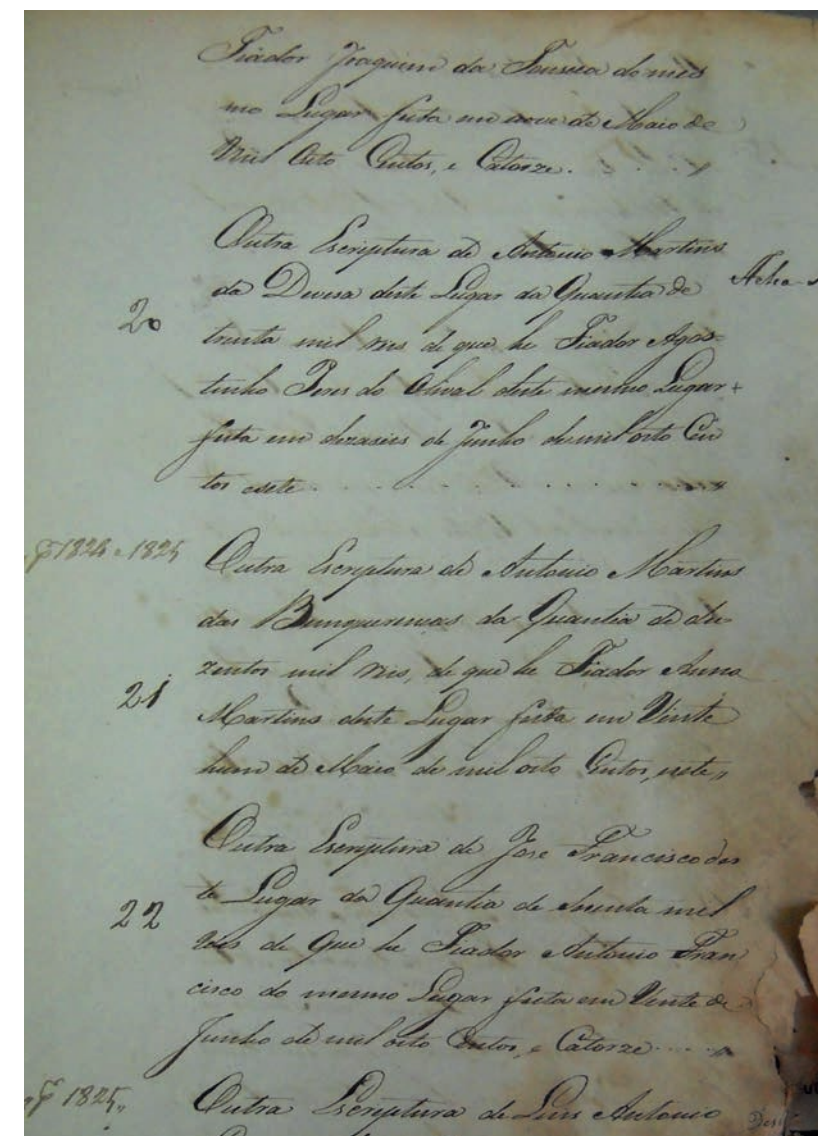
Em 1931 foi mandado fazer outro inventário aos bens da romaria. Estava relacionado com o litígio que persistia desde 1911 entre a Igreja e o Estado, devido à expropriação dos bens eclesiásticos. Ao ato presidiu José Lopes Dias, juiz de paz de Vale de Lobo, contando também com o regedor José Maria Mugeiro e Joaquim Martins Bogas. Além do arraial e capela, descreviam-se as casas de hospedaria e do eremitão, o forno de telha, o depósito da água, o chafariz, assim como bens

e na verdade, ao que apurámos, correu-se o risco de se perder esse espólio, já que o pároco se terá esquecido de pagar o aluguer anual do cofre e até a chave desaparecera. Após negociação com o banco, os receios dissiparam-se. A intervenção de um técnico possibilitou a abertura forçada do cofre e recuperarem-se vários quilos de ouro cujo valor não nos atrevemos a calcular. É opinião entre os mordomos mais recentes que esta riqueza seja mantida intacta e que só se utilize *para uma aflição*. A grande reparação da capela, incluindo os telhados e de todo o interior, bem como as suas talhas, que ocorreu há cinco anos atrás, não terá sido catalogada como *aflição*, já que as despesas foram pagas com verbas correntes dos saldos da festa.

COBRANÇAS DIFÍCEIS

Além do património e dos bens já referidos, o inventário de 1823⁴¹ elencava também um conjunto de 54 escrituras de empréstimos de dinheiro a juros a várias pessoas da região, totalizando largas centenas de milhares de réis, cujas datas de início abrangiam o período de 1791 a 1823. Cerca de metade desses empréstimos reporta a 1814, o que poderá talvez explicar-se pela notícia do fim das guerras napoleónicas e pela queda do próprio Napoleão, que ocorreu em 6 de Abril de 1814. Poder-se-á adivinhar uma grande afluência de pessoas e consequente receita da romaria desse ano, realizada entre 29 e 31 de Maio, como se poderá também presumir das razões para empreender, da parte dos que pediram os empréstimos.

Infelizmente, apesar de nas escrituras constarem fiadores, nem sempre os juros eram recebidos, por vezes nem sequer os capitais e casos houve em que foi necessário interpor ações executivas para os cobrar. Um empréstimo de valor elevado, concedido a Joaquim Silva, de Monsanto, em 1815, ainda estava por liquidar 20 anos depois. E não era o único.



Empréstimos concedidos a particulares, mediante o pagamento de juros.

⁴⁰ Livro de Inventários, cópia cedida por António José Marques.

⁴¹ Livro Bragança, de inventários, 1823 e seguintes, fl 4v a fl 9.

Tais negligências deviam-se por certo à rotatividade dos cargos de gestão da Confraria, que levava a que se perdesse a informação na passagem de testemunho, além de nenhum dos seus membros se dedicar às tarefas da festa a tempo inteiro. Os fiscais é que não estavam pelos ajustes e obrigam alguns tesoureiros menos zelosos na cobrança dos juros a pagá-los por eles próprios, como aconteceu entre os anos 15 a 25 de oitocentos. Face aos montantes em dívida e a dificuldade em os receber, justificava-se contratar alguém para efetuar as cobranças, coisa que se pede ao Juiz da Comarca em junho de 1829:

Dizem os mordomos de N.S. da Póvoa, erecta no lugar de Valedelobo desta Comarca que devendo-se à dita Irmandade grandes somas de dinheiros provenientes de capitaes constituídos a juro, cujos se não tem podido arrecadar por não haver hum zelador ou agente que promova as execuções e pleitos nas diferentes terras e como seja indispensável que a dita arrecadação se consigua para pagamento das obras no arraial de N. S., os suplicantes pertendem se digne conceder-lhes licença p^a em Meza se estabelecer um homem hábil e de inteligência que haja na qualidade de zelador e trate da dita arrecadação⁴².

O EREMITÃO

O papel de eremitão de um templo ou santuário é importantíssimo quando estes se situem em local ermo, longe das povoações, pois é ele que garante a preservação e guarda dos bens desses locais e os mantém limpos e funcionais para a visitação e para o culto.

Maria Augusta, agora com 86 anos, viveu quinze anos no santuário da Senhora da Póvoa, desde que o marido foi contratado para eremitão, em 1966. Os dois filhos mais novos, de oito que teve, nasceram lá, como foi o caso de Ester Marques que ainda hoje recorda com nostalgia os anos que ali viveu: *Era como viver numa quinta, era ali a casa de família*. Lá, chegaram a morar dez pessoas, entre irmãos e primos. Era pequena para tanta gente, mas o Padre Chorão lá autorizou que alguns dormissem numa das casas de hospedaria que estava devoluta.

Ester lembra-se, como se fosse hoje, dos quartos, da cantareira, da lareira sem chaminé, da arca salgadeira, dos anexos para o gado, da loja do burro, do cortelho do porco, do galinheiro. Maria Augusta interrompe para dizer que tinha 120 cabeças de gado miúdo, ovelhas e cabras, e 5 vacas, das quais duas



Rapazes do Vale em retiro em meados do sec. XX (alguns ainda vivos).

eram de trabalho. O gado pastava no recinto e na serra, mas cultivavam outros terrenos e hortas fora do recinto, chegando a colher 500 alqueires de trigo.

A partir de certa altura deixou de valer a pena, pois *recebia um conto e quinhentos de ordenado anual e pagava quinhentos de renda pelos terrenos*. As casas davam muito trabalho para estar tudo em ordem e era preciso manter a capela limpa, roçar os sobrados para as festas. A limpeza não se podia descuidar, não só por ocasião dos festejos mas também durante o resto do ano, pelos muitos peregrinos que visitavam o santuário. Além disso, o santuário servia também de local de retiros e até casamentos se faziam na capela, cujas bodas geralmente tinham lugar nas casas de hospedaria.

Entretanto o marido decidiu ir para a França, como tantos outros. Passo errado, ao que parece, *não ganhou por lá nada, voltou passados três ou quatro meses*.

O casal João Marques Lopes e Georgina Melo sucedeu no cargo a Maria Augusta, mas acabaria por ser o filho mais velho desta o último eremitão da romaria. Maria Augusta desabafa que *não queriam pagar ao eremitão que estava lá todo o ano e depois passaram a pagar ordenado mensal para os mordomos irem abrir e fechar a capela*.

⁴² Livro Penteado da Confraria, fl 33 e 33v



A água da mina da Senhora da Póvoa foi sempre muito apreciada pelos peregrinos (na foto os copos usados no chafariz).

Nos anos 30 de oitocentos, o eremitão era nomeado *por costume antiquíssimo pelo reverendo prior do lugar da Mouta*, mas a Mesa da Confraria tinha o poder de o impugnar quando achasse que a pessoa em causa não tinha as qualidades necessárias para o desempenho do cargo. O eremitão tinha direito a casa e *hum bom quintal, com árvores e videiras de latada*, recebendo anualmente quatro mil e oitocentos réis, além da permissão de *tirar esmola com a taboleta da Senhora*⁴³.

As tarefas e responsabilidades a que se comprometia relacionavam-se com a conservação e limpeza dos espaços e edifícios, devendo *varrer a capela todos os sábados e as casas sempre que necessário*, zelar pela conservação de telhados e rebocos das paredes, impedir que se destruíssem as árvores do arraial e abrir a capela aos devotos que se apresentassem para a visitar, entre outras⁴⁴.

No final do século XIX os pastos do arraial eram arrematados a terceiros, mas o eremitão tinha direito a apascentar nele quatro cabeças de gado de qualquer espécie e as galinhas que entendesse.

⁴³ Livro Penteado, fl 39 e fl 39v, (estatutos da Confraria) espólio Padre Chorão

⁴⁴ idem

AS ARREMATAÇÕES

A maior parte dos nossos campos está hoje, lamentavelmente, ao abandono e sem qualquer aproveitamento. Mas nem sempre foi assim, tempos houve em que havia grande quantidade de gado nas aldeias e, em consequência, uma forte procura de pastos, a pontos de os terrenos da autarquia e da Senhora da Póvoa serem uma das principais fontes de rendimento destas duas entidades.

Todos os anos se efetuavam as arrematações não só de ervagens mas também de hortas, cavadas, aradas, alqueves, feitas em épocas distintas do ano, conforme a natureza das utilizações. Também as empreitadas e serviços que fosse necessário contratar eram objeto deste tipo de concurso, com claro benefício para a entidade contratante. Um bom exemplo a seguir.

As vendas eram feitas à saída da missa, de forma pública e transparente, através das ditas arrematações, que eram objeto de anúncio prévio e de registo nos respetivos livros. No caso das pastagens, além do pagamento na data aprazada, os arrematantes comprometiam-se a compensar a Confraria por quaisquer prejuízos *que por falta de vigilância, fossem cometidos nas casas, telheiros, capela ou arvoredos*. Era permitido aos romeiros soltar os seus animais domésticos enquanto cumprissem o seu voto de fé. Sendo a festa o momento mais alto da vida do santuário, este teria que ficar livre de feno e gados uma semana antes e até 3 dias depois, enquanto a água dos tanques poderia ser facultada também a outros pastores para abeberamento dos animais.

Os tempos de guerra são sempre difíceis, acarretando habitualmente aumentos consideráveis da inflação e do custo de vida, como aconteceu durante as décadas de 30 e 40 do século passado (Guerra Civil de Espanha e II Guerra Mundial), período em que os valores licitados pelos pastos do arraial refletem esse aumento galopante da inflação, passando, em poucos anos, de uma base de cem para quinhentos escudos e um valor de arrematação de trezentos para mil e quinhentos escudos.

O HOSPITAL DE PENAMACOR E A SENHORA DA PÓVOA

Não cabe aqui o estudo do Hospital de Penamacor, que certamente merece investigação histórica aprofundada e à qual alguns já dedicaram parte do seu tempo. O assunto interessa-nos na medida em que muito do sucesso daquela saudosa instituição se deveu aos rendimentos da romaria.



Sem prejuízo da existência de documentos mais antigos, Augusto Borges realçou a importância do Hospital Real Militar de Penamacor durante a guerra da restauração⁴⁵. O edifício, construído de raiz, ainda hoje subsiste e corresponde às duas alas mais antigas do quartel onde se instalou depois a 2.ª Companhia Disciplinar de Penamacor. Face à importância histórica desta vila raiana e da sua fortificação na defesa das nossas fronteiras, forçosamente teve hospital desde cedo para acudir aos feridos das constantes guerras com Castela.

Nas memórias paroquiais, o vigário da freguesia de São Tiago de Penamacor fala-nos não de um, mas de dois hospitais: o dito hospital militar, administrado pelos irmãos hospitaleiros de São João de Deus, e o da Santa Casa da Misericórdia, muito antigo, referido num livro de mil quinhentos e sessenta e sete, antes chamado Hospital da Gafaria ou de São Lázaro, e que ainda se conservava em 1758 com o nome de Hospital da Misericórdia, *com tão poucas rendas que alguns pobres enfermos que para ele vão os sustenta o Provedor da Caridade dos fiéis*⁴⁶.

Uma portaria de 7 de Janeiro de 1835 decretava a instalação do denominado Hospital de Santo António, além de uma casa de *creação de expostos*, o que seria feito em edifício pertencente ao Convento de Santo António e sustentado com os rendimentos da Confraria da Senhora da Póvoa⁴⁷. A legislação terá tradução prática sob a forma de compromisso estatutário da respetiva Confraria, cujo articulado seria depois alterado em diversas ocasiões para o adaptar às novas realidades, sob a vigilância apertada das entidades públicas e do próprio hospital.

O grande impulsionador do Hospital de Santo António foi Francisco de Paula Pinheiro Tavares. As ordens religiosas tinham sido extintas no ano anterior e os bens delas integrados na fazenda pública, pelo que pôde o Estado dispor das dependências do extinto Convento de Santo António para nele autorizar a instalação do hospital. Mas só em 17 de abril de 1867 o rei D. Luís confirmaria em definitivo a cedência⁴⁸, pelo que, até aí, o hospital funcionou em instalações provisórias.

Para garantir que não havia quaisquer desvios, não tardou que a Comissão Administrativa do Hospital passasse a vir junto da Confraria para tomar as contas e assistir à abertura da caixa das esmolas, o que era feito nos dias da

⁴⁵ BORGES, Augusto Moutinho, *Novos dados sobre o Real Hospital Militar de S. João de Deus na Praça de Penamacor*, MEDICINA NA BEIRA INTERIOR DA PRÉ-HISTÓRIA AO SÉCULO XX, Cadernos de cultura, novembro, 2006.

⁴⁶ O Vigário, Ascensão de Carvalho, freguesia de São Tiago de Penamacor, Memórias paroquiais.

⁴⁷ Diário do reino, Portaria do ministro dos Negócios do Reino, 25 de Outubro de 1882.

⁴⁸ Decreto lei n.º 87, do 17 de abril de 1867.



Antigo Hospital de Santo António – para evitar ruína, a estrutura do edifício foi estabilizada no início do século.

feita com o tesoureiro, secretário e restantes membros da Confraria: *E acharam terem produzido as ofertas em dinheiro e joias de diferentes qualidades, nos três dias da festa à mesma Senhora, a quantia de trezentos setenta mil, oitocentos e vinte réis, na qual entra a de três mil e cinquenta réis que o tesoureiro João Mendes entregou pelo saldo de contas do anno de mil oitocentos e quarenta e quatro e da sobredita quantia se abateram as despesas que se pagaram para a festa.*

Em 1882, as sobras da romaria motivam uma divergência entre as gerências do Hospital e da Misericórdia e o Governador Civil. Pretendia a Misericórdia juntar estatutariamente as duas administrações numa só, mas o representante do distrito desconfiava das reais intenções, contrapondo que os poucos rendimentos da misericórdia em nada beneficiariam o hospital; em contrapartida, argumenta, *a administração do hospital tem sido proveitosa, visto ter o estabelecimento segura uma receita de 1:500\$000 réis, com os quaes soccorre muitos doentes pobres, como se vê do seu ultimo orçamento. O Governador Civil receava que dos rendimentos do hospital alguma coisa se distraia para despesas da misericórdia, a maior parte das quaes não merecem preferencia às do hospital*⁴⁹.

⁴⁹ Diário do reino, Portaria do ministro dos Negócios do Reino, 25 de Outubro de 1882.



Participação do VSP no cortejo de oferendas promovido pelo Hospital, 1971.

O regulamento do hospital, aprovado sete anos depois (1889), reitera como sua principal fonte de receita *as sobras dos rendimentos da Confraria de Nossa Senhora da Póvoa, da freguesia de Valle de Lobo, depois de deduzidas as despesas absolutamente necessárias para o conseguimento dos fins da mesma Confraria*, e o novo regulamento, de 1902, previa mesmo que a comissão administrativa do hospital assistisse *à festividade de Nossa Senhora da Póvoa, a fim de fiscalizar o seu rendimento e receber as sobras*.

Os elevados rendimentos que chegavam aos cofres do hospital levaram a comissão administrativa à construção, em 1905/1906, de novas instalações, com um novo pavilhão com o nome da padroeira, cuja imagem foi colocada na cumeeira da fachada do corpo central, ao tempo dedicado à clínica geral. O novo hospital, cuja iniciativa partira do Dr. Adelino Pinheiro Ferreira Galhardo, tornava-se assim num dos mais modernos do distrito⁵⁰.

As novas instalações foram inauguradas com pompa e circunstância, com

⁵⁰ LANDEIRO, José Manuel, O Concelho de Penamacor, na história, na tradição e na lenda, 1938

a presença da imagem de Nossa Senhora da Póvoa, transportada de véspera do Vale de Lobo para a Capela de Santo Cristo, de Penamacor. No dia da festa, *Nossa Senhora foi processionalmente acompanhada do pároco do Vale e Confraria da Senhora da Póvoa para junto do velho hospital, onde se celebrou missa campal*. Finalizada a missa, o cortejo, que integrava os doentes capazes de se deslocar, dirigiu-se para as novas instalações, e, em ato solene, foram consagradas à Virgem⁵¹.

Em 1931, uma das cláusulas do regulamento, então revisto, corroborava a permissão dos vogais da comissão administrativa do hospital para assistirem às festividades e ao *recebimento das esmolas e contagem destas*, podendo até colaborar no próprio recebimento⁵². Reforçava-se dessa forma um controlo efetivo e garantia-se que não haveria desvios das receitas para outros fins que não os autorizados. Uma ata da reunião da Junta Geral do distrito de Castelo Branco, do mesmo ano, dá conta de alguma tensão entre o hospital e a

⁵¹ LANDEIRO, José Manuel, O Concelho de Penamacor, na história, na tradição e na lenda, 1938

⁵² Decreto do Ministro do Interior n.º 19.661, publicado no Diário do Governo em 29 de Abril de 1931.

Ranchinho do VSP – cortejo de oferendas.



Cópia

Ata da Comissão Administrativa da Junta Geral do Distrito de Castelo Branco, realizada em Colares de Janeiro de mil novecentos e trinta e um.

O vogal senhor Doutor Adelino Esteves Robalo Cordeiro, relator do processo de contas da confraria de Nossa Senhora da Póvoa, da freguesia de Vale de Lobo concelho de Penamacor, distribuiu a S. Ex.^a na ultima sessão desta Junta Geral de pois de plenamente a justificar, euria para a fazer a seguinte proposta: - " Propomos que se faça sentir a quem superintende na organização do orçamento e contas relativos ao culto e romaria de Nossa Senhora da Póvoa, a estranheza desta Junta Geral por todos os verbos despendidos em gratificações, seja quem for por motivo de pequenos serviços prestados a religião de quasi todos os portugueses e a Santa Cause de Caridade Publica, para que ninguém possa afirmar com verdade que aqueles que organizam o culto na referida Senhora da Póvoa se limitam a administração do Hospital de Santa Eufemia de Penamacor o fazem com intuição ou sem a nobre isenção propria de quem lida com os cursos de Deus, na certeza porém, de

Confraria, com o penamacorense Adelino Cordeiro, vogal da Junta, a queixar-se das muitas gratificações dadas a todo o tipo de prestadores de serviços da festa, dinheiro esse que deixava de entrar nos cofres do Hospital⁵³.

Alguns anos depois a tensão avoluma-se em redor de uma cláusula dos estatutos, com o Hospital a pretender condicionar orçamentos e despesas da Confraria. O diferendo só ficou resolvido com uma reunião entre o ordinário diocesano e o Governador Civil, com decisão a favor da Confraria⁵⁴.

Como se constatou, durante a República e o Estado Novo ainda as esmolas da romaria se destinavam ao hospital. Não sem que a diocese tentasse fazer reverter a situação, levando, em 1930, o bispo D. José Alves Mattoso, a litigar com o Hospital e Câmara Municipal, com o prelado a recorrer ao papa Pio XI, que decidiu a favor do Hospital⁵⁵.

A rutura definitiva acabaria por consumir-se a partir dos anos 40. Os reflexos no hospital foram óbvios: com a redução de receitas, foi declinando e acabaria por encerrar. Em 1971 houve uma tentativa infrutífera de o reabilitar, intenção a que ficou associado um célebre e concorrido desfile etnográfico de oferendas.

Muito mais se poderia escrever sobre esta relação das receitas da romaria com a assistência hospitalar aos pobres, que de outro modo não teriam possibilidades de ser tratados.

FESTA SEM ARRAIAL

Ao longo dos tempos, a Igreja tentou impor aos fiéis a distinção clara entre a fé e o comércio, entre a festa cristã e a festa pagã. Para o povo, habituado a misturar a seriedade da oração e a leviandade do divertimento, este tipo de imposições foi causa frequente de divergências, como a que aconteceu em 1941 na Senhora da Póvoa, ano em que a festa não se realizou devido às imposições do prelado. Alguns arceprestes da diocese terão comunicado ao bispo, D. José Alves Mattoso, que resolveram não assistir a festas religiosas a que de alguma forma andem ligados quaisquer arraiais. Em resultado disso, o bispo proibiu os arraiais em todas as festas religiosas. Numa nota enviada aos párocos, datada de 3 de Maio desse ano, alegava que a mesma proibição já ocorria em dioceses vizinhas.

⁵³ Ata de reunião da Junta Geral do distrito de Castelo Branco, 1931, espólio Padre Francisco Chorão.

⁵⁴ Carta do Governador Civil de castelo Branco enviada à Câmara Municipal de Penamacor, 1937, espólio Padre Francisco Chorão.

⁵⁵ PINHARANDA GOMES, Josué, *História da Diocese da Guarda*, Braga, 1981, pag. 458-459



A romaria na primeira metade do séc. XX.

Na verdade, a posição de força da diocese filia-se e era consequente com o novo quadro proposto pela assinatura da célebre Concordata entre Portugal e a Santa Sé⁵⁶. Reafirmava-se assim o poder da Igreja na sociedade portuguesa em pleno apogeu da ditadura. Mas neste particular não deixava de ser uma decisão radical para um povo ávido de festa, mais avesso à seriedade religiosa do que à alegria contagiante do divertimento profano. Podemos imaginar a polémica que se gerou e o desagrado generalizado nas povoações mais diretamente envolvidas, com o Vale de Lobo, à cabeça.

Alguns padres discordavam da decisão considerando-a insensata. Mas para que não houvesse a veleidade de desobediência às ordens superiores, a provisão episcopal avisava: *incorreria ipso facto na suspensão do exercício das suas ordens religiosas qualquer sacerdote que ouse promover ou assistir a alguma festa ou arraial nesta diocese*.

Nesse ano, a festa estava agendada para os dias 1, 2 e 3 de junho. Faltava, portanto, menos de um mês para a sua realização e não havia tempo para a organizar excluindo a parafernália de saltimbanco, tocadores, adufeiras, malabaristas, taberneiros, vendedores de toda a espécie de alfaías, correeiros, cesteiros, louceiros, etc. A solução óbvia foi não realizá-la e substituí-la por uma *soleníssima festividade religiosa com peregrinação de todas as freguesias vizinhas* a anunciar oportunamente. Foi a partir

deste acontecimento que a festa se passou a realizar apenas na segunda-feira.

Não se ficou por aí a mudança. Os comerciantes deixaram de poder vender no santuário, tampouco o podiam fazer em redor do recinto, e nem sequer na estrada de acesso, que a Confraria considerava pertencer-lhe. Os tendeiros não se deram por vencidos, e arranjam uma solução de recurso instalando-se

⁵⁶ A Concordata, assinada a 7 de maio de 1940 viria regularizar as relações diplomáticas entre os dois estados, deterioradas desde a implantação da república.



Assistindo à missa campal.

na Quinta da Nogueira, junto à estrada nacional, situação que originou um verdadeiro corrupio entre a quinta e o santuário. Dez anos depois feira e tabernas ainda permaneciam na quinta, e só mais tarde se foram aproximando até tudo voltar a ser como antes.

OS MORDOMOS

Formalmente é o pároco que preside e superintende na mordomia, mas na prática a sua ação concentra-se nas questões religiosas, em tudo o mais são os mordomos que tratam, antes e depois das festas. Joaquim Capelo, mordomo há mais de uma década, confessa que os preparativos da festa os ocupa, a ele e aos restantes mordomos, mais de uma semana. *E depois da festa, ainda há*



Mordomos e acólitos.

toda uma série de tarefas para cumprir. Além disso, há muito que deixou de haver eremitão, pelo que todos os dias um dos mordomos tem que ir abrir e fechar a capela de manhã e à tarde, havendo ainda que proceder, pelo menos uma vez por mês, a limpezas e lavagem de roupas.

A Comissão é composta por quatro casais. Os homens tratam dos assuntos fora de portas, como a contratação de prestadores de serviços e das autoridades, dos apoios das autarquias quando necessários, da colocação de contentores do lixo, das bandeiras, da limpeza do recinto, dos estacionamento e de todas as tarefas que exijam maior esforço físico. Por seu lado, as mulheres arranjam os altares, limpam e arrumam os espaços interiores, desde a capela às dependências, e fazem todas as tarefas que tradicionalmente exijam a sua mestria.

Em épocas mais antigas a preparação da festa era ainda mais exigente, quer para os mordomos, quer para os prestadores de serviços, quer mesmo para os negociantes. As irmãs Ilda e Saudade Mendes recordam que para elas as lides da festa duravam quase um mês, porque o seu pai, além de lá montar taberna e vender géneros para a festa, desde leite, legumes e feno para animais, também alugava madeiras e telheiros aos feirantes, que *tinham que se começar a montar com quinze dias de antecedência.*

Atualmente há melhores condições para os utilizadores do santuário e, por isso, são menores as exigências. Mesmo assim, continuam a ser muitas as pessoas envolvidas, sobretudo nas celebrações



O grupo coral acompanha as celebrações.

religiosas. Entram aqui os padres - mais de uma dúzia -, o grupo coral, os acólitos que ajudam nas cerimónias. Organizar todas essas pessoas nas suas diferentes tarefas, facultar-lhes os meios e franquear-lhes os espaços não é tarefa fácil. Ao merecido almoço, servido no salão por restaurante contratado, contabilizam-se mais de 30 pessoas, incluindo convidados e autoridades.

No meio de toda esta azáfama, há que prestar especial atenção à arrecadação das receitas, sejam as provenientes de esmolas e dádivas, sejam as cobranças feitas aos comerciantes. Estes pagam consoante o volume e tipologia do negócio e do espaço que ocupam. Os restaurantes, por via de regra, são os que mais pagam.





A ALDEIA

A ORIGEM

Por falta de fontes documentais, dificilmente alguma vez se saberá a data de fundação do antigo Vale de Lobo. Sabe-se, sim, é que parte das suas terras pertenceram, no final do século XII, ao termo da Guarda, que ao tempo compreendia o imenso território desde o rio Mondego ao rio Tejo. Assim se confirma pela descrição dos seus limites, a partir da leitura do foral, concedido por D. Sancho I em 1199: *In primeyramente Coa per Porto do Alvacil e per Porto Velho de Pega. (...) per cabeça D'Opa, e pelho Peego de Carro, e pelhas quebradas de Meymona*⁰¹.

A Serra d'Opa sempre se apresentou como limite de territórios, é assim hoje e era assim antigamente, talvez já o fosse no período pré-romano. Em 1228, D. Sancho II, ao conceder foral à vila de Sortelha, define os limites do termo, que passava *pelo semideiro velho em direção à serra d'Opa conforme escorrem as águas para o termo de Sortelha e daí ao bico da Opa conforme vai direito ao lugar onde entra na jurisdição da Meimosa Seca (...)*, nesta parte coincidentes com o termo da Guarda.

A mais antiga referência conhecida sobre a povoação data de 1264, a propósito de uma sentença relacionada com a divisão dos rendimentos das igrejas entre o cabido e o bispo da Guarda, D. Rodrigo⁰². Por essa altura a nova diocese egitaniense estava em fase de consolidação, depois de largos anos sem sede própria. Nova referência figura, anos mais tarde, na inquirição mandada fazer ao reino por D. Dinis, na parte que dizia respeito às terras e termos da Covilhã, a que já pertencia nessa altura. É uma menção singela atestando que o cavaleiro Ruy Pais possuía aqui cinco casais *que deles fez terra honrada*⁰³.

⁰¹ TT – Núcleo Antigo, n.º 398 (antiga cota, Forais Antigos, M. 6, n.º 4), fls. 41-43v, cópia do século XV. (Transcrição de Maria Helena da Cruz Coelho)

⁰² Referência que surge escrita em latim, Valle Lupi (ver Pinharanda Gomes, pag. 192 a 199).

⁰³ Cf. Inquirição de D. Dinis (terras honradas eram as que provinham de doações, mercês ou cartas de honra, atribuídas como privilégio a nobres ou ricos-homens).

O Concelho da Covilhã foi fundado em 1186, com uma demarcação de território que ia de Oleiros às Portas do Rodão, subia o Tejo até Montalvão, abrangia parte dos campos da Idanha aos contrafortes da Serra da Malcata e Ribeira de Meimoa até Belmonte e Valhelhas⁰⁴.

Embora sucinta, a referência histórica sobre os cinco casais de Ruy Pais pode ser complementada com outras informações. Vem o caso a propósito de uma outra inquirição, desta feita sobre as igrejas, mandada elaborar também no reinado de D. Dinis, em 1321, onde consta a Igreja de *Val de Lobo* com um rendimento anual de 30 libras⁰⁵. Para ajudar a custear as despesas da guerra contra os mouros, o papa concedera a D. Dinis parte das receitas das igrejas do reino, pelo que o nosso rei não perdeu tempo a inventariá-las, procurando conhecer o seu rendimento. Ainda que tal não possa confirmar-se pelos documentos, a existência de igreja e dos cinco casais no termo da aldeia indiciava tratar-se de uma povoação consolidada, que muito provavelmente constituía já uma paróquia no início do século XIV.

Até à segunda metade de trezentos a aldeia ainda pertencia ao concelho da Covilhã, tendo passado, em data que não se conhece com rigor, para o de

⁰⁴ VICENTE, Maria da Graça, *Entre Zêzere e Tejo* Propriedade e Povoamento (séculos XII- XIV), Universidade de Lisboa, FL, 2013, pag. 20
⁰⁵ IANTT: Livro Branco do Cabido da Sé de Coimbra – fls 43, 44 vº



Na meada do século XX até as serras eram cultivadas. Além da muita população, havia milhares de cabeças de gado.



Penamacor, por determinação do rei D Fernando, que reinou entre 1367 e 1383. As prolongadas guerras com Castela (guerras fernandinas) davam aos concelhos raianos uma importância acrescida que tinha reflexos nas reivindicações apresentadas ao rei. Foi após um pedido do concelho e *homens bons* de Penamacor, alegando necessitar de povos onde recrutar mais gente para as guerras, que lhe foram dadas por termo, além do Vale de Lobo, as povoações de Martim Anes, Aldeia da Mata, Catrão, Póvoa dos Frades, Colmeal e Anasçer, com os respetivos termos⁰⁶.

Por outro documento sabe-se que a transferência ocorrera antes de 1381. A segunda metade do século XIV fora marcada pela tragédia, não só da guerra, mas também da peste negra, que primeiramente se instalou em ambientes de vida coletiva, como os conventos, e, mais tarde, se generalizou por todo o reino, tendo dizimado grande parte da população. Em 1381, o concelho de Penamacor era bem o exemplo dessa tragédia, voltando a queixar-se da falta

⁰⁶ IAN/TT, Beira, livro 1, fl. 44, 44v.



Cortejo de individualidades, 1966.

de gente, por mingua dos moradores dos sobre ditos lugares (Vale de Lobo, Ferreira, Colmeal, Póvoa de Frades, Anacer, Mata, Aldeia de Martim Anes) que lhes asy foram dados por termo⁰⁷.

A mudança de tutela não foi pacífica, já por os moradores desses lugares não aceitarem de bom grado integrar o concelho raiano, desde logo pelos perigos que advinham das guerrilhas de fronteira. E a querela arrastou-se pelas décadas seguintes. A Covilhã fora compensada pela perda das ditas povoações com a atribuição de outras terras serranas, o que deu lugar a outros tantos conflitos com os anteriores municípios desses termos que resistiram a cedê-los. Quase cem anos depois ainda havia resquícios do litígio, sanado apenas no reinado de D. Afonso V, em 1454, com a confirmação dos termos municipais⁰⁸.

Referências ao Vale de Lobo podem também ser encontradas nas demarcações de terras e limites nos tombos elaborados aquando das visitas feitas

⁰⁷ Bracara Augusta, *Actas do congresso histórico do Portugal medievo*, Volume 14, pag. 216, Câmara Municipal de Braga, 1963.

⁰⁸ AN/TT, Beira, L 1, fl 10v

à Comenda da Meimoa da Ordem de Avis. A primeira referência data de 1518, aquando da visitação mais antiga que se conhece sobre aquela comenda, e reporta ao dízimo do lemitte da Meimoa e assim de qualquer outra terra que os moradores da Meimoa lavrarem, ainda que fora do lemitte, se paga à ditta Comenda e Ordem, [fl. 17] menos na Bemquerença e Valle do Lobo. Os limites entre o Vale e a Meimoa já nesse tempo se encontravam consolidados, passando pela Cumiada dos Fiéis de Deus, caminho do Furadouro do Boi, águas vertentes para a Ribeira da Meimoa, dali se vai direito à Cabeça Galega assim como parte com o lemitte do Valle do Lobo e dali se vai direito ao Pardieiro do Coelho.

Embora alguns topónimos tenham mudado de nome, os limites não diferiam muito do que foi encontrado trezentos anos depois, pelo tempo da última visitação, feita em 1834, passando, tal como hoje, pelo cume da Serra da Cabeça Calva, dividindo com o Lemitte de Santo Estêvão, termo da Villa de Sortelha; e d'ahi endireitando com o cimo do Rio Torto, subindo a Serrinha do





Val do Lobo, seguindo a Serra da Gaiola, desce direito a um marco que está no sítio da Raza, no caminho que vai do Val do Lobo para Penamacor, e d'ahi, aonde está outro marco, onde dividem os três Lemittes do Val do Lobo, Benquerença e Meimoa, dividindo até aqui, pelo Norte, com o Lemitte do Val do Lobo.

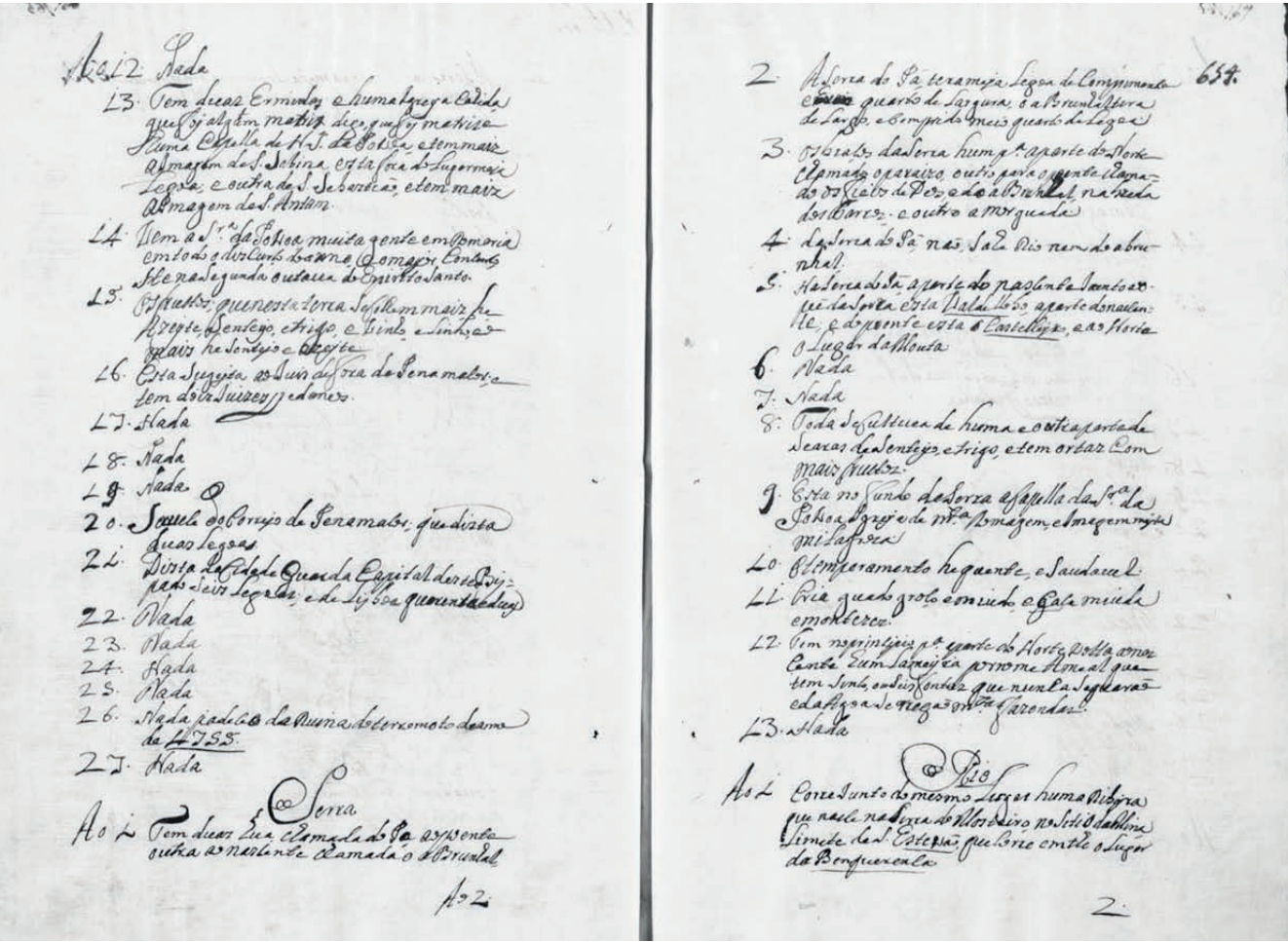
Comparativamente a outras aldeias do concelho, o Vale de Lobo era, em meados de oitocentos, uma das mais populosas. O padre António Carvalho da Costa, na sua célebre *Corografia Portuguesa*,⁰⁹ refere-se-lhe nestes termos: curado anexo ao priorado do lugar da Mouta, que apresenta o prior, tem 100 vizinhos e duas ermidas. Contudo é possível que nessa altura já fosse paróquia independente e essa informação seja devida á auscultação de livros antigos. Isto não invalida que, ainda no século XIX, seja o prior da Moita a nomear o eremitão da Senhora da Póvoa. Nas “memórias paroquiais” (1758) o Vale de Lobo surge também como dos lugares mais populosos do concelho, apenas ultrapassado pelo Pedrógão.

OS SÉCULOS XVIII E XIX

As “memórias paroquiais”, compiladas pouco tempo depois do grande terramoto de Lisboa, e destinando-se a fazer uma espécie de inventário geral do reino, são, ainda hoje, um excelente repositório de dados sobre a meada de setecentos. Além de se procurar saber se os lugares tinham sido afetados pelo terramoto, procedia-se à recolha sistemática e exaustiva de tudo o que existia, aproveitando o conhecimento que os párocos tinham das suas comunidades paroquiais. Trata-se efetivamente de um inquérito constituído por um rol de perguntas de resposta obrigatória. O pároco de Vale de Lobo não se alongou nas respostas, pouco acrescentando ao que já se sabia sobre a aldeia a partir das corografias anteriores.

A povoação tinha nesse tempo cento e doze fogos, equivalente a duzentas e sessenta e duas pessoas *de confissão e comunhão*, e quarenta crianças, uma população próxima à das últimas décadas da atualidade, mas com muito mais crianças e jovens que hoje. Vejamos o quadro evolutivo da demografia da aldeia, que em 1950 ultrapassou as mil pessoas e em 2011 contava menos de trezentas

⁰⁹ A Corografia do Padre Carvalho da Costa de final, do século XVII, início de XVIII, é uma compilação das províncias (seis), comarcas, bispados, concelhos e paróquias. Identifica cada situação no âmbito da etimologia, armas, fundação, características naturais e geográficas, inventariação de recursos, enumeração de construções e elementos de valorização e hierarquização, lendas, foral e privilégios, simbologia da orografia, muralhas e castelos, figuras ilustres.



Excerto das Memórias Paroquiais.

População da freguesia de Vale da Senhora da Póvoa (INE)														
1864	1878	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011
387	472	537	593	682	731	832	981	1094	975	636	429	388	333	257

Não nos foi possível aceder a livros de atas das juntas de paróquia e de freguesia, que poderiam ajudar a fazer um retrato mais rigoroso do Vale de Lobo de oitocentos. Tampouco foi possível confirmar se eles existem em algum sítio, infrutíferas que foram as pesquisas no arquivo da Câmara Municipal, na Junta d Freguesia, no espólio do falecido Padre Chorão e em espólios familiares. Um incêndio ocorrido em 8 de janeiro de 1992 destruiu

irremediavelmente o arquivo histórico da Junta de freguesia, incluindo os livros de atas¹⁰, pelo que só pudemos aceder a documentos localizados em arquivos ou espólios particulares. Através de um ou dois livros, encontrados em espólios particulares, e dos livros de atas da Câmara, à guarda do arquivo municipal, conseguimos saber mais alguma coisa em matéria de melhoramentos.

No início de 1870, no âmbito do estímulo ao desenvolvimento local das infraestruturas, o Governo Civil solicita aos municípios que em cada povoação se nomeie uma comissão de melhoramentos. A Câmara decidiu nomear o Padre João Pires da Cunha, António Vaz Mendes e Alexandre da Silva Campos¹¹ para a freguesia de Vale de Lobo. Ainda nesse ano, em setembro, já as comissões de Benquerença e Vale de Lobo requeriam à Câmara um subsídio para o conserto das calçadas. Em resposta, a Junta de Paróquia de Vale de Lobo foi autorizada a vender os pastos da Lameira da Senhora da Póvoa e a aplicar o produto da venda na construção das suas calçadas.

Seis anos depois a Junta volta a pedir que lhe seja concedido o produto dos pastos das lameiras concelhias existentes na aldeia, para ser aplicado às obras de construção da igreja matriz, sendo a petição atendida favoravelmente.

Em 6 de Abril de 1878 a Junta pede autorização para aplicar a quantia de 9 mil réis a outras obras paroquiais, o que a Câmara autoriza depois de devidamente esclarecida sobre o teor das despesas a efetuar.

Nos anos de 1879 e 1880 a Câmara concede de novo ao Vale o produto dos pastos das lameiras da Fonte e do Amial, para ser aplicado às despesas obrigatórias da referida paróquia.

O NOME

Durante séculos chamou-se Vale de Lobo, nome adequado para uma aldeia de serra já que um vale só existe por haver elevações. Quanto ao lobo, há muito que desapareceram das nossas serras, confinando-se hoje às serranias do norte da península. O lobo aterrorizava outrora as gentes do campo, dando origem a histórias mais ou menos fantasiosas, mas eram sobretudo os pastores que arcavam com os prejuízos que lhes causavam nos rebanhos. Foi por isso alvo de perseguições cruéis, a pontos de quase se perder a espécie de forma irremediável.

¹⁰ Livro Carrilho, de atas da Junta de Freguesia, fl. 1

¹¹ Arquivo Municipal de Penamacor, Atas da Câmara Municipal, 1800.



Tenente cameira, Júlio Rodrigues da Silva, Professor Ladeira e Jaime Lopes Dias (1966).

Numa altura em que as nossas aldeias fervilhavam de gente, o lobo concorria com o homem na luta diária por comida. Não era nome benquisto para uma aldeia paradisíaca e consagrada à Virgem Santíssima, por isso quiseram mudá-lo. Razões não faltavam: além de haver outras terras com o mesmo nome, causa frequente de extravio de correspondência, a fama do Vale vinha da romaria da Senhora da Póvoa, que era conhecida por esse Portugal fora. Porque não atribuir o nome da romaria à própria aldeia? Se outras mudanças já tinham ocorrido, nomeadamente a sua pertença a outros concelhos, também o nome se poderia mudar. Jaime Lopes Dias lançou o repto, o presidente da Junta, Tenente Cameira, concordou e assinou o pedido, escreveu ao governo, argumentando com as razões que atrás se mencionam, e o governo, face aos pareceres concordantes da Junta Provincial da Beira Baixa e do Governador Civil do distrito, decreta a mudança¹².

¹² Diário do Governo, I série, n.º 172, de 2 de agosto de 1957, Decreto n.º 41210, do Ministério do Interior – Direção Geral da Administração Política e Civil.

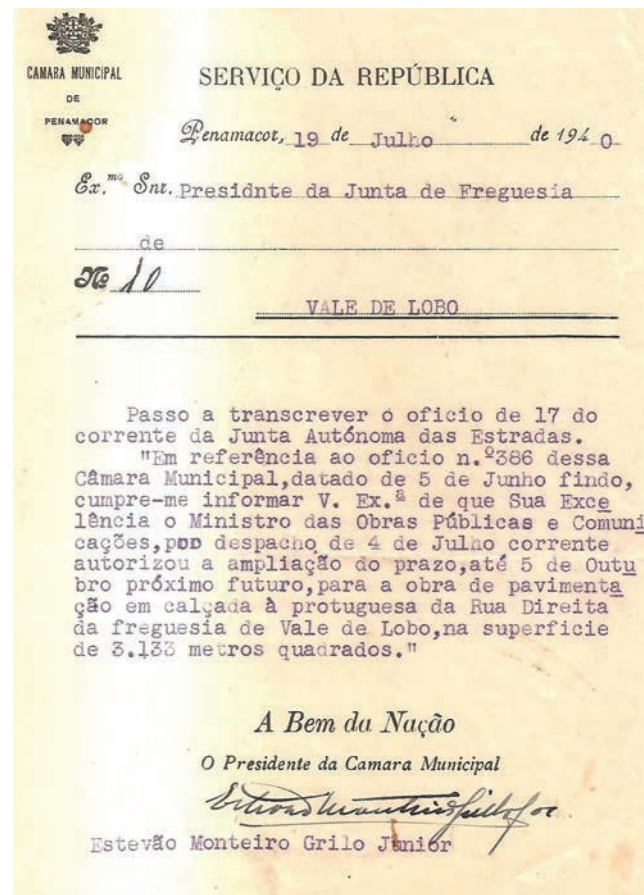
ACESSIBILIDADE

Alguns especialistas do período romano dão como provável a passagem de uma via secundária romana pelo atual Vale da Senhora da Póvoa, que vinda de norte, se encaminhava para a Capinha. A cartografia posterior, mais atreita a definir limites territoriais das dioceses e ordens religiosas, que eram causa frequente de disputas, não é muito concisa sobre a matéria. A guerra era a principal razão para a elaboração de cartografia de vias, como prova um mapa datado de 1808, onde se apresenta uma ligação entre a Guarda e Penamacor, passando pela Urgueira, Vale de Lobo e Meimoa, entre outras localidades. Portugal sofria por essa altura o terror da primeira invasão francesa.

Passados os trágicos acontecimentos e após o triunfo do liberalismo, viveu-se um período de relativo crescimento apoiado no desenvolvimento de infraestruturas públicas. Em 1866 andava o país às voltas com a melhoria das acessibilidades. O governador civil apresenta ao município de Penamacor um plano de desenvolvimento local em que se incluía a construção de uma rede de estradas. A Câmara considera ser *de interesse preferencial, o caminho vicinal*

*desta Vila à freguesia de Vale de Lobo e de preferência imediata desta Vila à Aldeia de João Pires*¹³. Para a estrada deveriam contribuir financeiramente as freguesias envolvidas, no caso, Penamacor, Meimoa, Meimão e Benquerença, além do Vale de Lobo.

Mas entre elaborar um plano e executar as obras foi uma grande distância, quase 16 anos! Em 7 de dezembro de 1881 o governo despacha a expropriação de uma porção de terreno, pertencente a José Pereira de Macedo, para a construção do lanço entre Penamacor e a Arrancada¹⁴, próximo da carreira de tiro. Em 21 de janeiro de 1882 foi aprovada a construção da estrada de Penamacor a Vale de Lobo, e no ano seguinte mandado elaborar o projeto, cujos estudos foram contratados a Francisco Cirilo de Paula Barroso e a José Diogo de Proença Saraiva, empregados das obras públicas, pela quantia de 15.000 réis. O projeto ficou pronto e aprovado em setembro desse ano e o lanço



¹³ Arquivo Municipal de Penamacor, Atas da Câmara Municipal, 1800.

¹⁴ Diário do Governo n.º 281, de 13 de dezembro.



Junta de Freguesia e visitantes ilustres.

respeitante ao Vale inseria-se na Estrada Real n.º 54, em direção à Estrelinha. As obras iniciaram-se de imediato na ponte da Meimoa e na ribeira de Ceife. No ano seguinte são aprovados os lanços restantes mas a obra foi demorada, já que 12 anos depois, ainda se discutia em reunião de Câmara a criação de postos de trabalho na referida estrada *para combater a crise de falta de trabalho e a fome que afectava a classe operária*¹⁵.

Na verdade tratava-se mais de caminhos do que de verdadeiras estradas, que apesar de tudo se adequavam aos meios de transporte daquela época. Só cinquenta anos depois se começariam a lançar as bases para as atuais estradas de macadame e asfalto, através do *Decreto nº 19.502, de 24 de Março de 1931*. Ao tempo, a Junta de Freguesia de Vale de Lobo estimava os custos da terra-planagem, drenagem e macadamização em vinte e nove contos por quilómetro, havendo ainda a necessidade de construir aquedutos à parte, cujo valor ascendia aos quatro contos. No início da década seguinte procedeu-se à pavimentação da rua principal, incluída no trajeto da estrada, e por isso custeada pela Junta Autónoma de Estradas. Foi ainda reconstruída a ponte sobre a ribeira do Vale, dado que a que existia anteriormente não oferecia a segurança necessária¹⁶.

¹⁵ Arquivo Municipal de Penamacor, Atas da Câmara Municipal, 1800.

¹⁶ Correspondência da junta de Freguesia.



A ÁGUA

Não é novidade, a água é o bem mais precioso para uma comunidade. O Vale da Senhora da Póvoa deve certamente a sua localização aos mananciais que brotam das faldas da Serra d'Opa. Dizia o cura Manuel Martins do Olivai, em meados do século XVIII, que do lameiro do Ameal brotavam *cinco ou seis fontes que nunca secavam, e da água se regavam muitas fazendas*, corroborando o mito da existência de um "braço de mar" subterrâneo.

A água que hoje corre nas torneiras vem da barragem do Sabugal e é distribuída pelo sistema multimunicipal e pelo Município, enquanto a água para rega vem da Barragem da Ribeira da Meimosa através do canal e das condutas subterrâneas instaladas no terreno. Realidade bem diversa da de outros tempos, quando a água era transportada das fontes em vasilhas de folha ou de barro, os desaparecidos cântaros que as mulheres carregavam à cabeça, revelando grande equilíbrio. As fontes mais concorridas eram a Fonte Santa, a Fonte da Lameira, deslocada e remodelada recentemente devido à construção do canal de rega, a Fonte do Piolho, no sítio do Pião, e a Fonte da Carvalha, que fica junto à casa de João Ribeiro.

A implantação do primeiro sistema de abastecimento de água ao povo teve o seu início em finais da década de 20 do século XX, com a construção de depósitos, chafariz e lavadouros públicos. A obra foi levada a cabo pela Junta de Freguesia e subsidiada pelo Estado em 30.671\$00. Contudo, só nos anos 60, na gestão de José Pires Cameira, se implantou uma verdadeira rede de distribuição que levou o precioso líquido a praticamente todas as casas. Nos anos 80, nos mandatos de António Carrilho, instalou-se a rede de saneamento e águas residuais.

Durante mais de 70 anos a água que correu na rede pública proveio da mina localizada na Serra d'Opa; seria já no início deste século que o Vale ficaria finalmente ligado ao sistema multimunicipal. Atualmente a água da mina está disponível em dois fontenários, um localizado junto ao canal, próximo do Figueiredo, e o outro no Largo António Pires Carrilho, onde corre livremente o ano inteiro. A romaria, por seu turno, ainda hoje é totalmente abastecida a partir de uma *mina de água*, localizada num terreno de José Eiras, na Serra d'Opa, e do sistema de depósitos e canalizações que há muito foram construídos.

O regadio da Cova da Beira veio acabar definitivamente com picotas, noras e motobombas com que se irrigavam hortas e campos, antes da sua entrada em funcionamento.

Captação e depósito da água da Mina.





O sistema é constituído por duas albufeiras de aprovisionamento (Meimoa e Sabugal) e pelo canal principal a céu aberto, do qual saem condutas subterrâneas de grande diâmetro que se ramificam noutras mais estreitas até aos hidrantes das propriedades.

A ESCOLA

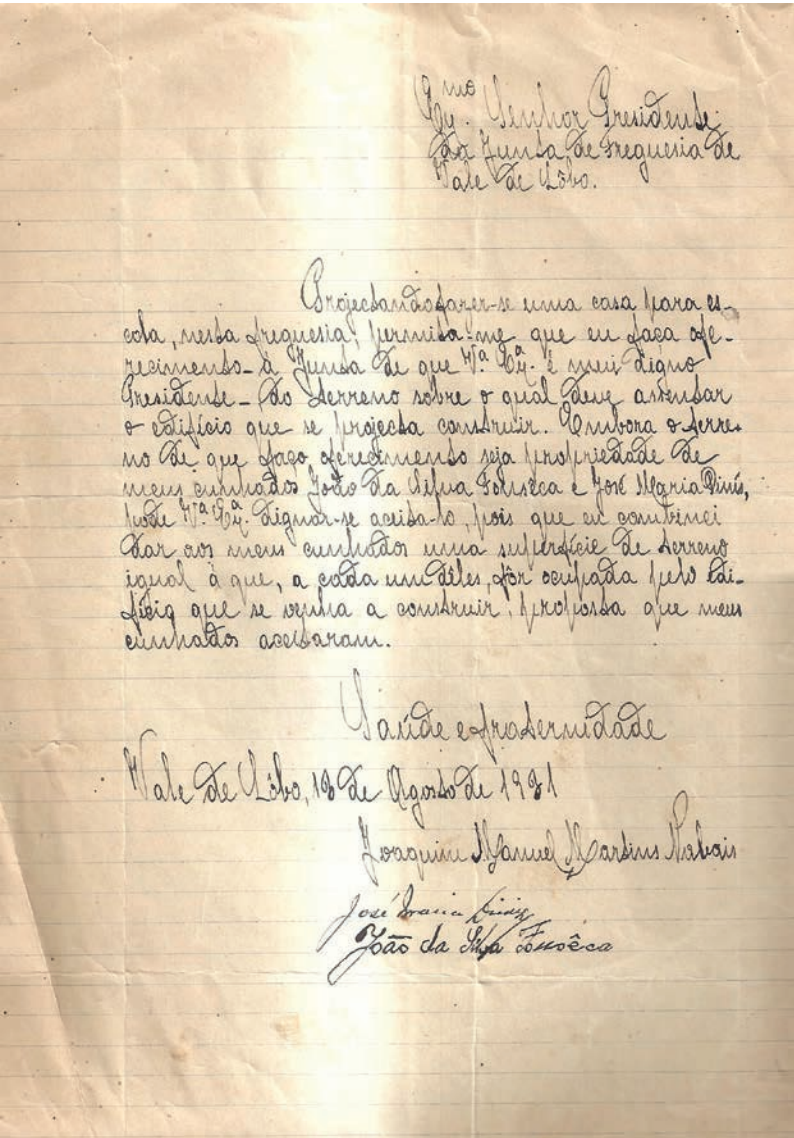
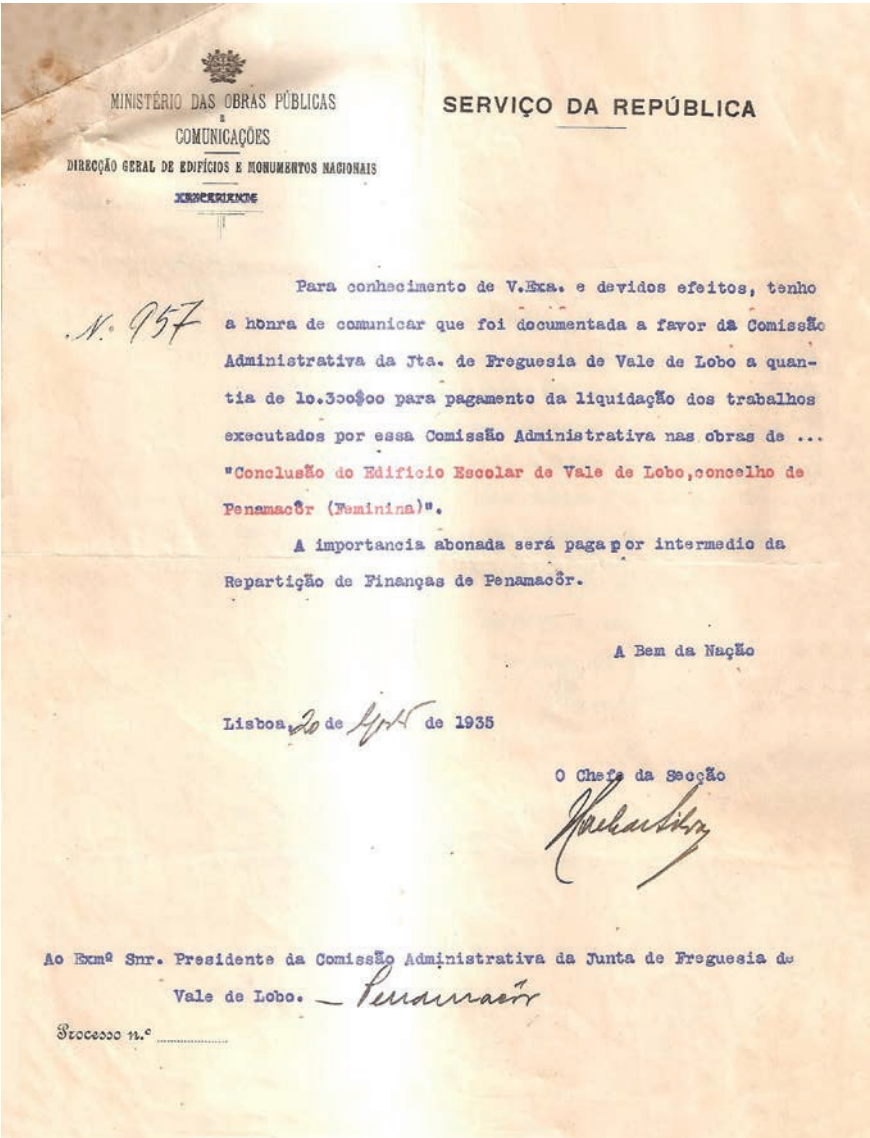
As primeiras referências à escola de Vale de Lobo remontam a 1857, quando a Junta de Paróquia da Benquerença pediu ao governo que fosse criada uma cadeira de ensino primário naquela freguesia, dispondo-se a oferecer as instalações para o efeito e a comparticipar com cinco mil réis anuais. No despacho de concordância vêm contempladas também a Meimoa e Vale de lobo¹⁷.

As mais antigas notícias relativas aos primeiros mestres que ensinaram no Vale, encontramolas no livro de atas da Câmara Municipal e reportam a 1881. Em 1 de outubro desse ano, o professor de ensino primário, Manuel Ribeiro Nunes, requer uma licença de três meses, que a edilidade concede, ficando na regência da escola Domingos Antunes Grancho. Manuel Nunes acabaria por pedir a demissão no final da licença, sendo então nomeado o regente de forma definitiva¹⁸.

¹⁷ Diário. do Governo n.º 194, de 19 de Agosto de 1857
¹⁸ Arquivo Municipal de Penamacor, Atas da Câmara Municipal, 1800.



Escola dos rapazes (atual casa do povo).



A escola para o sexo feminino não tinha ainda sido criada, o que se comprova por dois requerimentos apresentados em 14 de Janeiro de 1882, um de D. Maria José d’ Almeida Couto e o outro de D. Maria do Carmo Machado e Silva, que pretendiam *fossem providas na cadeira de instrução primária, da freguesia de Vale de Lobo*, a que a Câmara não deu providência por existir apenas a cadeira do sexo masculino¹⁹.

No ano seguinte a Câmara informava o delegado paroquial de Vale de Lobo que não tinha sido encontrada uma *pessoa habilitada para reger a cadeira de ensino elementar do sexo masculino* na freguesia, uma vez que Domingos

¹⁹ *idem*

Granchinho ficara impedido de o fazer. Só em Março do ano seguinte volta a haver escola, com a nomeação de um professor que vai marcar de forma indelével a história da aldeia do século XX - José Lopes Dias. Nomeado de forma interina como regente, *enquanto durasse o impedimento de Domingos Antunes Granchinho*, este benquerido de nascimento passaria a professor definitivo em junho desse ano, *com um ordenado anual de cem mil réis e respetivas gratificações*²⁰.

Está bem de ver que as escolas, tanto a masculina como a feminina, funcionaram durante largo tempo em casas particulares, geralmente numa loja

ou sala ampla da casa onde residia o professor. Só mais tarde José Lopes Dias constrói, a expensas próprias, aquela que seria a primeira escola do Vale feita de raiz, com uma única sala ou salão. Ficava no local onde depois se instalou a mercearia do Sr. Fites. Numa foto gentilmente cedida por um neto do professor podemos observar não só a primeira escola do Vale, mas também o primeiro automóvel, além da casa onde o velho mestre viveu²¹.

Só nos anos 30 do século XX seriam construídas duas escolas públicas dignas desse nome, uma para cada género. Para a sua construção empenhou-se José Lopes Dias, ao tempo Presidente da Comissão Administrativa, o equivalente à atual

Junta de Freguesia. Avançou primeiro a escola masculina, construída em 1930, que contou com uma comparticipação do Estado no valor de 10 000\$00. O terreno foi oferecido pelo regedor Eduardo Adelino. Cinco anos depois são concedidos a autorização e subsídio semelhante para a construção da escola feminina²². Desta vez o terreno foi oferecido por Joaquim Martins Nabais²³.

A escola dos rapazes, um belo edifício de grandes janelas arqueadas, serve hoje de instalações da Junta de Freguesia. Já a escola das raparigas foi totalmente demolida. No mesmo lugar construiu-se a escola mista do Estado Novo em 1972. Durante a construção recorreu-se a instalações provisórias para assegurar as aulas. A casa de Fátima Reis, na Alameda dos Balcões, o salão paroquial e a própria cantina serviram de escolas de substituição.

²⁰ Arquivo Municipal de Penamacor, Atas da Câmara Municipal, 1800.

²¹ O automóvel que se vê na foto, um Willys Overland de 1926, foi comprado a meias pelos irmãos Jaime e José Lopes Dias, no final da década de 20 do século XX.

²² Correspondência da junta de Freguesia de Vale de Lobo, espólio Família Lopes Dias

²³ Idem



Na foto: A casa de José Lopes Dias, a primeira escola de Vale de Lobo e o primeiro automóvel, pertencente à família Lopes Dias (1938).



Edifício da Junta de Freguesia, Casa do Povo e Extensão de Saúde.

Por falta de alunos, o ensino primário viria a encerrar em 2007. Nesse ano havia apenas 3 alunos inscritos, que passaram a frequentar a escola da Benquerença até que esta, por sua vez, encerrou também. Os alunos passaram a deslocar-se para Penamacor, onde agora se concentra quase toda a comunidade escolar. O infantário ainda permaneceu aberto mais dois ou três anos, mas a falta de crianças, em resultado do despovoamento e do envelhecimento da população, ditaram o inevitável fecho de portas.

O edifício escolar foi entretanto remodelado e transformado num confortável espaço multiusos para eventos culturais, lazer e diversão.

A CANTINA

Coisa surpreendente para uma pequena aldeia foi a existência de uma cantina escolar, que só o elevado sentido das causas da educação que fervilhavam na terra justificou. Funcionava no edifício do atual centro de dia. Ironia do destino, onde antes se alimentavam crianças, alimentam-se agora idosos. Para a sua construção, em 1958, organizou-se carreto²⁴. A pedra, essa, foi arrancada

²⁴ Carreto – Jornada organizada para transporte de pedra para a construção de um edifício, feita com recurso aos vários carros de bois da aldeia.

na serra d’Opa. É verdade que o Estado Novo tinha um programa de assistência social e de refeições escolares para as crianças pobres, por forma a estimular a assiduidade no ensino, mas a implementação de uma cantina não era coisa fácil de obter dos poderes públicos. Ao Vale valeu a influência de figuras importantes da aldeia, como era o caso dos irmãos Lopes Dias.

A sua construção ficou marcada pela morte trágica do jovem Joaquim Carriho, devida a um acidente com o carreto da pedra.

Purificação Lucas viria a ser a cozinheira da cantina, não só do dia-a-dia, como também das ocasiões solenes, como se pode ver numa das fotos da homenagem ao Professor Ladeira.

A cantina tornou-se depois centro de convívio, onde se ia ver televisão e jogar às cartas. Durante alguns anos serviu de escola enquanto decorreram as obras da escola nova. Em 1989, o Estado cedeu o edifício à Junta de Freguesia a título definitivo, mediante compensação de 150 contos e com a condição de nele ser instalado um centro de dia de apoio à terceira idade, o que se concretizou em 1997.

“Purificação Lucas viria a ser a cozinheira da cantina, não só do dia-a-dia, como também das ocasiões solenes, como se pode ver numa das fotos da homenagem ao Professor Ladeira”.



A IGREJA MATRIZ

Já ficou dito que há referências à Igreja do Vale de Lobo desde os reinados de D. Afonso III e D. Dinis, ainda o povoado pertencia ao termo da Covilhã. Trezentos anos depois, Carvalho da Costa diz-nos que a paróquia era curado anexo e da apresentação do priorado da Moita, possuindo uma centena de vizinhos e duas ermidas.

Em meados do século XVIII o padr e Manuel Martins do Olival confirmava: *o pároco é Cura apresentado pelo Prior da Moita e da apresentação do padroado. Serão seus rendimentos duzentos mil réis para o Prior e o Cura, o que ajusta com o mesmo Prior e o que rende o pé de altar.*

A igreja possuía então quatro altares: *o altar-mor, em que está da parte direita São Tiago e da esquerda Santo António; e outro altar da parte direita, dedicado à Senhora do Rosário; e da mesma parte outro das Almas, com Cristo Crucificado; e da parte esquerda um dedicado ao Espírito Santo. Tem duas naves. E Irmandades quatro: uma das Almas, outra do Espírito Santo, outra da Senhora da Póvoa e outra de São Sebastião*²⁵.

25 Memórias paroquiais, 1758

A igreja do VSP é das mais espaçosas do Concelho de Penamacor.





S. Tiago, padroeiro do VSP.

Por esta altura, além da matriz, havia *duas ermidas e uma igreja caída*. A capela de Nossa Senhora da Póvoa dizia-a *fora do lugar meia légua* e que tinha também a imagem de Santa Sabina. A segunda ermida era em honra de São Sebastião, que também albergava *a imagem de Santo Antão*. Pouco se sabe sobre essa segunda ermida e sobre a igreja arruinada de meados de setecentos.

Cerca de cem anos depois, a matriz devia encontrar-se bastante degradada, já que encontramos a paróquia às voltas com obras de reparação. É o que se depreende das contas da regedoria de 1844 a 1846, onde se referem arranjos no telhado, no sino, nas portas e no soalho do altar-mor²⁶. Um pouco mais tarde, em em 28 de Outubro de 1876, a Junta da Paróquia de Vale de Lobo pede para que lhe seja concedido o produto dos pastos das lameiras concehlias, para ser aplicado às obras de construção da igreja matriz, tendo a petição recolhido a anuência da Câmara²⁷. Numa ata de 1893 da Junta da Paróquia, há referências à necessidade de alocar a importância de sessenta mil réis da Confraria da Senhora da Póvoa *para soalhar o pavimento da Igreja-matriz, porquanto se acha em péssimas condições*²⁸.

Em 1937 José Manuel Landeiro testemunha que no Vale não havia ermidas mas apenas *a igreja com o seu velhinho campanário, o único existente no concelho*. Nos anos quarenta do século XX, o velho campanário de que falava, referido também nas contas do regedor, foi trasladado para a parte central da fachada principal da atual Igreja, acrescentado em altura.

Em setembro 1943, através de uma escritura de entrega, o padre Francisco Chorão, acabado de se apresentar na paróquia, recebeu a igreja paroquial, que desde a implantação da República fora apropriada pelo Estado²⁹.

Fica por apurar desde que época é São Tiago padroeiro do Vale. A fundação das igrejas de São Tiago esteve relacionada com a fortíssima influência da arquidiocese de Compostela e todo o culto que envolvia a figura do seu patrono. São Tiago é padroeiro de várias igrejas da região, como é o caso de Penamacor. Há quem relacione o orago com os caminhos de peregrinação que levavam a Compostela, numa altura em que está em voga o aproveitamento turístico desses percursos.

²⁶ Arquivo Municipal de Penamacor, Livro de Contas da Regedoria do Vale de Lobo, 1810

²⁷ Arquivo Municipal de Penamacor, Atas da Câmara Municipal, 1800.

²⁸ Espólio Junta de Freguesia, Livro Carrondo de atas da Junta de Paróquia do Vale de Lobo, 1893.

²⁹ Espólio do Padre Francisco Domingos Chorão



Retábulo do Altar-mor com quadro do conceituado pintor açoriano Domingos Rebelo.

A NOVA IGREJA

Em início de carreira eclesiástica e com o drama da guerra mundial em pano de fundo, o padre Francisco Chorão confronta-se com uma freguesia em franco crescimento, com demasiada gente para o tamanho da igreja.

Assistia-se nessa altura a um crescimento demográfico exponencial, não apenas em Vale de Lobo, mas por todo o país rural. Era a febre do volfrâmio, arrancado na serra d'Opa e noutros locais, vendido a bom preço a ambas as partes em confronto: a uns de forma oficial, a os outros por via do contrabando. Vivia-se em total euforia.

Tantos fiéis, obrigavam os párocos a celebrar mais do que uma missa dominical na mesma freguesia. O padre Chorão binava no Vale e trinava na Moita

O Vale tinha então uma pequena igreja, velha e a necessitar de frequentes reparações, pelo que se impunha a construção de um novo templo, com a dimensão adequada à população existente. O padre abraça a vontade do povo e do velho professor José Lopes Dias de a construir. As obras iniciaram-se em 1944 e só terminaram quatro anos mais tarde.

Apesar da idade, foi preponderante a intervenção do professor e presidente da comissão constituída para o efeito, bem como de seus filhos, designadamente de Jaime, mas as contas e listas de donativos revelam que toda a paróquia se uniu para conseguir tão grande anseio. O patriarca Lopes Dias surge à cabeça com um generoso donativo de vinte contos. Quem não pôde contribuir com dinheiro ajudou com trabalho e bens. Há ainda na aldeia quem se lembre da construção e tenha até ajudado nas obras, como foi o caso de Celeste Pires. Hoje com 80 anos, recorda que aos dez ou doze ajudou, com outras raparigas e rapazes, a juntar e a carregar areia da ribeira do Casteleiro para com ela se fazer a argamassa das paredes.

O projeto foi elaborado pela dupla José Martins e José Augusto de Magalhães, arquitetos da Câmara Municipal de Lisboa, a pedido de Jaime Lopes Dias, que ao tempo era Diretor dos Serviços Centrais e Culturais da autarquia da capital. O grande etnógrafo da Beira Baixa conseguiria ainda

Desenho preliminar da nova igreja (espólio da família Lopes Dias).



que um dos mais consagrados pintores da época, o açoriano Domingos Rebelo, pintasse o retábulo do Altar-mor com a imagem de São Tiago.

As obras foram orçadas em cerca de quinhentos contos e o Estado participou com duzentos e trinta e sete, fruto da grande influência da família Lopes Dias. O restante, que era um montante considerável, foi obtido com donativos e ajudas materiais de várias pessoas e entidades. José Lopes Dias foi incansável na procura incessante de recursos, mobilizando vontades, dos residentes e dos ausentes, elaborando e enviando centenas de cartas e circulares a quem ele pressentisse que poderia dar um centavo que fosse. Nelas escreve: *depois de termos estradas, calçadas, águas (com chafariz, fontenário e lavadouros públicos), duas belas escolas, cemitério, cruzeiro da independência, etc., impõe-se indiscutivelmente a Igreja*³⁰

Parte da pedra foi trazida da Aldeia do Bispo e Penamacor, mas o grosso foi arrancada na serra d'Opa, na encosta próxima à Lameira do Ameal. A rocha era cortada a poder de fogo e trazida em carroto para a obra. Quando havia rebentamentos, o povo era avisado com o toque de corneta, para prevenir qualquer acidente. Testemunham os mais idosos que chegavam a saltar pedras para a estrada, bem perto da escola dos rapazes.

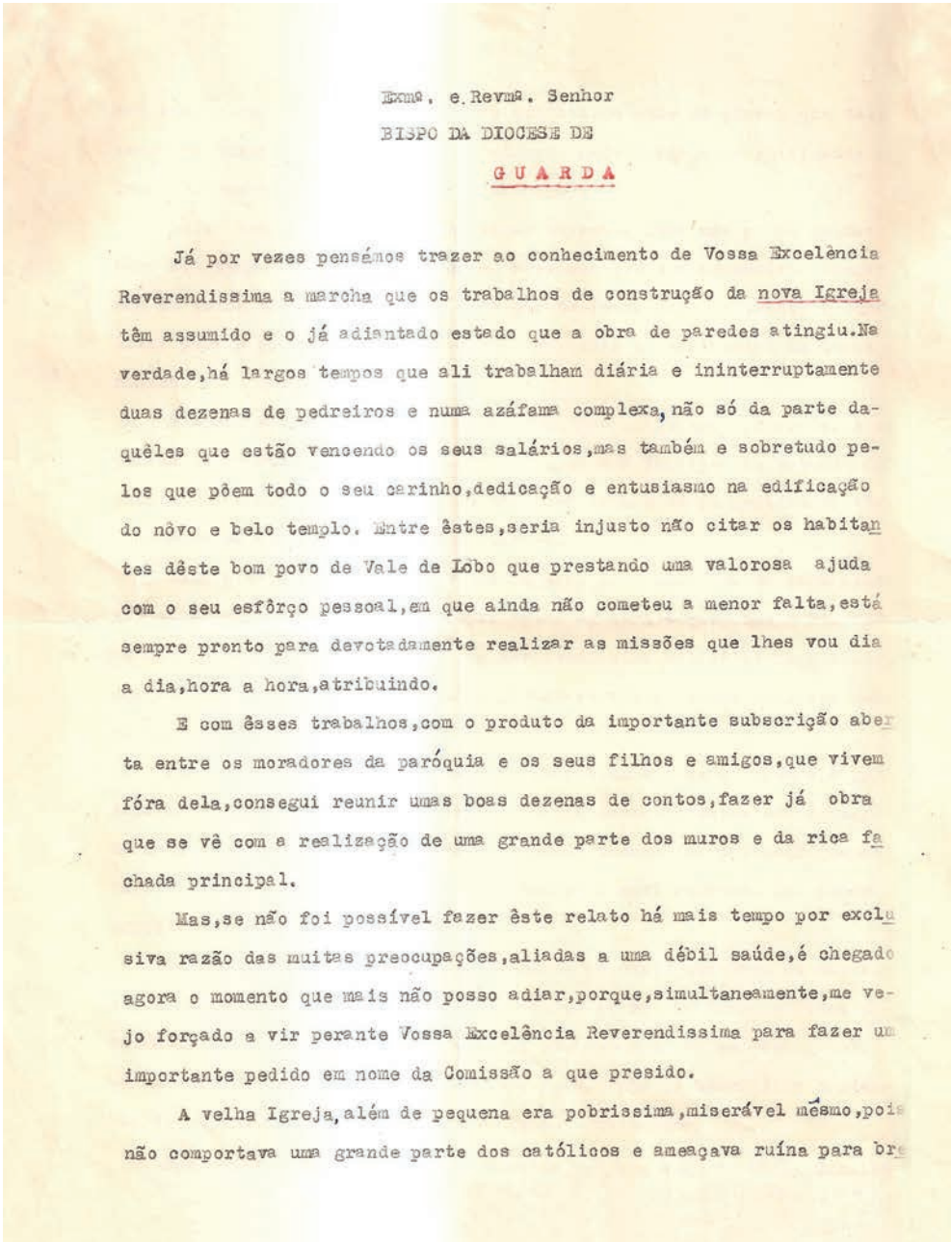
As fundações e demolições puseram a descoberto ossadas de antepassados, enterrados na igreja e no adro, que foram amontoadas junto à casa do Ti Zé Mendes para mais tarde serem trasladados em cortejo fúnebre para o cemitério.

Para que o povo não ficasse muito tempo privado de um espaço para os atos do culto, o projeto previa que se levantassem as paredes de forma a envolver a igreja anterior, que só seria demolida quando passasse a constituir estorvo ao avanço das obras³¹. A construção iniciou-se quando a febre do volfrâmio ditava as regras da economia local. Mas terminada a guerra e a euforia ainda muita coisa haveria para completar na igreja. Lê-se num manuscrito do Padre Chorão que *depois da guerra, a vida se modificou e houve muita dificuldade em a ultimar*.

Por causa das obras, José Lopes Dias, já com 83 anos, escreve duas vezes ao Bispo. Na primeira pede à diocese apoio financeiro para ajudar nas despesas, que foram crescendo. O bispo D. José Alves Mattoso responde não poder ajudar em face das despesas que tem com os seminários, que absorviam todos os recursos. Em Março de 1947, com o novo templo quase pronto, volta a

³⁰ Espólio da Família Lopes Dias

³¹ Memória descritiva do projeto



escrever-lhe para lhe dar conta do adiantado das obras e expressar o desejo de o ver a inaugurar-las: *A nossa Igreja vai em adeantado estado de construção, o que muito me apraz e desvanece poder comunicar a V. Ex.^a R.^a e estaria já concluída sem as involuntárias demoras dos carpinteiros que, aliás, estão em vias de conclusão dos seus trabalhos (...) Há cerca de 3 anos que me empenho nesta Santa Cruzada e ainda não fraquejei nem em trabalhos nem em esforços materiais e morais para a levar ao fim, como espero levar, se Deus o permitir. Esse fim*

*aproxima-se e desejava que V. Ex.^a R.^a me fizesse informar se lhe será possível vir assistir e celebrar a primeira Missa solene, no dia da sua inauguração, abençoando os trabalhos despendidos, os sacrifícios e canseiras para se erigir*³².

Bem sabia o professor que a avançada idade do bispo dificilmente lhe permitiria a deslocação. Por conselho médico, o prelado retirava-se com frequência para a sua casa de Pisão, em Coja, sua terra natal, e era de lá que escrevia a Lopes Dias.

Por ironia do destino nem um nem o outro estariam presentes na inauguração, que viria a verificar-se em 1948. A bênção inaugural seria já administrada pelo novo bispo D. João de Oliveira Matos, enquanto o velho professor acabaria por morrer uns meses antes.

Mas ficou a obra. A igreja, de linhas austeras, é composta de coro, nave, capela-mor e sacristia adossada. No altar-mor veneram-se o Santíssimo Sacramento, à frente do painel representando o padroeiro e as imagens do mesmo santo e de Nossa Senhora da Póvoa, lateralmente. Na nave principal possui três pequenos altares, onde se veneram Nossa Senhora de Fátima, o Sagrado Coração de Jesus e Santo António. No exterior destaca-se o Campanário de dupla ventana de volta perfeita, relógio e vitral.

REFLEXOS DA REPÚBLICA

A 20 de Abril de 1911, no turbilhão da revolução republicana, o governo de Afonso Costa promulgava a Lei da Separação do Estado das Igrejas, nacionalizando todos os bens que pertenciam ao clero, proibindo a cobrança de cômputo, regulando o toque dos sinos e sujeitando a realização de procissões a autorização do poder político e administrativo local. Por exemplo, para organizar uma procissão havia que solicitar a devida licença a Penamacor, que só era passada mediante parecer favorável do regedor da freguesia. Algumas procissões, como a do Sagrado Coração de Jesus, não eram simplesmente autorizadas, por ser *o santo mais excomungado pela república*³³. Ora o povo do Vale sempre foi muito aficionado desta imagem que, aliás, venera, tanto na igreja matriz, como na capela da Senhora da póvoa.

Na sequência deste novo regime, padres houve que foram alvo de perseguição, aproveitando os seus detratores para os denunciar e caluniar e até perpetrar ignóbeis vinganças. Perante tão gravosas afrontas do novo regime, a

³² Espólio da família Lopes Dias

³³ GODINHO, César, *Aos kagados da Bemquerença*, Covilhã, 1913.





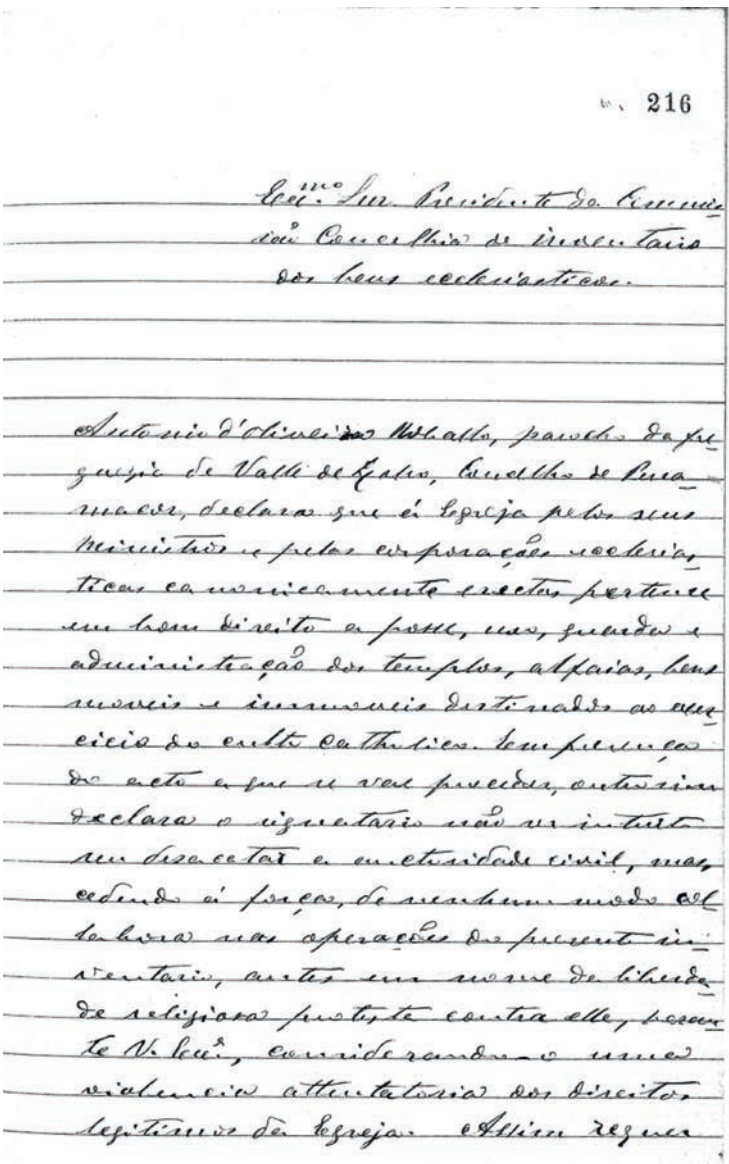
Santa Sé acabaria por cortar relações diplomáticas com o governo da República.

Alguns documentos dão conta dos atritos entre os dois poderes, designadamente os que reportam aos inventários dos bens eclesiásticos expropriados à igreja. O padre António Roballo, pároco de Vale de Lobo, não conseguiu conter a sua revolta ao assistir impotente à inventariação dos bens religiosos por parte da respetiva comissão, lavrando protesto no mesmo inventário, declarando não intentar nem desacatar a autoridade civil, mas cedendo à força, de nenhum modo colabora nas operações do presente inventário, antes, em nome da liberdade religiosa, protesta contra elle perante N. Senhor, considerando-o uma violência attentatória dos direitos legítimos da Igreja.

O CEMITÉRIO

O culto da morte foi sempre um assunto a que as nossas comunidades deram a maior importância. Como se sabe, antigamente os enterramentos eram feitos nas igrejas e nos terrenos adjacentes a estas. Acreditava-se que assim se chegaria mais facilmente ao reino dos céus. Contudo, a escolha desses locais para cemitério trazia alguns inconvenientes e havia fortes suspeitas de ser causa de propagação de doenças, designadamente em alturas de epidemias. O novo governo liberal saído do pós-guerra civil, vista a necessidade de alterar esta prática, decreta, em 1835, a obrigatoriedade de se construírem cemitérios que servissem as localidades. A resistência da igreja e da população foi grande, e cinco anos volvidos o número de cemitérios era ainda muito reduzido, originando que uma lei mais severa proibisse radicalmente os enterramentos nos templos e retirasse à igreja essa espécie de tutela sobre a morte.

Do que investigámos, os valdelobenses foram enterrando os seus antepassados pelo menos em outros dois locais, antes do atual cemitério, sendo um no lugar da igreja matriz e o outro no sítio do São João, onde se situaria o cemitério do século XIX. Nesse local ainda hoje há terrenos que pertencem à



Protesto do pároco ao inventário feito pelo estado aos bens religiosos - 1911, Ministério das Finanças.

Igreja e que faziam parte dos prédios do passal. Há ainda quem se lembre de ouvir falar de ossadas desenterradas nos terrenos onde hoje se encontra a casa de António Martins (herdeiros), que foram trasladadas para o atual cemitério quando este foi construído. Até aos anos 30 de noventa havia um cruzeiro no São João, removido mais tarde, por altura da construção da escola, o que corrobora a existência do cemitério naquele local. Este primeiro cemitério foi construído em 1840, como se comprova pelo livro de contas da regedoria³⁴ dessa época, que contém referências claras à sua construção. É fácil acreditar que a tal igreja, já arruinada em 1758, se localizasse no bairro de São.

Não encontrámos documentos sobre a construção do atual cemitério, mas a data que consta no pilar direito da portada mais antiga é 1914, pelo que terá sido construído poucos anos depois da implantação da República. Consta que o terreno foi doado por D. Ana Nabais Caldeira, que acabaria por ser uma das primeiras pessoas a ser lá enterrada³⁵. O cemitério foi melhorado em

1946, ano em que foi colocado o gradeamento exterior e novo portão, onde consta aquela data. Está bem de ver que se aproveitou a obra da igreja e a trasladação das ossadas para dignificar o cemitério, agora contemplado com um amplo espaço, antes destinado aos não confessados. O espaço viria a ser de novo ampliado em 1993/95, na vigência de António Carrilho como presidente da Junta.

Hoje em dia os serviços fúnebres são prestados por empresas que se encarregam do próprio enterramento, mas antes havia um coveiro contratado pela Junta de Freguesia. Por uma ata da Junta da Paróquia, de 1866, ficamos a saber que o coveiro era Gregório Antunes, casado, forneiro, recebia cem réis por hum anjo (criança), e duzentos por uma pessoa grande, assumindo ainda o compromisso de enterrar os pobres gratuitamente e tocar o sino a finados³⁶. Cerca de trinta anos depois a Junta vê-se

³⁴ Livro Campos de contas da Regedoria de Vale de Lobo (1840), Arquivo Municipal de Penamacor.

³⁵ D. Ana Nabais era mãe de Maria dos Anjos Martins Nabais - ver capítulo "Saga da família Silva".

³⁶ Dias, Jaime Lopes, *Etnografia da Beira*, – Volume VIII, pág. 138



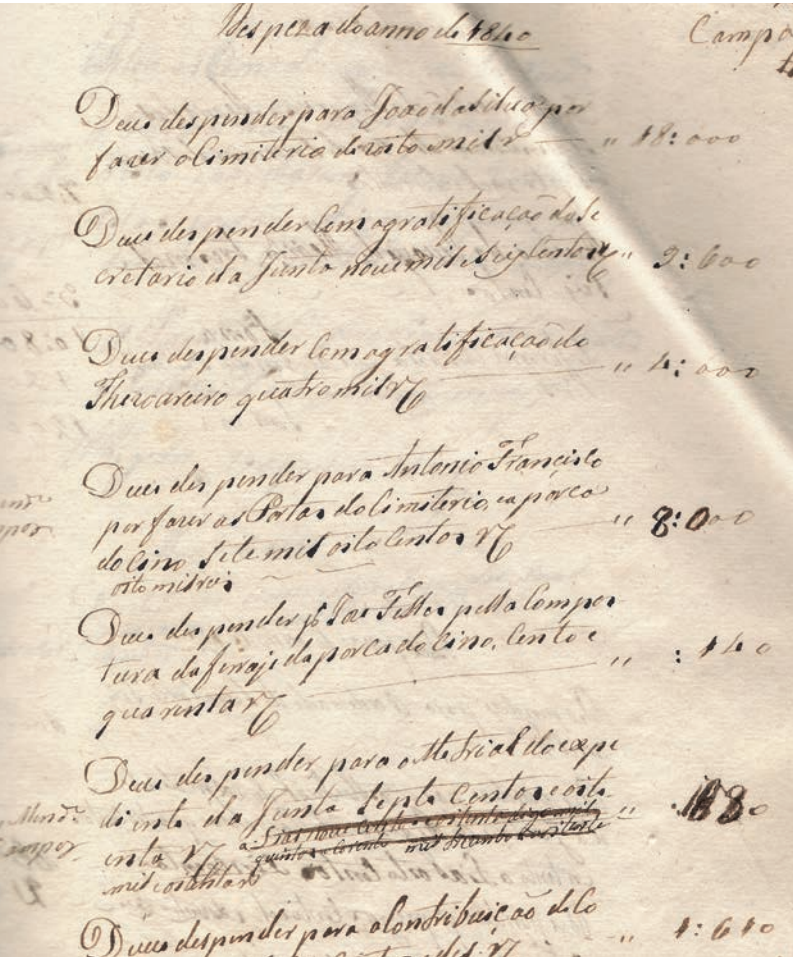
obrigada a estabelecer novas taxas ao coveiro Thomaz Bogas para evitar reclamações, discriminando os valores a cobrar por crianças até sete anos e por adultos, distinguindo-se também os enterros com e sem caixão³⁷.

A ELETRICIDADE

Quando hoje falta a eletricidade em nossas casas, assalta-nos a aflição e o desejo de que ela volte rapidamente. Achamos que já não saberíamos viver sem essa comodidade. Até meados do século passado a iluminação dentro das habitações era proporcionada por candeias ou candeeiros de azeite ou petróleo, ou então por velas de cera. A eletricidade era um luxo caro que só as cidades podiam ter. No Vale de Lobo apenas a casa do professor Ladeira possuía eletricidade, fornecida por gerador de vento, enquanto o lugar de José Barreiros a tinha a partir de gerador a diesel.

³⁷ Livro Carrondo da Junta de Paróquia/Freguesia, fl 29v

Referência à construção do cemitério – 1940.



A maior parte das ruas eram, em noites de breu, muito escuras, e apenas uma ou outra mais frequentada possuía candeeiros de azeite. Em noites claras de luar dispensava-se qualquer tipo de iluminação artificial, já que os nossos avós estavam habituados a ver com essa luz natural, mas nas noites escuras evitava-se andar na rua, e quando fosse necessário levava-se candeeiro ou lumieiras de palha.

Em 31 de Julho de 1948 é inaugurada em Penamacor a distribuição de energia elétrica a partir da rede de alta tensão, fornecida pela Empresa Hidroelétrica da Serra da Estrela. Até essa data era fornecida por um velho gerador que apenas chegava à Câmara e a alguns locais públicos.

Aproveitando a passagem das linhas para Penamacor, são também ligadas, em 1951, as freguesias de Vale de Lobo, Meimoa e, seis anos mais tarde, Benquerença. O Meimão e as aldeias do sul do concelho só viriam a ter energia a partir dos anos 60³⁸. Inicialmente tratava-se apenas da iluminação pública, e só mais tarde foi acrescentada a rede de modo a ligar as habitações.

Por outro lado, o aquecimento era feito através da lareira de lenha, onde também se confeccionavam as refeições, com recurso a panelas de ferro e outros utensílios. Só com a proliferação dos combustíveis derivados do petróleo se passaram a usar também os fogões de petróleo e, mais tarde, de gás. O uso das lenhas levava a que os campos e as serras estivessem limpas de matos, os quais eram também muito utilizados para os fornos de cozer o pão.

³⁸ Arquivo Municipal de Penamacor, registo M/D, Iluminação pública, nº 2152 e seguintes



Com a eletricidade vieram outras modernidades como a televisão (o primeiro aparelho foi colocado na cantina).

AS ATIVIDADES ECONÓMICAS

Infelizmente, no interior beirão, a agricultura reduziu-se drasticamente nas últimas décadas. Longe vão os tempos em que grandes rebanhos de ovelhas e cabras pastavam pelos nossos campos e as serras produziam centeio. Ironicamente, hoje cultiva-se mais junto das cidades do que no chamado mundo rural, e também não deixa de ser irónico que um país parco de recursos, deixe tanto território produtivo por cultivar. Quanto poderia render se fosse cultivado ou nele se apascentassem gados? Valores difíceis de contabilizar, mas que certamente contribuiriam para a riqueza nacional.

Outrora, muitas pessoas do Vale iam vender os seus produtos na praça da Covilhã, desde as alfaces, às couves, dos ovos, ao mel. Maria do Carmo Azevedo, que em criança morava naquela cidade com os pais, lembra que *algumas pessoas pernoitavam lá em casa, de sexta para sábado, pois a praça abria às primeiras horas da manhã*.

Apesar do regadio, dos excelentes caminhos asfaltados e de tantas outras melhorias, os campos estão ao abandono e a encher de silvas e matos. É reflexo da emigração e do envelhecimento demográfico, das novas formas de vida e de organização económica, mas sobretudo das políticas que privilegiam a concentração da população nas grandes cidades, em detrimento do desenvolvimento integral do território.

O excesso populacional da meada do século XX levou à grande fragmentação da propriedade, que ficou dividida em ínfimas parcelas por sucessivas heranças familiares. A pequena parcela, adequada ao modelo de cultivo daquela época, intensivo em *mão de obra de enxada*, tornou-se hoje economicamente inviável e impraticável para máquinas e alfaías agrícolas, sendo urgente fazer-se a reestruturação fundiária que lhe dê dimensão e viabilidade. O emparcelamento, feito há uns anos pelo Estado, englobou apenas algumas áreas, ficando aquém do esperado e do que era necessário, e a via aquisitiva é lenta e muito onerosa³⁹.

Uma das culturas a que as gentes do Vale dedicam especial atenção é o olival. Mesmo aqueles que vivem nas cidades vêm frequentemente à aldeia para tratar dos olivais e para a colheita da azeitona. Em resultado da grande concorrência da cultura mecanizada, adotada há muito em Espanha e noutros países, o preço do azeite mantém-se inalterado há mais de vinte anos, pelo que muitos olivais da região vão ficando sem cultivo por serem inviáveis.

³⁹ O custo burocrático de aquisição ultrapassa muitas vezes o valor da parcela, em escrituras, certidões, registos e outros emolumentos.



Os lagares de prensas hidráulicas marcaram quase todo o século XX.



Lagar de azeite – zona de moagem.

Apesar disso, os dois lagares da aldeia funcionam durante a época de forma ininterrupta para darem vazão à azeitona proveniente da terra e das aldeias vizinhas. Não se trata já dos velhos lagares de varas, movidos a água ou à força animal. Um deles é uma moderna unidade, de linha contínua, com elevada automatização.

Nos anos sessenta do século XX, além dos que hoje existem, havia mais dois lagares a funcionar: o do Dr. Jaime Lopes Dias e o dos seus irmãos. Este último, herdado do velho professor José Lopes Dias, iniciou a laboração com tração animal (vacas) e adaptou-se para eletricidade em 1952. O Lagar de Joaquim Vaz, construído em 1957 por António Fernandes, era para a época um dos maiores de toda a região e ainda hoje pode moer acima de 5 toneladas de azeitona por dia, em duas das 4 prensas que possui. O lagar de Luís Mendes, construído na década de 40 do século passado pelo Dr. José Vaz Barreiros⁴⁰, viria a ser vendido depois da morte do seu fundador.

⁴⁰ O Dr. José Barreiros, oriundo de uma família rural remediada, era médico da boca e dentes, tendo falecido novo, num acidente de automóvel.

Há quem prefira vender a azeitona para conservar, em face da vantagem de a colher antes da chegada do frio, mas o baixo custo de mercado deixou de ser convidativo. O que ninguém dispensa é a produção caseira de uma boa talha de azeitonas de mesa. A receita mais habitual é adoçar com água durante cerca de três meses e temperar depois com sal, alhos, orégãos, casca de laranja e outros condimentos opcionais.

A mecanização, com recurso a máquinas vibradoras ou de ripar, tornou a colheita mais fácil. Ainda assim, o minifúndio não permite a utilização dos grandes vibradores acoplados ao trator, que só as explorações maiores podem rentabilizar.

José Lopes Dias foi, no seu tempo, grande impulsionador do olival, preocupando-se com as técnicas do cultivo, com as castas mais adaptadas e com as pragas que as afetam. Concorria e participava em iniciativas de promoção regional e nacional, tendo com o seu azeite obtido, em 1929, a medalha de prata na exposição das beiras.

Do lado da vinha o panorama é ainda mais desfavorável. É verdade que há ainda quem produza o seu próprio vinho, mas nada do que era outrora, quando as vinhas abundavam nas encostas da serra d'Opa e de outros montes soalheiros, e pelas cascalheiras e *embarradas*. A cultura da vinha exigia lavoura, enxertia, poda, sacha de limpeza da raiz, tratamento fitossanitário e, por fim, a vindima. As últimas décadas trouxeram algumas inovações, como a substituição das dornas de madeira por plástico e dos pipos de castanho por cubas de cimento e mais recentemente de inox, mas, para além disso, não se vislumbra qualquer perspectiva de evolução. O mesmo sucedeu com a tradição do fabrico da aguardente, outrora com recurso ao alambique e hoje em destiladora automatizada.



Destiladora.



OUTRAS INDÚSTRIAS

A par da agro-indústria, o Vale teve outrora outras atividades industriais que desapareceram. Além do forno de cozer telha inventariado em 1823 nos bens da Senhora da Póvoa, que funcionou até ao século XX, há ainda a registar uma fábrica de cerâmica, referenciada em 1940 por Américo Costa⁴¹. Pelo que apurámos através dos mais idosos, localizava-se no sítio do Prado, junto à estrada nacional, na direção do Terreiro das Bruxas, já muito próximo do limite territorial daquela povoação. Esta indústria, que ainda constava de um mapa de 1950 do concelho de Penamacor, era propriedade da família Cameira. Maria de Jesus Cameira, hoje com 77 anos ainda se lembra dela: *o barro era amassado com a ajuda das vacas, colocado nas formas pelas mulheres e no forno depois de secar ao sol*. Embora a atividade ocorresse sobretudo no verão, quando vagavam as tarefas agrícolas, diz que, por vezes, vinha uma trovoadas e todo o trabalho ia literalmente por água abaixo.

⁴¹ COSTA, américo, Dicionário Corográfico de Portugal continental e Insular, Vol. XII, 1940.

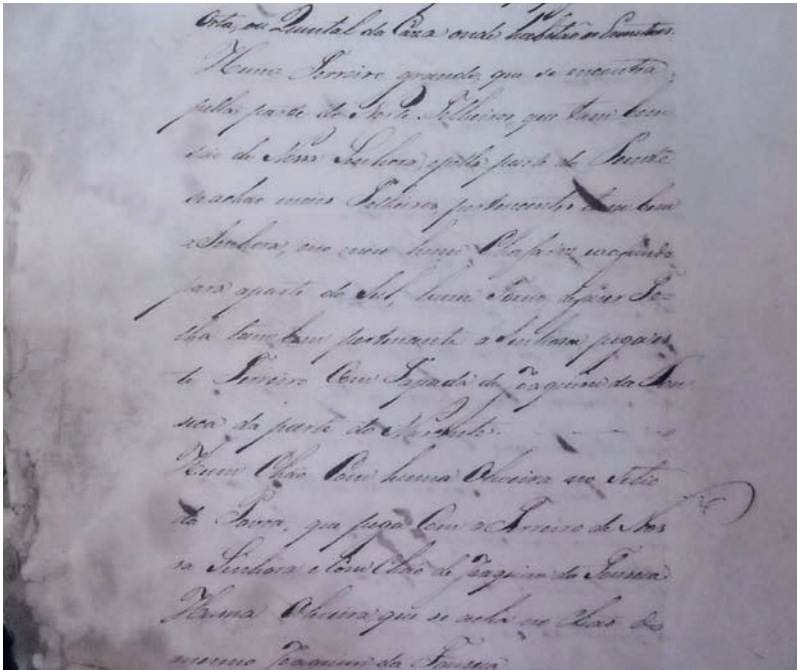
Há poucos anos, aquando das obras de reconstrução de uma casa na Rua da Vaqueira, foi também encontrado um forno de cerâmica comum do período romano, ainda com vasos lá dentro, pelo que a tradição da cerâmica nestas paragens já vem de muito longe.

A antiga fábrica de lanifícios Rosa Jacinto Veiga, da Covilhã, tinha, em 1819, distribuídas pelas aldeias de Vale de Lobo, Casteleiro e Santo Estêvão, escolas de cardagem e fiação onde se ocupavam 328 homens mulheres e rapazes. Quem o diz é Landeiro, acrescentando que em 1938 ainda existiam teares a funcionar no Vale de Lobo. Uma das últimas e mais conhecidas tecedeiras da aldeia chamava-se Angélica Mugeiro, mas os mais velhos lembram-se também da Ti Luisa que tinha tear na Praça e fazia mantas farrapeiras.

Joaquim Vaz (77 anos), atual dono de um dos lagares, terá herdado esta vocação do Vale pelos tecidos, pois, entre 1966 e 1985, ganhou bom dinheiro na reciclagem de desperdícios das confeções. Recolhia-os nas fábricas do litoral e, depois de os selecionar por cores e qualidade, vendia-os como matéria-prima às fábricas de fiação da Covilhã, que os reintegravam em novos tecidos. Processava mensalmente toneladas de panos que fazia transportar de comboio até Belmonte e depois na sua furgoneta para o Vale da Senhora da Póvoa, Benquerença, Bendada, Moita e outras terras, onde tinha mulheres para os separar. Chegou a empregar 60 mulheres e muitas delas, testemunha, *ganharam a reforma com este trabalho*. Foi com sesse negócio que ganhou dinheiro para adquirir o lugar que ainda hoje explora. Infelizmente, depois do 25 de Abril, a indústria começou a definhar e a maior parte das fábricas fecharam.

Ainda há quem se lembre dos moinhos e azenhas de rodízio da Revolta, do Chão da Ribeira e do Ti João Silva. Era neles que se moía a farinha com que se fazia o pão durante a primeira metade do século passado. Na segunda metade surgiu a moagem do Dr. Jaime, cujos artefactos ainda existem na casa que fica em frente ao largo com o seu nome, do outro lado da estrada nacional.

Experiência mais recente, mas infelizmente de pouca dura, foi uma pequena fábrica de sacos publicitários em plástico, a qual se situava junto ao cemitério.



Referência ao forno de cozer telha da Senhora da Póvoa.

Na meada do século XX, o Vale tinha mais de mil pessoas.



OS SERVIÇOS

Em 1950 o Vale de Lobo tinha quase 1.100 pessoas, altura em que atingiu o seu pico populacional, o que exigia uma variedade de profissionais que pudessem satisfazer as necessidades do dia-a-dia, tais como ferreiros, carpinteiros, sapateiros, barbeiros, padeiras, forneiras, etc.

Na casa que fica encostada ao centro de dia funcionava a barbearia do Ti Joaquim Cameira (Pimpão), o qual prestava também serviços de “dentista”, arrancando dentes a quem precisasse. Detrás do fontenário da praça ficava a barbearia e comércio de Teresa Pires (Barbeira), que foi mãe de Fites Cameira e de Américo Cameira. Braços ou pernas partidos, só em situações de extrema gravidade se recorria ao hospital, tudo o mais era o Ti Zé Bagageiro e a Ti Joaquina (Cheia), “os endireitas”, que tratavam.

Importantes eram também as atividades relacionadas com o pão, entre as quais a de forneiro (Manuel Nabais), que incluía a recolha de lenhas para que o forno estivesse sempre quente. A preparação do pão era feita por cada mulher em sua casa, amassando, fermentando, tendendo e levando os tabuleiros com a massa talhada para o forno. Cozia-se nos vários fornos existentes na aldeia, localizados, um, na Rua do Forno, que foi recentemente restaurado e remodelado, outro no Largo do Forno, e um terceiro na Travessa da Igreja/Travessa do Outeiro, havendo ainda a padaria do Ti Zé Pinto que funcionou na segunda metade do século passado.

Os serviços de ferreiro eram prestados pelo Ti Zé Joaquim, pelo Ti Zé Nabais e pelo Ti Norberto. Burros, cavalos e mulas eram ferrados junto ao centro de dia pelo Ti Felisberto dos Três Povos. Não faltavam sapateiros, como o Ti Artur Mantegas, o Ti Félix Campos e o Ti Francisco Jorge, e carpinteiro, como o Ti António Mendes (Padeiro). O Ti António “Raimouro” fazia as vassouras de bracejo, de pé curto ou comprido, tão úteis para varrer a casa e o curral. Além disso também “compunha” os guarda-chuvas e os pratos de barro que se partiam, utilizando grampos de arame. Não se estranhe por isso que a sobrinha M^a do Carmo Azevedo lhe tenha herdado os dotes artísticos. Havia também latoeiro (João Raimundo) para fazer e reparar todo o tipo de utensílios de lata, como almotolias, caldeiros, funis, candeeiros, regadores, copos, medidas para líquidos etc, e não faltava a tecedeira (Luisa de Jesus) para fazer as famosas mantas de trapos, alforges e passadeiras. Reconhecida é a habilidade de Manuel Nabais e de Joaquim Leitão na arte de trabalhar a madeira, fazendo belas peças de artesanato.

Durante a meada do século XX, o Vale estava pejado de tabernas, comércio, fornos, lagares e outras instalações. A maior parte das tabernas localizavam-se na Rua Direita e eram frequentadas quase exclusivamente por homens. Bebia-se sobretudo vinho. A taberna do Ti Joaquim Minhoto, ficava no rés-do-chão da casa onde morava o Professor Ladeira, tendo também mercearias. A filha Saudade ficou com o negócio mas abandonou a componente de taberna, da qual não gostava. Em 1952 passou para a casa contígua ao antigo salão da escola do professor José Lopes Dias, a quem comprou o edifício, e, mais tarde, para a própria escola. Havia ainda a taberna do Ti Joaquim Borrego, na travessa do Ribeiro, a da Ti Ana Bogas, ao fundo do povo, e a da Ti Teresa Elisa, a meio da Rua Direita. A taberna do Ti Zé Lucas, abriu em 1930 na casa que fica em frente ao Centro de Dia, pintada em tons de rosa velho. Além destas havia também a do Ti Zé Nabais, a do Ti Bernardino Carrapato, a do Ti António Mendes e a do Ti João Mugeiro, sendo esta última famosa pelo excelente cabrito assado na brasa que atraía gente de toda a região. Na segunda metade do século passado vieram os cafés, sendo os primeiros o do Ti Américo e o do Ti João Saloio. Mais tarde vieram o Central



Apetrechos da antiga barbearia de Teresa Pires.

Antiga residência do professor Ladeira,
lamentavelmente em ruínas.



e o Tico, do Tó Carrapato, sendo este último o único que ainda funciona. No bairro do Figueiredo, nos anos 80 do século XX, funcionou também uma discoteca chamada “O Canal”, onde os jovens do Vale e de terras vizinhas se juntavam nos fins de semana para dançar e confraternizar.

Além dos comércios do Ti Américo e do Ti Fites, que perduraram até ao século XXI, houve o comércio do Ti Zé Pinto, também na Rua Direita, na embocadura da Av. dos Balcões, antes da sua abertura. Para se abrir a alameda houve necessidade de o demolir, transferindo-se para a casa que está em frente à própria alameda.

O despovoamento acentuado da aldeia levou ao consequente encerramento de unidades produtivas e estabelecimentos comerciais que progressivamente se tornaram desnecessários, no processo de erosão generalizado a que o mundo rural tem estado sujeito. Algumas boas ideias e investimentos foram surgindo nas últimas décadas, que apesar de tudo se mostram insuficientes para inverter o ciclo. Em alguns casos promoveram-se novas atividades, como a central-meleira, explorada pela Meimoacoop, noutros, renovaram-se atividades tradicionais, modernizando-se as unidades industriais de azeite ou de produção de aguardente, constituindo bons exemplos do que se devia fazer. Há também casos bem-sucedidos de empresários florestais, como o António Pedrico que opera em toda a região.

Antiga padaria (esquerda) e central meleira (direita).



Casa do Ti Zé Lucas em cuja loja existiu taberna.

Com o envelhecimento da população cresceu por todo o interior a economia social, que, para além da necessária solidariedade, vai gerando empregos. Em 1994 foi instalado o Centro de Dia na atual garagem da Junta de Freguesia, prestando cuidados de higiene e fornecendo alimentação aos idosos e incapacitados. As atuais instalações na antiga cantina foram inauguradas em 1997, com a presença de um membro do governo. Alguns idosos frequentam o centro, onde podem passar o tempo ou ver televisão, outros recebem os serviços de apoio em regime domiciliário, deslocando-se as funcionárias a suas casas. Já este ano, acaba de abrir uma moderna unidade de lar residencial, designada Póvoasol, pertencente ao grupo Meimoacoop, com uma capacidade inicial para 17 utentes e com possibilidades de ampliação para mais de 40, quando o piso superior estiver concluído.

A extensão de saúde local, que hoje funciona no edifício contíguo à Junta de Freguesia andou pelas casas da D. Virgínia e dos Cameiras, na Rua Direita, e pelo salão paroquial.

Os mercados mensais ter-se-ão iniciado ainda no século XIX a avaliar por uma ata assinada pelo punho de José Lopes Dias, ao tempo, secretário da Junta da Paróquia. Mas dessa atividade só a feira de agosto perdurou até 1980.



VIDA SOCIAL

BAILES E TOCADORES

Na meada do século passado não havia domingo sem bailarico, para já não falar das festas, designadamente a Senhora da Póvoa de que tratámos atrás. As arruadas eram frequentes. Qualquer comemoração, como a ida às sortes, por exemplo, justificava um baile, que quase sempre se fazia com música de acordeão. Os tocadores eram contratados na hora, sem necessidade de agendamento.

António Gomes e Manuel Silva faziam outrora as delícias dos apreciadores do acordeão. Ângelo Silva herdou do pai os dotes de acordeonista, mas soube adaptar o repertório à geração dos jovens do seu tempo.

Hoje em dia, os bailes apenas ocorrem duas ou três vezes durante o ano, em ocasiões festivas e a animação é contratada fora da aldeia. A escolha recai em grupos de baile ou organistas, apetrechados com sofisticadas aparelhagens sonoras.



Rancho folclórico no início deste século.

O ASSOCIATIVISMO

Em 1990 foi criada a Associação dos Amigos do Vale da Senhora da Póvoa vindo a instalar-se na parte inferior do antigo palco das festas, no Largo Dr. Jaime Lopes Dias. No início do século foi fundado um rancho folclórico sénior e juvenil, o qual se apresentou pela primeira vez em Penamacor, no verão de 2002, na feira das atividades económicas. Durante vários anos o rancho atuou dentro e fora de portas, levando o nome do Vale a outras paragens. Infelizmente, o despovoamento e envelhecimento da nossa população impediu que continuasse a animar-nos com as suas danças e cantares.

A associação vive financeiramente da exploração do bar e das receitas geradas pelas atividades culturais e recreativas, que quebram a monotonia diária da aldeia.

Em 2007 foi fundada a Associação dos Mordomos de Vale da Senhora da Póvoa, que desde então tem funcionado de forma intermitente. Existe ainda a Associação de Caça e Pesca de Vale da Senhora da Póvoa que, periodicamente, organiza caçadas aos javalis.

OS CONVÍVIOS

No início deste século começou a organizar-se um convívio anual, com data móvel, para encontro dos naturais, descendentes e amigos do Vale da Senhora da Póvoa. Dada a dispersão dos filhos da terra, estes convívios fomentam a amizade e ajudam ao conhecimento de pessoas com afinidades à aldeia, contando por isso com o apoio e o envolvimento direto da Junta de Freguesia, que reconhece a sua utilidade.

Organizados de forma intermitente, constam normalmente de almoço, atividades culturais, homenagens e animação diversa. Os primeiros convívios tinham lugar no parque florestal de Monsanto, em forma de grande piquenique com partilha de farnel, e destinavam-se sobretudo a congregar os residentes na região de Lisboa. Outros tiveram lugar em vários locais do país, nomeadamente na Carrasqueira (Lourinhã), na Sertã, na Meimoa e no Soito. A deslocação opera-se geralmente por transporte coletivo a partir de Lisboa e do Vale.

Inauguração do novo recinto de festas.



FESTA DE SÃO TIAGO

Além da Senhora da Póvoa, efetuavam-se outrora várias festividades durante o ano, a mais importante das quais era em honra do padroeiro São Tiago, no mês de setembro. As festas equinociais de setembro eram habituais na região, a emigração é que veio alterar os hábitos festivos do mundo rural, antecipando-as para o mês de agosto, que se tornou o mês das férias, dos emigrantes e de todas as festas.

O São Tiago tem sido a grande festa de Verão do Vale da Senhora da Póvoa. Festa de três dias e por vezes de quatro, em muitos anos, afirmou-se como uma das melhores das redondezas, com cartazes de grande qualidade e artistas de nomeada nacional, embora nos últimos anos dê mostras de definhamento.

No principal dia da festa, o programa começava bem cedo, com a “alvorada”, que constava de uma enorme descarga de foguetes, hoje em desuso e o desfile de banda filarmónica pelas ruas da aldeia. Ao meio dia é o momento de recolhimento e devoção com a Missa Solene, a que se assiste com o melhor traje domingueiro, seguindo-se a procissão pelas ruas da aldeia. O cortejo é acompanhado com cânticos e banda e nele participam, além do santo padroeiro, andores dos vários santos venerados no Vale e estandartes de antigas Confrarias e santos.

Prática que se perdeu foi o “ramo”, espécie de desfile e leilão de ofertas constituídas por lautas refeições, carnes assadas, varas de enchidos, bolos e tartes. Enquanto pôde, o Dr. Jaime Lopes Dias era presença assídua da festa e grande aficionado do ramo sendo habitual comprar todas as ofertas e voltar a oferece-las à comissão de festas.

Dependendo da capacidade de iniciativa e inovação dos mordomos ou comissões de festas, durante a tarde eram organizadas atividades desportivas ou jogos tradicionais, mas é a noite que a maior parte aguarda para se divertir no baile, ouvir a voz de um artista, confraternizar e no final da noite apreciar o fogo preso ou de artifício, se o houver.

Nos restantes dias geralmente a festa resume-se ao baile da noite com comes e bebes a acompanhar.





Festa de S. Tiago – procissão e quermesse.



Hoje em dia a festa noturna tem lugar no novo espaço criado há uns anos pela autarquia, com todas as condições para o efeito. Antes fazia-se no largo de festas renomeado Largo Dr. Jaime Lopes Dias, sendo então necessário improvisar barracas para o bar e quermesse, bem como palco para alguns grupos musicais de maior dimensão.

Nos últimos anos não têm surgido mordomos que queiram assumir a responsabilidade de a organizar, pelo que tem sido a Junta de Freguesia a fazê-lo, esperando-se que se retome a boa e tradicional prática de se nomearem mordomos.

O PATRIMÓNIO

Poucas aldeias se poderão orgulhar de apresentar um tão valioso património como o Vale da Senhora da Póvoa. Já não falamos do património arqueológico, do qual demos nota em capítulo anterior bem como da igreja matriz ou o santuário da Senhora da Póvoa que já tiveram o seu destaque. Falamos, por exemplo, da surpreendente Alameda dos Balcões ou dos belos cruzeiros e fontenários, entre muitos outros aspetos arquiteturais e escultóricos que se enumeram:

ALAMEDA DOS BALCÕES

Conjunto de dez edifícios, construídos em 1956/57, de dois pisos, funcionando o rés-do-chão como loja ou local de arrumos e o primeiro andar como habitação. Dispõem-se ao longo de um único arruamento, numa das vias centrais da freguesia, cujo topo é rematado pela majestosa igreja matriz.



Travessa pintada à mão por Maria do Carmo Mugeiro.

A sua principal característica é o conjunto de balcões alpendrados que primam pela graça e harmonia a que ninguém fica indiferente.

No início do século XXI, as casas apresentavam sintomas de degradação interna e externa e algumas estavam pintadas com cores diversas. A Câmara Municipal, em nome da preservação do património, resolveu restaurá-las, devolvendo-lhe a forma original.

CRUZEIRO DOS CENTENÁRIOS

Cruzeiro comemorativo dos Centenários, construído em 1940, de planta quadrada com base em escada de quatro degraus. Trata-se de um plinto paralelepípedo, encimado por esfera armilar e cruz de Cristo.

FONTENÁRIOS

Fonte na Rua da Lameira da Fonte: Localizava-se na Lameira da Fonte, onde também houve um campo de futebol. Chafariz com arco de volta perfeita que dá acesso ao interior, onde existe uma bica e um pequeno tanque retangular. No exterior, adossado ao lado direito, existe um banco em pedra. Destruída pela passagem do canal, a fonte foi reposta a jusante do mesmo com nova arquitetura⁴².

⁴² A título compensatório, já antes tinha sido construído um polidesportivo para compensar a perda do campo de futebol, ocupado pelo canal (1998).





Fonte da Lameira

Foto anterior: Casas da Alameda dos Balcões

Fontenário da Praça: Chafariz de espaldar, construído em 1928. De planta semicircular, é composto por um painel retangular no centro, dois pilares paralelepípedicos dos lados e um tanque adossado. Foi adjudicado por 1820\$00.

Chafariz na Rua Direita: Construído em 1950, tem planta retangular em pedra de granito, com um nicho acoplado.

Chafariz junto à estrada nacional: Em ferro fundido.

CASAS NA RUA DIREITA

Conjunto de três casas, uma delas construída no século XVII, reconstruída no século XVIII e reformada no século XX, outra datada do século XVIII e reformada no século XX e uma terceira construída no século XIX e reformada no século XX. Apresentam características de arquitetura maneirista, barroca e vernacular.



Parque infantil, alminhas e chafariz (1950)

Foto das paginas seguintes: Casa da Forca e Café o Tico; altar exterior e coreto da Senhora da Póvoa

EDIFÍCIOS ESCOLARES

A antiga escola dos rapazes, construída em 1930, tem planta retangular largas janelas arqueadas. O edificio foi remodelado e acrescentado para albergar os serviços de saúde e da Junta de Freguesia. Por sua vez, a antiga escola das raparigas de traça semelhante, foi demolida para no mesmo lugar se construir, no início da década de 70, a escola mista do estado novo. Apresentava duas salas simétricas, cada uma com o respetivo hall de entrada. A parede que separava as salas foi entretanto aberta para fazer um amplo salão multiusos.

BUSTOS DA FAMÍLIA LOPES DIAS

De homenagem a: José Lopes Dias (professor), erigido, em 1950, junto ao parque infantil; a Jaime Lopes Dias, levantado no largo com o seu nome, em 1988, a José Lopes Dias (médico), em frente ao edificio da Junta de Freguesia, implantado em 2010.









FIGURAS ILUSTRES

O que engrandece as terras é a sua gente, com o seu trabalho, a sua inteligência e amor que dedicam às causas locais e à comunidade. O Vale da Senhora da Póvoa bem pode orgulhar-se de os seus naturais e residentes, hoje como ontem, terem, no geral, essas virtudes. Tanto assim que, por todo o lado, nas grandes cidades do nosso país e no estrangeiro, se encontram naturais ou descendentes que singraram num mundo moderno e competitivo, sem esquecer a sua terra.

Aqui deixamos o registo de algumas figuras ilustres de um passado recente que ainda hoje nos iluminam com o seu exemplo de vida.

Os filhos do Professor José Lopes Dias
Da esquerda para a direita:
Joaquim, António, José,
Vitor e Jaime.





JOSÉ LOPES DIAS, PROFESSOR

Podemos afirmar sem rodeios que José Lopes Dias foi a figura maior do Vale da Senhora da Póvoa. Não porque fosse o mais notável dos Lopes Dias, já que os seus próprios filhos o suplantaram em notoriedade, quer na região, quer no país. Mas se os filhos foram ilustres lá fora, o pai foi o mais denodado agente de mudança e desenvolvimento da sua terra de adoção. Quase tudo o que ficou na história da aldeia da primeira metade do século XX teve a marca da sua intervenção, e muito do que os seus filhos fizeram por ela teve quase sempre um pedido seu.

Filho de António Lopes Dias e Isabel Delgado, nasceu na vizinha Benquerença, a 8 de Setembro de 1864, e faleceu no Vale de Lobo, a 5 de Fevereiro de 1948.

O pai, apercebendo-se das suas capacidades para aprender e não podendo custear estudos superiores, decidiu fazer dele professor, entregando-o ao mestre José Freire de Novais, que na altura fundara em Benquerença um centro de estudos e formação de professores⁰¹.

Em 1883, ainda antes de completar 20 anos, foi provido em Vale de Lobo como professor na cadeira do ensino elementar masculino, e desde essa altura nunca mais deixou esta aldeia.

Teve um primeiro casamento com Angélica Mendes Barreiros, de Belmonte, de quem teve três filhos, Jaime, José e António, dos quais apenas o primeiro sobreviveu. Este casamento durou pouco mais de 5 anos devido à morte de Angélica. Voltou a casar com Carlota Leitão Vaz Barreiros, prima de Angélica, de quem teve mais quatro filhos, José, António, Joaquim e Victor.

Preocupado com o filho órfão de mãe, procurou que não fosse afetado pela situação, tendo para isso a compreensão e o apoio de sua mulher, D. Carlota. Aliás, uma das maiores virtudes do professor foi, sem dúvida, o empenho que demonstrou na educação dos filhos: Jaime, o mais velho, formou-se em Direito, em 1912; José acaba Medicina em 1923; António licencia-se em Direito em 1929, caminho também seguido pelos irmãos mais novos. E não foi apenas pela via da formação académica, foram também os mais elevados valores que soube inculcar-lhes no seio familiar, de respeito e humildade que fizeram deles uma das mais notáveis gerações da Beira Baixa.

Além de professor, desempenhou outras funções em prol da aldeia e não só, como o exercício dos cargos de presidente e secretário da Junta de Freguesia,

⁰¹ Deste centro saíram muitos dos professores que ensinaram no concelho de Penamacor e limítrofes, in José Lopes Dias, educador e benemérito, Jaime Lopes Dias, 1950.

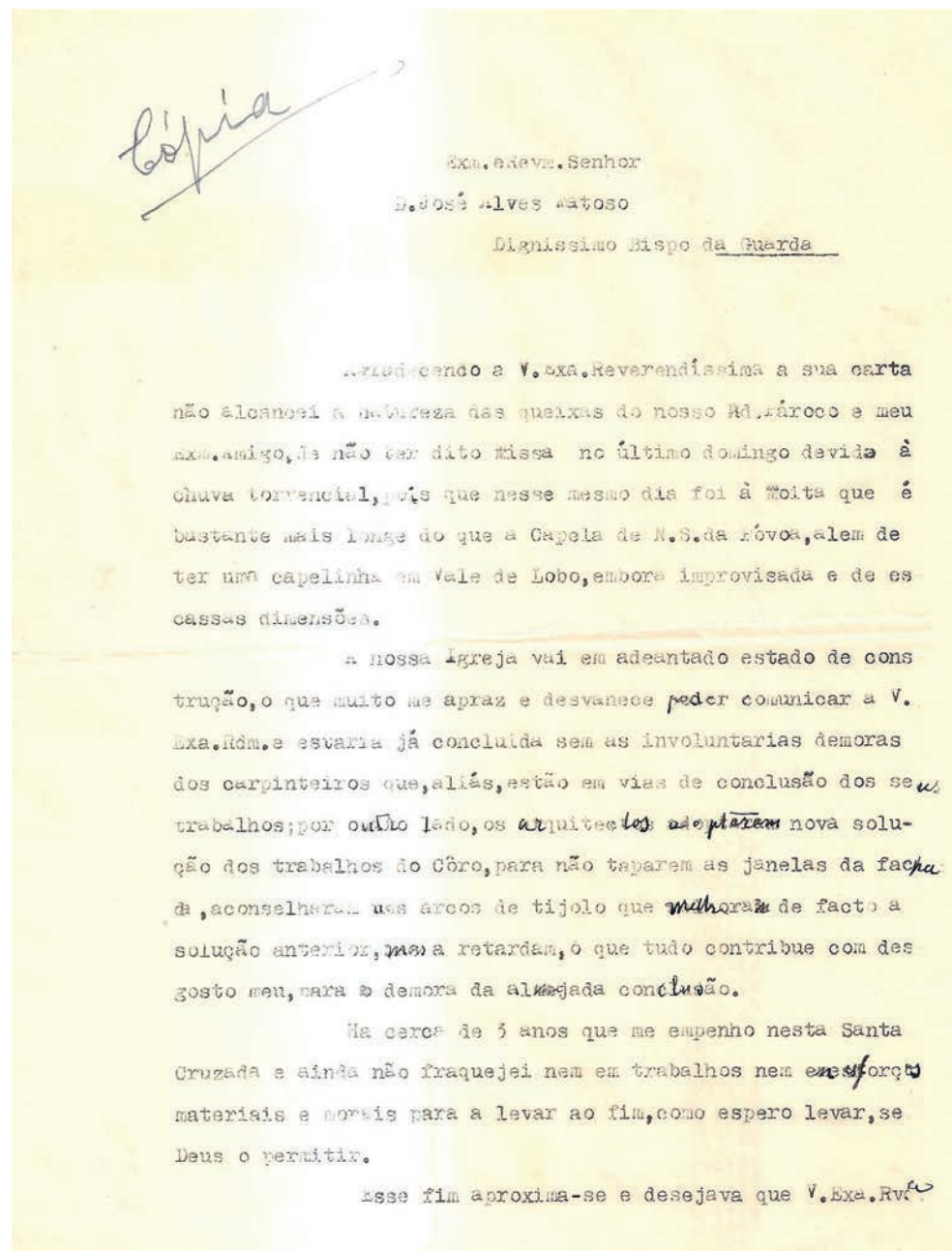


Casa do Professor José Lopes Dias.

Juiz de Paz (também do Meimão e Benquerença), tesoureiro e mesário da Mesa da Confraria de Nossa Senhora da Póvoa, ajudante do Registo Civil, vereador da Câmara Municipal de Penamacor e vogal da Comissão Administrativa do Hospital de Santo António. Além destas tarefas e cargos públicos, foi ainda toda a sua vida solicitador e notário, *pro bono*, dos vizinhos e conterrâneos que a ele recorriam para resolver problemas.

Mesmo assim ainda arranjava tempo para a agricultura, apaixonado como era da vida do campo, passando por ser um dos maiores “lavradores” da aldeia do seu tempo, distinguindo-se como produtor de azeite, pisadas que foram depois seguidas por seu filho Jaime Lopes Dias.

Adepto fervoroso dos avanços tecnológicos e do progresso, o professor dava trabalho na sua casa agrícola a muitos valdelobenses. Mas jamais se



esquecia das causas coletivas, da modernização das infraestruturas e dos melhoramentos que promoveu na aldeia, como a água canalizada e as escolas de ambos os sexos. Foi ainda durante a sua gestão autárquica ou presidindo a comissões de melhoramentos que se reconstruiu e ampliou o cemitério, se ergueram o cruzeiro da independência, os lavadouros públicos, belos fontanários e se calcetaram diversas ruas, obras que ainda hoje representam uma mais-valia arquitetónica da freguesia. Mas a que mais o absorveu, já no final da sua vida, foi a igreja matriz, a cuja comissão presidiu.

Estava, na verdade, muito além do comum dos mortais, via sempre mais longe, estava sempre mais à frente. O reconhecimento do seu valor foi tal que a sua morte gerou uma espontânea onda de consternação, transformada logo depois em ânsia de o homenagear, unindo Junta de Freguesia, pároco, antigos discípulos e familiares, Câmara Municipal, amigos e conhecidos de toda a região. Um jornal da época proclama que o seu funeral, *foi imponentíssima manifestação de sentimento e dor*. Assistiram quinze sacerdotes e contou com a presença de milhares de pessoas. O Presidente da República e o Cardeal Patriarca de Lisboa enviaram telegramas de condolências.

Pouco depois da sua morte era-lhe erigido um monumento, promovido por uma comissão organizadora encabeçada pelo Ten. José Cameira e da qual faziam parte, entre outros, o Padre Chorão e o Prof. Ladeira. O busto de bronze aí está, assinado por Raul Xavier, no largo com o nome do homenageado, em frente à casa onde vivera.

JAIME LOPES DIAS

Nasceu no Vale de Lobo, a 25 de outubro de 1890, e morreu em Lisboa em 1977. Primogénito de José Lopes Dias, frequentou o Colégio de S. Fiel e os liceus de Castelo Branco, Fundão e Coimbra, acabando por se licenciar em Direito pela Universidade de Coimbra, em 1912. Ente 1912 e 1914 foi oficial do Registo Civil de Penamacor e, logo depois, notário e administrador do concelho de Idanha-a-Nova, entre 1915 e 1916. Durante quase 10 anos foi secretário-geral do Governo Civil de Castelo Branco. Exerceu cargos de juiz presidente do Tribunal de Desastres no Trabalho, em Castelo Branco, vereador da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, professor do 4º e 5º grupos do liceu de Castelo Branco, presidente da Comissão Agrícola da 55ª Região, adjunto do diretor geral da Administração Política e Civil do Ministério do Interior, vogal do Conselho do Cadastro do Instituto Geográfico e Cadastral e diretor dos Serviços Centrais e Culturais da Câmara Municipal de Lisboa, cargo onde permaneceu até 1960.

Fez parte das comissões encarregadas do Estudo de Receitas e Despesas Municipais da Divisão Provincial e da Divisão Regional e Agrícola. Em 1937 presidiu à comissão encarregada da organização dos serviços das câmaras municipais de Lisboa e Porto e à comissão organizadora do grande cortejo folclórico. Foi membro do Instituto Internacional de Ciências Administrativas de Bruxelas e sócio de muitas outras instituições académicas e culturais.





Mesmo a residir em Lisboa, Jaime Lopes Dias vinha à aldeia com frequência.

Fundou o Sindicato Agrícola e a Caixa de Crédito Agrícola de Idanha-a-Nova, hoje também de Castelo Branco e Penamacor. Promoveu a campanha para a criação de um Posto Agrário em Idanha-a-Nova. Foi criador e organizador dos congressos beirões. Promoveu, por ocasião destes certames, a publicação de um álbum de propaganda da cidade de Castelo Branco, a instalação do Museu Tavares Proença Júnior e a construção do monumento a Vaz Preto.

Os muitos cargos que exerceu demonstram não só o reconhecimento do seu valor mas também a sua imensa capacidade e dinamismo. Porém, seria o estudo e a escrita que o tornariam mais famoso. Publicou diversas obras sobre a região, das quais se destaca a *Etnografia da Beira* em 10 volumes, revelando a sua grande vocação de etnógrafo. Correspondia-se com frequência com o mestre da etnografia portuguesa, José Leite de Vasconcelos, enviando-lhe dados que recolhia e recebendo dele as suas opiniões e colaboração.

Dirigiu a *Revista Municipal de Lisboa*, o *Boletim da Casa das Beiras*, o *jornal Povo de Idanha*, *Província e Acção Regional*, de Castelo Branco. Colaborou em diversas outras publicações, como *Ocidente*, *Anuário Comercial (Turismo)*,



Antiga moagem de Jaime Lopes Dias.

Panorama, *Revista Portuguesa de Comunicações*, *Revista da Mocidade Portuguesa Feminina*, *Boletim da Junta Nacional da Cortiça*, *Almanaque das Beiras*, *Guias dos Hotéis e Turismo*, *Portugal Corticeiro*, *Diário de notícias*, *Século*, *Novidades*, *Diário de Coimbra*, *Mocidade Livre*, *Semana das Beiras*, *Vanguarda* (de Castelo Branco), *Cidade, Sul da Beira* (Covilhã), *Via Latina* (número único), etc.

Era sobretudo um homem interventivo, promotor de desenvolvimento, traduzindo-se a sua ação, por exemplo, na criação de cantinas escolares ou no impulso à construção da Barragem Marechal Carmona. A influência que tinha em vários setores da vida nacional permitiu-lhe arranjar colocação para muitos conterrâneos, tendo por isso merecido a estima de todos quantos o conheceram. Consta que por sua influência uma corporação de bombeiros da capital era praticamente constituída por homens do Vale e de outras aldeias do concelho de Penamacor, incluindo o respetivo comandante!

Com Ferreira de Castro, Aquilino Ribeiro, Alves Redol entre outros, fundou, em 1956, a sociedade portuguesa de escritores, de cuja primeira direção fez parte como vice-presidente, ao lado de Aquilino⁰².

⁰² Espólio da família Lopes Dias (Doutor Pedro Lopes Dias)

Em reconhecimento dos serviços prestados ao país foi condecorado com o grau de Comendador da Grã Cruz da Ordem de Cristo. Lisboa homenageou-o com a atribuição da Medalha de Ouro da Cidade e dar o seu nome a uma rua no Lumiar, onde consta “*Jaime Lopes Dias – Jurista e Olissipógrafo*”.

Muitas obras promovidas no Vale da Senhora da Póvoa durante o século XX tiveram por trás o seu apoio, como aconteceu com a construção da igreja, da Alameda dos Balcões e da cantina escolar. Em 1988 foi-lhe prestada merecida homenagem, marcada pelo descerramento de um busto e pela atribuição do seu nome a um largo da aldeia.

JOSÉ LOPES DIAS, MÉDICO

Nasceu, no Vale, em 5 de Maio de 1900⁰³. O 2º filho do professor José Lopes Dias e primeiro de Carlota Leitão Barreiros, formou-se em Medicina pela Universidade de Coimbra em 1923. Nos primeiros anos de atividade procurou experiências no estrangeiro, estagiando 2 anos no hospital de *Sainte Pietriere* de Paris e participando em visitas de estudo a Espanha e Itália. Frequentou cursos de radiologia e de clínica geral no *Hotel Dieu* e no *Charité*, em Paris, e participou em muitos congressos nacionais e internacionais, especialmente de Pediatria e Proteção à Infância.

Durante seis anos foi médico em Penamacor. A partir de 1933 fixou-se em Castelo Branco, onde viveu até à data da sua morte, em 12 de Janeiro de 1976.

Exerceu os cargos de médico escolar do liceu Nuno Álvares, delegado de saúde do distrito e diretor do hospital de Castelo Branco. Recusou cargos importantes - como uma cátedra na Universidade de Coimbra ou a pasta de Ministro da Saúde - para ser o que sempre quis ser: um verdadeiro agente de mudança, cientista atento à realidade, impulsionador de melhorias na qualidade de vida das pessoas e fonte de conhecimento e cultura, que nunca quis só para si, mas antes para partilhar com os outros. Os seus estudos e publicações ainda hoje são um inesgotável manancial de conhecimentos que continuam a inspirar os investigadores.

⁰³ *Medicina na Beira Interior*, Cadernos de Cultura, nº1 Novembro, 1989



Em 1928, foi um dos fundadores da Acção Regional do Círculo Cultural e da Revista Estudos de Castelo Branco. Quando jovem, foi redator do jornal Mocidade e mais tarde colaborou em diversos jornais e revistas, designadamente, *Diário de Lisboa*, *Século*, *Diário de Notícias*, *Saúde Escolar*, *Acção Médica*, *Jornal Médico*.

Fundou obras de qualidade e mérito indiscutíveis, cujo alcance ainda hoje se reconhece, como a Escola de Enfermagem Dr. José Lopes Dias, que tem prestado à região e ao país precioso serviço.

Em colaboração com a Junta Distrital, de que foi membro, funda, em 1930, o Dispensário de Puericultura Dr. Alfredo Mota, englobando delegações rurais, o Lactário, a Puericultura, a Pediatria Social, a Creche e as Colónias Marítimas para crianças, na Praia da Nazaré.

Abraçou causas de saúde nacionais, como a da profilaxia do bócio, da puericultura ou da medicina social, que, com a sua determinação, originaram mudanças comportamentais e políticas fundamentais para a região e para o país.

Foi, além disso, um pródigo escritor, sobretudo nas áreas médicas e da saúde⁰⁴.

Embora a sua atividade profissional se desenrolasse fora do Vale, estava sempre disponível para ajudar os conterrâneos que lhe batiam à porta. Devese a si o facto curioso de o Vale ser a aldeia da região, e talvez até do país, que mais profissionais deu à enfermagem, contando-se ainda hoje para cima de uma centena de enfermeiros e enfermeiras, entre ativos e reformados.

Por tudo isso e pelas muitas virtudes que não caberiam neste modesto livro, concordamos com a afirmação de um seu admirador: *José Lopes Dias é como as joias: quanto mais tempo passa, maior é o seu valor*.

Em 2010 o Vale prestou-lhe homenagem com a inauguração de um busto no espaço ajardinado da antiga escola dos rapazes.



⁰⁴ Em anexo, na parte final deste livro, o leitor poderá encontrar a maior parte dos títulos das suas obras.



ANTÓNIO LOPES DIAS (GUITARRISTA)

Foi, segundo rezam os documentos, um brilhante jurista e um virtuoso magistrado. Mas neste livro relevamos sobretudo os dotes de guitarrista que o tornaram famoso a nível nacional.

Por vezes refere-se que nasceu em 29 de fevereiro, confusão que o próprio terá ajudado a fomentar, quando, brincando, dizia que se o ano fosse bissexto teria nascido a 29 de Fevereiro. Na verdade, António Lopes Dias nasceu no *Vale de Lobo* a 1 de março de 1903. Foi o segundo filho do segundo casamento de José Lopes Dias. Faleceu novo, na cidade da Guarda, a 4 de Março de 1956, aos 52 anos.

Tal como os irmãos, António fez a instrução primária no Vale e o liceu em Castelo Branco e Coimbra. No 4º ano liceal, atual 8º, decidiu suspender os estudos, para grande desagrado de seu pai e irmãos, que urdiram um plano para o levar de volta às aulas. Porque queria trabalhar, tirou o curso de professor primário, e que o fez andar 5 ou 6 anos de terra em terra, por vários concelhos.

Constatada a pouca inclinação para a docência e o nomadismo da profissão, decide, então, voltar aos estudos, completar o liceu e seguir as pisadas dos irmãos mais velhos, rumando à Universidade de Coimbra.

António teve uma vida académica intensa, participando ativamente em tudo o que fosse associação cívica e cultural, ganhando o respeito de toda a Academia. Grande aficionado da música, dedicou-se ao fado de Coimbra e à guitarra, ao Orfeão e à Tuna, mas também, e muito, segundo se diz, às aventuras amorosas, às comezainas e à boémia pelas tascas e repúblicas onde não faltavam serenatas, cantos e guitarradas.

Diga-se desde logo que nem por isso deixou de cumprir com o desafio que o levou para Coimbra – os estudos. A sua fama de boémio deu, aliás, aso a algumas histórias, quase sempre ficcionadas, contadas pelos antigos colegas. Consta também que, em face da vida intensa que levava na cidade do Mondego, a mesada, enviada a tempo e horas pelo pai, raramente chegava para saldar as contas, que sempre se atrasavam, o que, volta e não volta, obrigava o pai a deslocar-se a Coimbra para honrar os compromissos. Mas também consta que além de *um saco de notas* se fazia acompanhar *de bengala, preparada para zurzir os costados ao filho!*⁰⁵ Tais histórias, do imaginário académico pouco ou nada têm de veracidade, apenas pretendem relevar o carácter irreverente de alguém que viveu intensamente a juventude.

A propósito desta sua fama de boémio, não resistimos a verter do *blog* de

⁰⁵ <http://guitarradecoimbra4.blogspot.pt/2013/03/antonio-lopes-dias.html>





Octávio Azevedo a história contada pelo escritor Manuel Marques Inácio sobre a muita inclinação de António pelo feminino:

Uma vez, fez-se passar por médico, para assistir uma maleita de uma jovem vizinha, linda como as ninfas do Mondego, levou que no ano seguinte, descoberta a “marosca”, tivesse que se safar da Lusa Atenas. Acossado pelo pai da pequena, que o perseguia de arcabuz às costas, teve que estar um ano fora de Coimbra, lá para os lados de Penacova, à espera que a tempestade amainasse. A pequena andava deliciada com o seu “médico”, que teria umas mãos maravilhosas, mas o progenitor é que não ia em modernices. Uma história deliciosa quando contada ao pormenor. Durante aquele período, foi professor primário, à força, e só depois volta a Coimbra, para acabar o curso, acalmada que fora a “tempestade” progenitora.

Terminado o curso, o Dr. António Lopes Dias foi advogado em Penamacor, conservador em Belmonte, procurador no Sabugal, Mangualde, Castelo Branco e Lisboa e Juiz em Montalegre, Pinhel, Idanha-a-Nova, Fundão e Guarda. Terminou a carreira na Guarda como corregedor. Por não ser esse o objetivo deste livro não se relevam aqui as virtudes de jurista, do melhor que a região conheceu.

António Lopes Dias terá sucumbido à dor causada pela morte de um filho, em consequência de um acidente automóvel, com apenas 19 anos e já um exímio guitarrista em Coimbra, onde estudava.

Pelos altos cargos que ocupou, não terá deixado de ajudar alguns seus conterrâneos que o procuraram; mas foi a arte musical a que se dedicou como amador que lhe granjeou fama. Como bom guitarrista que era, acompanhou os grandes cantores da chamada geração de ouro, como António Menano, Edmundo Bettencourt, Armando Goes e Lucas Junot, gravando também muitos dos discos do seu grande amigo José Paradela de Oliveira (1904 – 1970), que era da mesma idade.

Na ficha técnica dos referidos discos, António Lopes Dias surge como viola e Francisco de Moraes como guitarrista. A verdade é que António, que nunca tocou viola, conseguia com a guitarra suprir de forma magistral o acompanhamento que àquela competiria⁰⁶.

Os dotes de virtuoso guitarrista levaram-no a vários locais de Portugal e Espanha para tocar e gravar; pena foi que ao sair de Coimbra tivesse deixado de tocar. Até mesmo em família, só com muita insistência dos filhos lhe conseguiam ouvir algumas variações.

⁰⁶ Livro da Família Lopes Dias (em elaboração), Doutor Pedro Lopes Dias (filho de António Lopes Dias).

PADRE FRANCISCO DOMINGOS CHORÃO



Nasceu nas Donas, concelho do Fundão, em 4 de Janeiro de 1920. Frequentou o seminário entre 1932 e 1942. Foi pároco do Vale desde 1942 até quase à data da sua morte, em 2008. Era um homem simples e amigo de rotinas, mas era também pessoa de grande sensibilidade cultural, ao mesmo tempo pragmático e corajoso. Acabado de chegar à aldeia, não se atemorizou perante a ideia de ter de construir uma nova igreja.

Pelos muitos anos que a pastoreou marcou de forma indelével a freguesia na segunda metade do século XX. Não era pessoa de muitas euforias, pelo contrário, era até um pouco introvertido, mas sabia levar a água ao seu moinho e o seu moinho foi quase sempre o Vale da Senhora da Póvoa.

Nos últimos tempos, com a carência de padres, assumiu simultaneamente as funções eclesiais nas freguesias da Moita, Casteleiro e Santo Estêvão, além do Vale.

Em 1975 vemo-lo, através da sua correspondência, a pedir a intercessão do Dr. José Lopes Dias para que o posto de assistência médica não feche no Vale, e a respetiva empregada, a menina Tecla, não seja deslocada para Penamacor⁰⁷.

⁰⁷ Espólio Padre Francisco Chorão, correspondência.



Pelo longo tempo do seu magistério, promoveu e acompanhou muitas das alterações e inovações da freguesia, designadamente as que se relacionaram com a vida religiosa e com a Senhora da Póvoa, sendo a construção da nova igreja a de maior destaque.

A certa altura o bispo pediu-lhe que desse tutoria a um jovem diácono, com ordens menores, que iria em breve ser ordenado. Seria uma espécie de aprendizagem prática para que o futuro sacerdote se sentisse mais à vontade quando lhe fosse entregue uma paróquia. O diácono podia fazer funerais, batizados e outros serviços religiosos, o que muito aliviou o trabalho do padre Chorão. Porém, não quis o destino que o jovem viesse a tornar-se sacerdote, antes se deixou tomar de paixão pela irmã do próprio tutor, no que foi correspondido. Não podendo mais esconder o sentimento que nutriam um pelo outro, e receando as consequências, fugiram para longe da aldeia, vindo a casar em Lisboa, onde Jaime Lopes Dias empregou o antigo diácono.

EDUARDO ADELINO

Foi um dos últimos regedores da aldeia, uma espécie de chefe de polícia local no anterior regime político, que, grosso modo, herdara as atribuições do juiz local de vintena da monarquia.

O regedor podia mandar prender qualquer cidadão que na área da sua jurisdição cometesse algum ilícito criminal, que seria depois levado perante a justiça de comarca. Tinha a seu cargo os cabos de ordem, geralmente soldados acabados de cumprir o serviço militar.

Natural da Capinha, onde nasceu em 1895, Eduardo Adelino veio para o Vale ainda em criança com os pais para explorarem a quinta de Francisco Esteves, atual Quinta da Nogueira, e aqui faleceu em 1977, com 81 anos.

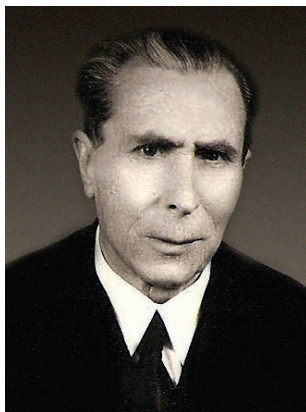
Casou com Maria dos Anjos Robalo, de quem teve 5 filhos. Combateu em França na Primeira Grande Guerra Mundial, ao serviço do Corpo Expedicionário Português.

Embora de baixa estatura, soube sempre merecer o respeito e a admiração dos seus conterrâneos, enquanto regedor, cargo que exerceu entre 1940 e 1965.

Era considerado um altruísta, pois colocava os interesses da comunidade acima dos seus interesses pessoais. Quando foi necessário um terreno para se construir uma escola, Eduardo Adelino prontamente se disponibilizou a oferecer uma parcela que possuía no local designado por São João.



JOSÉ MARIA LADEIRA, PROFESSOR



Era natural da Moita, onde nasceu em dia de consoada de 1898, filho de Honório Gonçalves Ladeira e Maria Augusta Capelo. Concluiu o curso do magistério primário com 20 anos. Lecionou em Brotas, concelho de Mora, Vila Franca de Xira e Pinhel, antes de se apresentar no Vale.

Quando aqui chegou, em 1934, já Beatriz da Costa Pina, filha de uma família abastada de Vila de Touro, cá dava aulas às raparigas. Três anos depois pediam autorização para casar⁰⁸, ele com 39 anos, ela com 42, um pouco tarde para o costume da época e para ter filhos, mas ainda a tempo de uma longa vida conjugal. Foram morar para uma das mais belas casas da aldeia, propriedade do Professor Silva, que fica em frente do café do Tó Carrapato, e aí permaneceram até se mudarem para a Moita, terra onde herdaram casas e terras.

Enquanto professor foi condecorado pelo Presidente da República pela qualidade e distinção do seu ensino. Pela sua ação interventiva e promotora de mudança foi-lhe prestada homenagem em 1966, que contou com a participação de largas dezenas de amigos e entidades. Nos exames, os seus alunos estavam sempre na lista dos melhores a nível nacional, orgulhando-se de

⁰⁸ Durante o Estado Novo, as professoras primárias só poderiam contrair matrimónio após autorização superior, conforme estipulava o artigo 9º, do Decreto 27.279 de 1936: “O casamento das professoras não poderá realizar-se sem autorização do Ministro da Educação Nacional, que só deverá concedê-la nos termos seguintes: 1º Ter o pretendente bom comportamento moral e civil; 2º Ter o pretendente vencimentos ou rendimentos, documentalmente comprovados, em harmonia com os vencimentos da professora.”



Em 1966, o Professor Ladeira foi homenageado pelos amigos, antigos alunos, e entidades.

nunca nenhum ter reprovado. Aos que tivessem dificuldades dava-lhes lições suplementares em sua casa, e sempre que pressentia que algum deles pudesse singrar nos estudos não regateava esforços para que os pais os mandassem estudar. E o mesmo se pode dizer da esposa. Alguns dos mais velhos, naturais e residentes do Vale, foram ensinados por este casal nas velhas escolas de arcadas, construídas quando Ladeira veio residir para aldeia.

O mestre nunca se furtou às responsabilidades, aceitando integrar a Confraria da Senhora da Póvoa e a própria Junta de Freguesia como presidente de um executivo de que também fez parte Joaquim Lopes Dias. Durante o seu mandato construiu-se a ponte sobre o ribeiro da Fonte Santa, na Rua Direita, o Chafariz junto do busto de José Lopes Dias (1950) e foi inaugurada a luz elétrica (1951).

Era, além do mais, adepto das inovações e das tecnologias que lhe permitiam estar a par de tudo o que se passava no país e no mundo: muito antes da energia elétrica chegar à aldeia já José Ladeira tinha eletricidade em casa, produzida a partir de um *aero-dinamo*, assim podendo o professor ter luz e ouvir o rádio para ficar a par das notícias. Ao mesmo tempo era correspondente do Jornal de Notícias e do Século, onde, de vez em quando, escrevia notícias sobre a aldeia e a região. Ainda há quem se lembre de ter saído uma foto de um caçador do Vale⁰⁹ rodeado pelas mais de cem peças de caça que tinha conseguido na abertura da época venatória.

Morreu na sua terra natal a 21 de janeiro de 1974, com 78 anos.

TENENTE JOSÉ PIRES CAMEIRA

Nasceu no Vale de Lobo, em 20 Dezembro de 1896, na casa que fica em frente ao forno comunitário, na Rua Direita, onde também faleceu, em 30 Maio 1974. Era filho de António Cameira e de Maria do Rosário Pires, da Moita, e neto paterno de Joaquim Pires Cameira e Maria Leitoa, que viveram no Vale de Lobo no século XIX.

Concluída a escola primária, José iniciou-se na profissão de barbeiro na barbearia do “Pimpão”, que pertencia ao seu irmão mais velho. Era na barbearia que se encontrava quando, em 10 de Julho de 1916, se vê compelido pela GNR ao recrutamento forçado para o serviço militar. A Iª guerra mundial rebentara dois anos antes, e era necessário defender as possessões ultramarinas da cobiça das potências em conflito.



⁰⁹ Tratava-se de Afonso Silva, pai do conterrâneo Padre Silva.



O jovem José vê-se assim integrado no exército, de onde só sairia aos 51 anos com a patente de Tenente Miliciano. Feita a instrução inicial, depressa o soldado Cameira assume a tarefa de “barbeiro” no Regimento de Infantaria 21 de Castelo Branco, seguindo o pragmatismo militar. Para alguma coisa lhe servira a experiência da barbearia!

Para quem parecia talhado para cortar cabelo, abraçou a carreira militar com alma, tomou-lhe o gosto, subiu por mérito a hierarquia. Embarca numa primeira viagem de dois meses que o levaria para a sua primeira missão em Timor,¹⁰ e de onde, no regresso, traz um filho timorense. Em 1934 vemo-lo já em Moçambique, onde chega em 20 de Julho e de onde parte definitivamente em 1946 para se aposentar no ano seguinte, com mais de 30 anos de vida militar.

¹⁰ Nesse tempo as comissões militares nas colónias duravam 6 anos, intercaladas com o gozo de licença graciosa, geralmente de 1 ano, na metrópole. José Pires Cameira cumpriu 4 comissões, repartidas entre Timor e Moçambique.

Regressado à terra natal, era ainda muito novo para ser apenas um reformado, pelo que logo arranjou ocupação ao fazer a contabilidade do Lagar do Dr. Jaime Lopes Dias, a par da sua própria agricultura familiar. Mas foi o cargo de presidente da Junta, que ocupou durante mais de dez anos, que certamente o encheu de orgulho.

São do seu tempo obras e benfeitorias como a instalação do telefone público na loja do Sr. Fites Cameira (1954), a repavimentação rua Direita, a construção da Alameda dos Balcões (1956), a construção da Cantina Escolar, onde hoje funciona o Centro de Dia para idosos (1958), a ponte de alvenaria de granito sobre a Ribeira de Vale de Lobo com passagem para o Cabeço da Ponte (1960).

Mais importante ainda foi o abastecimento de água e luz às habitações (1962 e seguintes) que muito veio melhorar a qualidade de vida das pessoas. Adepto das inovações, logo que surgiu a televisão adquiriu um aparelho que mandou colocar na cantina. O pequeno ecrã rapidamente se tornou um grande atrativo, sobretudo nas longas noites de inverno e nas tardes de domingo, atraindo a criançada para ver os filmes do *Charlot* e do *Zorro*, e os homens para saberem as notícias e verem os jogos de futebol.

Nunca se escusava a ajudar quem lhe batesse à porta, movendo as suas próprias influências ou apelando para os influentes que o Vale tinha em vários quadrantes da vida nacional¹¹, estimulando a ascensão social e contribuindo para o sucesso dos mais humildes.

PRESIDENTES DA JUNTA DO PÓS 25 DE ABRIL

ANTÓNIO PIRES CARRILHO (1976 – 2002)

Nasceu no Vale, em 31 de Agosto de 1942, onde acabaria por falecer com apenas 63 anos, em 30 de Novembro 2005. Grande parte da sua vida dedicou-a à causa pública, no cargo de presidente da Junta.

Como tantos jovens da sua geração, foi mobilizado para a Guerra do Ultramar, cumprindo comissão na Companhia de Caçadores 448, em Angola. No fatídico dia 21 de Fevereiro de 1965 foi ferido em combate, na sequência de

¹¹ Agradecemos a recolha de dados desta biografia a José Jorge Cameira, neto do evocado.



uma emboscada, em resultado da qual sofreu a amputação de uma perna. Como era praxe, o regime condecorou-o com a Cruz de Guerra de 1ª Classe¹².

Ultrapassado o trauma da guerra e da amputação, colocada a prótese, ressurgiu para a sua grande vocação: ser útil à sua terra. A “coxeira” que o caracterizava não o impedia de se deslocar de carro para todo o lado, sobretudo a caminho da Câmara Municipal para reivindicar persistentemente as obras que achava necessárias para o Vale da Senhora da Póvoa.

Eleito em sucessivos mandatos, quase sempre por larga maioria, foi dos presidentes de junta que mais tempo esteve em funções (1976 - 2002), e pôde, por isso, fazer muitas obras ao longo do seu exercício.

São do seu tempo melhoramentos como a cobertura do ribeiro que nasce na Fonte Santa e atravessa a freguesia, assim transformado em arruamento; a instalação da rede de saneamento básico (1985); a remodelação da antiga escola dos rapazes, onde passou a funcionar a Junta de Freguesia e a Extensão de Saúde; a construção do largo das festas (1986) e do parque desportivo (1991); a abertura e alargamento de caminhos agrícolas; a pavimentação de quase todas as ruas da aldeia; a remodelação do sistema de abastecimento de água potável (1986); a implantação da estátua dedicada ao Dr. Jaime Lopes Dias no antigo largo das festas (1988); a construção do parque infantil junto à estátua do Professor José Lopes Dias (1992); a ampliação do cemitério (1995); a construção do centro de dia para idosos (1997) e tantas outras pequenas obras.

Reconhecendo a dedicação com que desempenhou o cargo durante tantos anos, os seus conterrâneos, familiares, amigos e entidades locais prestaram-lhe uma homenagem póstuma em 24 de abril de 2011. Já antes, em 2001, o Município o havia agraciado com a Medalha de Mérito Municipal. Dando seguimento a uma petição apresentada pelo Dr. Joaquim Adelino, jurista em Macau, a autarquia local decidiu atribuir o seu nome ao novo recinto de festas, desporto e lazer. A Câmara, a quem competia a toponímia, também se associou à homenagem, aprovando o nome do Largo e marcando presença na inauguração.

¹² Conforme descrito na OE 24/III/65.





JOAQUIM MARTINS (2002 – 2009)

Entre as obras do seu mandato destacam-se a remodelação do Parque Infantil, junto à escola (2003), tornando-o mais moderno e confortável; a remodelação do antigo palco das festas e a sua adaptação para servir de sede da Associação dos Amigos do Vale da Senhora da Póvoa, criada em 1990, e reativada em 2003; a ampliação do edifício da Junta de Freguesia (2004), com a construção de um espaço contíguo à antiga escola dos rapazes; a remodelação do parque desportivo transformado em recinto polivalente de eventos coletivos (2004); a construção da Casa Mortuária, nas proximidades da Igreja; a construção de novos fontenários para aproveitamento da água da mina (2008); a recolocação do memorial a Jaime Lopes Dias.

Deu também especial atenção ao santuário, onde se fizeram diversas melhorias, bem como a infraestruturas rurais, como a ponte na Tapada do Ribeiro e a pavimentação das estradas vicinais que ligam o Vale à Benquerença.



ANTONIO REIS BOGAS (2009 –)

São do seu tempo obras como a implantação da estátua em homenagem ao Dr. José Lopes Dias à frente da atual Extensão de Saúde (2010), erigida com o contributo de naturais e descendentes da aldeia e membros da família Lopes Dias; aquisição do velho forno comunitário, o qual foi objeto de candidatura aos fundos comunitários para ser recuperado e remodelado, tornando-se no agradável espaço que hoje é; requalificação do parque infantil, que se encontrava bastante degradado; recuperação do edifício da escola do Estado Novo, aproveitando um espaço que se estava a degradar e transformando-o em espaço polivalente de diversão, cultura, lazer e biblioteca; pavimentação da Rua da Lameira da Fonte, da Rua do Ribeiro e de outros espaços; ampliação da iluminação pública no canal e no Figueiredo.

Digna de nota, também, foi a semana cultural destinada a comemorar os 55 anos da mudança de nome da freguesia, em 2012, que integrou a homenagem a António Pires Carrilho e a participação de vários grupos de cantares, ranchos folclóricos, bandas de música, grupo de fados, além do famoso cantor beirão Arlindo de Carvalho.







Antiga folia do Espírito Santo.

FACTOS E CURIOSIDADES

A FOLIA DO ESPÍRITO SANTO

Se havia povoação onde o culto do Espírito Santo estava bem enraizado era o Vale de Lobo. Já vimos como a Senhora da Póvoa é uma festividade pentecostal a que os documentos antigos fazem referência. Outra das manifestações culturais mais populares eram as folias, que, por não serem do seu agrado, a Igreja fez acabar. Jaime Lopes Dias refere-se-lhes, dando como melhor exemplo a Folia do Vale de Lobo⁰¹. Da Páscoa ao Pentecostes, um grupo de homens (mordomos) vestidos de opas vermelhas juntavam-se na capela ou no local onde estivesse o padroeiro, e daí, com a espada ou vara, coroa e bandeira, seguiam para a casa do confrade que dava o *jantar*⁰². Era uma refeição lauta e longa, que metia sopa, arroz, ensopado e uma iguaria secreta. Daí a designação “jantar de Espírito Santo” para referir uma refeição fausta e demorada. O grupo, organizado hierarquicamente, era composto por um rei, um pajem, um alferes, dois mordomos e seis fidalgos. Tinha também uma componente musical de canto acompanhado geralmente de pandeireta, tambor e viola.

As restantes freguesias do norte do concelho também tinham as suas folias, que, de costume, se juntavam na romaria da Senhora da Póvoa.

Em 1830, a Confraria ajuda a pagar *um estandarte encarnado que os habitantes de Valledelobo compraram à custa de esmolas para o Divino Espírito Santo*⁰³, comprovando a ligação da romaria às festas do Pentecostes.

⁰¹ DIAS, Jaime Lopes, *Etnografia da Beira*, Vol. I a XII, C.M. Idanha- a-Nova, 1944.

⁰² O jantar era antigamente a refeição do meio-dia.

⁰³ Livro Silva da Confraria, Fl 114



Os professores Ladeira e Beatriz com os alunos, rancho e povo na receção ao júri da Aldeia mais portuguesa, em véspera da Senhora da Póvoa.

A ALDEIA MAIS PORTUGUESA

Em 1936, por influência do Dr. Jaime Lopes Dias e do seu arraigado bairrismo, o Vale de Lobo concorreu ao concurso da aldeia mais portuguesa, lançado a nível nacional por António Ferro. Numa primeira fase (regional) seriam apuradas apenas duas aldeias por província, que passariam à fase nacional. É no âmbito dessa primeira fase que, a 18 de Maio desse ano, o Vale de Lobo recebe em festa o Júri do concurso. A data da visita foi escolhida para que o júri experienciasse o ambiente vivido em torno da romaria da Senhora da Póvoa.

Na foto, o casal Ladeira, professores primários daquela época, organizam a miudagem, seguida de rancho de adufeiras e do restante cortejo.

O LAZARETO

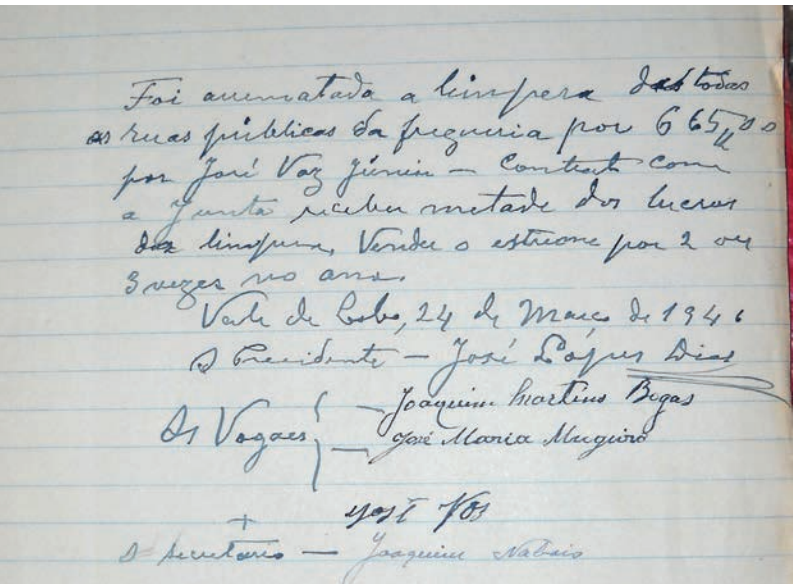
No verão de 1800 surgiu na cidade espanhola de Cádiz um surto de febre-amarela, que rapidamente alastrou por outras cidades espanholas. A epidemia, extremamente contagiosa e de difícil combate, fez soar o alarme em Portugal. Face à carência de medicamentos eficazes para a cura e prevenção



da doença, a constituição de lazaretos de quarentena foi a solução encontrada para combater o seu contágio. As pessoas que viessem de regiões afetadas ficavam 30 dias de quarentena.

Para reduzir as possibilidades de contágio, a Câmara Municipal determina que por todo o município se estabeleçam locais isolados, denominados *lazareto*s, para acolher as pessoas que estivessem ameaçadas de alguma febre contagiosa.

No Vale de Lobo foi escolhida a casa da hospedaria da Senhora da Póvoa por estar perto da capela, o que permite aos enfermos assistirem à eucaristia e a outros sacramentos⁰⁴. André Pires foi nomeado pela Câmara Municipal para guarda-mor da saúde, tendo-lhe sido deferido o juramento com a recomendação que não permitisse a entrada de qualquer pessoa, que não viesse legitimada com o seu passaporte e carta de saúde.



O ESTRUME DAS RUAS

Na meada do século XX a limpeza das ruas rendia dinheiro à autarquia, pois, além de nada pagar, recebia dinheiro de quem as varria. Nessa altura, boa parte da população partilhava a casa com os animais, que pernoitavam na chamada loja, rés-do-chão da habitação. Noutros casos as instalações do gado ficavam adossadas à casa de habitação, dando para o curral onde se guardavam lenhas, carro de bois e outras alfaias. Os animais percorriam as ruas pelo menos duas vezes por dia na sua deslocação para os campos e regresso, deixando no chão apreciável quantidade de excrementos, que constituía uma considerável fonte de

estrume. A Junta de Freguesia, vendo ali uma possibilidade de negócio, contratualizou, através de arrematação, a recolha desses nutrientes provenientes das limpezas periódicas anuais⁰⁵.

⁰⁴ Em Penamacor, as primeiras referências à epidemia datam do final de 1804 (Arquivo Municipal de Penamacor, Atas da Câmara Municipal, 1800).
⁰⁵ Livro Campos, autos de arrematação, 1945.

O CICLONE

No dia 15 de Fevereiro de 1941 Portugal foi assolado por uma grande tempestade, que ficou conhecida pelo “ciclone”. Com fortes rajadas de ventos e chuva diluviana, o fenómeno meteorológico provocou elevado número de vítimas humanas e avultados danos materiais em todo o território nacional.

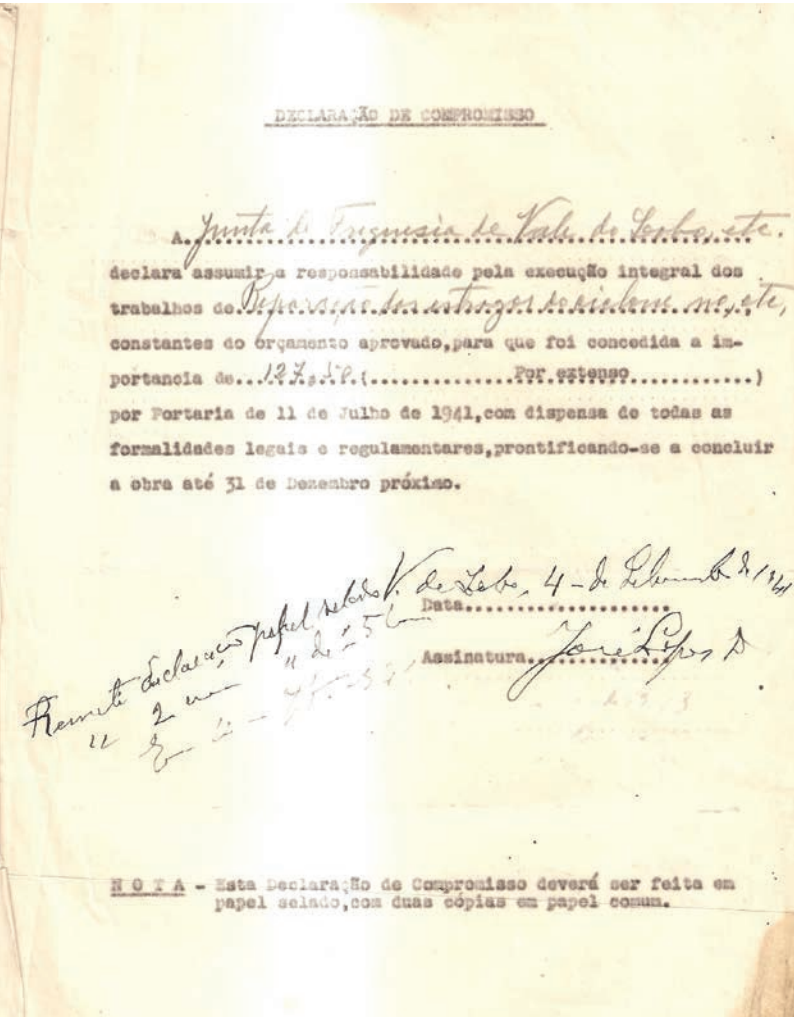
No dia seguinte, o Jornal de Notícias, um dos mais lidos naquela época, noticiava mais de cem mortos, milhares de árvores arrancadas, inúmeras estradas intransitáveis, casas destelhadas, povoações inundadas e isoladas, redes de eletricidade e de telefone destruídas ou interrompidas. Os prejuízos foram então estimados em cerca de 1 milhão de contos, valor que, na realidade, terá sido muito superior. O Estado e as autarquias tiveram que reparar muitas estruturas públicas que ficaram destruídas, mas a população arcou com a maior parte dos prejuízos, já que o dinheiro do Estado não chegou para tudo.

O Vale também foi afetado pelo ciclone. Há ainda quem se lembre das muitas casas destelhadas pelo vendaval e de se andar a contar as oliveiras arrancadas para orçamentar os prejuízos. Em ofício enviado ao governo, a Junta assumia o compromisso das reparações, no valor de 127\$50, que veio a ser o subsídio atribuído pelo Estado.

UM LAGAR SEM ÁGUA

António Fernandes era um advogado de sucesso em Belmonte. Em 1957 decidiu construir no Vale, terra da esposa, um lagar de grande dimensão que ultrapassasse a concorrência em capacidade e modernidade. Ambicionava ser mesmo o maior da região, equipado com a mais moderna tecnologia.

Tudo correu bem até ao momento em que, com o lagar praticamente pronto a inaugurar, resolveu pedir à Junta de Freguesia os sobejos da água do chafariz. Para facilitar a solução, ele próprio se prontificou a abrir a vala e foi já com ela aberta que a Junta o alertou que só autorizaria mediante a anuência





Lagar de azeite.

do povo. Não lhe passaria pela cabeça que o povo do Vale se opusesse ao uso da água pelo que solicitou ao pároco que, na missa dominical fizesse o pedido em seu nome.

Fermentou na população o receio que a grandeza do lagar causasse falta de água para consumo das pessoas. As campainhas de alarme soaram e só o pároco poderia apaziguar os ânimos.

O padre Chorão, conhecedor do seu rebanho, decidiu aproveitar o sermão para falar do assunto, que afinal a água chegaria para todos, que o lagar trabalhava apenas no inverno, quando a água faz menos falta, além de dar trabalho a algumas pessoas. Pior a emenda que o soneto! Foi como se deitasse azeite no fogo! Do fundo da igreja, apinhada de gente, começou a gerar-se um sururu que rapidamente se transformou em pateado e gritos de ordem e se estendeu ao resto da assembleia.

De braços cruzados, no púlpito lateral da igreja, o padre olhava incrédulo para a reação do povo. Mas nada havia a fazer, porque o advogado, por qualquer razão, não caíra nas graças da aldeia, e o povo não se fiava em promessas. Além disso, o lagareiro tinha também construído um tanque nas proximidades do lagar para recolha das águas ruças⁰⁶, lançando-se a suspeita que ali se recolheria o azeite que haveria de extorquir aos clientes.

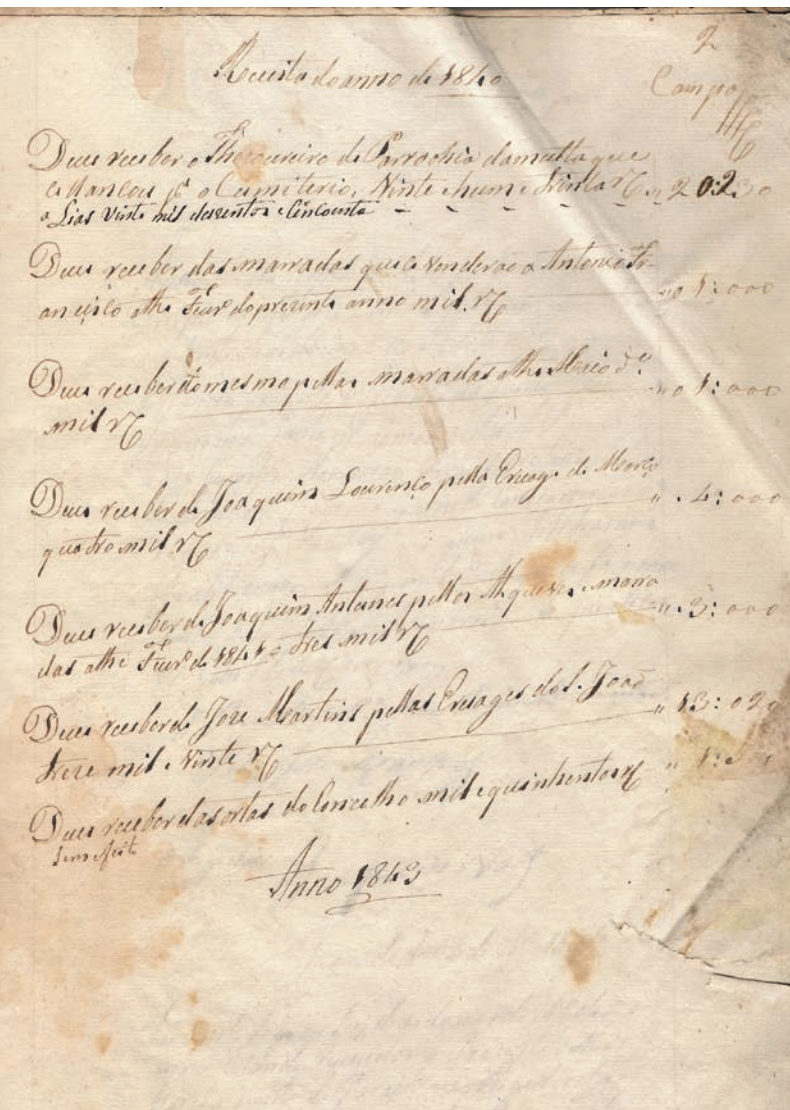
JUSTIÇA PRÓXIMA DO CIDADÃO

Nos tempos que correm fecham-se os serviços públicos nas vilas e aldeias do interior, e dessa forma se empobrecem mais as regiões, quando se devia fazer justamente o inverso, ou seja, ajudar os territórios a dependerem mais de si próprios do que dos grandes centros. Assim o pensou e fez o rei D. Sancho I quando encetou o grande desafio nacional de povoar Portugal. Assim se pensava ainda no início do século XIX quando se nomeavam juizes de vintena para resolver pequenas querelas nas nossas aldeias. Eram designados pelas câmaras municipais a que pertenciam os respetivos termos

e podiam passar multas ou ordenar a prisão daqueles que cometiam delitos na sua jurisdição, ou encaminhá-los para o juiz ordinário quando se tratasse de assunto para o qual não estivessem habilitados.

As atas da Câmara Municipal dos primeiros anos de mil e oitocentos dão conta dos diversos juizes de vintena nomeados para o Vale, como é o caso de Francisco Martins Nabais, que, em 7 de Março de 1804 foi nomeado para substituir António Gonçalves, devido à avançada idade deste e ao facto de não se sentir capaz de assegurar as exigentes tarefas que o cargo requeria. Em 31 de Dezembro de 1812 são nomeados José Antunes das Neves e José Francisco como juizes, e Agostinho Pires como procurador. Em 31 de dezembro de 1822 foram nomeados, para os mesmos lugares, Luís Domingues,

⁰⁶ Resíduo líquido, também designado *azenagre*, que se guardava em tanques (poço do inferno), antes de ser rejeitado, dada a possibilidade de se recolher neles algum azeite.



Referência à construção do cemitério, 1840.

Joaquim Lourenço e António Cameira. Logo no ano seguinte, as atas dão conta das diligências efetuadas por Joaquim Lourenço acerca de uns terrenos públicos tapados por particulares, na envolvente do santuário da Senhora da Póvoa, tendo a Câmara procedido a uma vistoria⁰⁷.

Nos anos trinta do século XX, o professor José Lopes Dias era juiz de paz não só do Julgado de Vale de Lobo mas também de outras aldeias vizinhas.

FINTAS – UM IMPOSTO LOCAL

Um bom exemplo de autonomia local era a antiga prerrogativa que as juntas de paróquia tinham de cobrar impostos, lançando *fintas* ou *multas* sobre os seus *paroquianos*, desde que autorizadas pelo município. Estes impostos locais tanto podiam ser em dinheiro como em mão de obra, chamando-se neste caso “finta braçal”. A Junta de paróquia do Vale utilizou por diversas vezes essa fonte de financiamento para custear as suas obras, como se pode comprovar através de diversas deliberações camarárias a autorizá-la. Foram lançadas *fintas* em 1868 (19\$840 réis), 1870 (30\$000 réis), 1874 (34\$060 réis), 1875 (52\$330 réis) e 1880

(24\$958 réis), na maior parte dos casos destinadas a custear a pavimentação de arruamentos.

No início 1887, após solicitação da paróquia, a Câmara concede autorização para lançamento de uma contribuição braçal para ser aplicada no conserto de caminhos da freguesia. Também o cemitério foi parcialmente custeado com este tipo de financiamento⁰⁸.

⁰⁷ Arquivo Municipal de Penamacor, Atas da Câmara Municipal, 1800.

⁰⁸ Arquivo Municipal de Penamacor, Livro Campos de Contas da Regedoria do Vale de Lobo, 1810.





Rei D. Carlos e Rainha D.^a Amélia.

Há também referências a um tal Gabriel da Silva Campos, que foi tesoureiro da Confraria em 1820, regedor em 1839 e secretário da Junta de Paróquia em 1844; e a um Alexandre da Silva Campos, que foi nomeado pela Câmara Municipal para a Comissão de Melhoramentos, em 1870¹⁰.

No final do século XIX, Joaquim da Silva Fonseca¹¹ era feitor de uma das casas ricas do Vale de Lobo, quando notou que Maria dos Anjos, filha do patrão, parecia afeiçoar-se ao seu João. Educada para um casamento com alguém da sua classe, a menina estudara nos melhores liceus, tocava piano, acordeão e flauta, falava francês, sendo ao que parece muito afável e elegante. Estes atributos terão sido a razão para que a jovem Maria dos Anjos tenha sido escolhida como dama de companhia da rainha D. Amélia, quando esta acompanhou D. Carlos, seu marido, numa apoteótica viagem de comboio à Covilhã para inaugurar a linha da Beira Baixa¹².

Joaquim da Silva acalentava a secreta esperança de um casamento pouco provável do filho com a “menina”. Para tanto, educou-o como se fosse rico, calçando-o e vestindo-o como um fidalgo, poupando-o aos trabalhos sujos da terra. A mãe da jovem fez tudo para lhe contrariar a paixão arrebatadora, mas Maria dos Anjos, vendo-se correspondida, consumou a relação de molde a torná-la irreversível, pelo que acabariam por casar. Alguns dos Silvas do Vale são descendentes dos muitos filhos (uma dúzia) de João Silva que teve também ilegítimos.

Poupado ao trabalho na infância, João Silva nunca perdeu o gosto pela vida fácil e despreocupada, tendo acabando por malbaratar os muitos bens que possuía, para desgosto de Maria dos Anjos. Um dia, ao sair da taberna, dirigia-se para o seu moinho, passou a monteira, mas virou para o lado oposto e perdeu o norte. Foi encontrado dias depois, já sem vida, a três quilómetros de distância da aldeia.

Nas décadas de 1940/50, César Silva distinguiu-se como exímio tocador dos sinos. Era um regalo ouvi-lo tocar as Ave-marias ou nas procissões. Até no dobrar a finados o seu toque era especial, sentido, e ninguém lhe ficava indiferente. Era como se tocasse uma peça musical.

Há cerca de 20 anos que o clã Silva se junta uma vez por ano em convívio de amizade e confraternização. Ultimamente, em anos bissextos, o evento ocorre em Espanha, onde um ramo da família se radicou.

¹⁰ Atas da Câmara Municipal

¹¹ Foi secretário da Confraria (Livro Carrondo, da Confraria) final de oitocentos e início de novecentos)

¹² O casal real foi recebido na região, em 6 de setembro de 1891, com grande entusiasmo popular, tendo ficado alojado na casa do conde da Covilhã, na aldeia do Refúgio. A linha chegava apenas à Covilhã, o troço Covilhã – Guarda só ficou pronto dois anos depois.

UMA PROMESSA NA MÚSICA

Já aqui se aludiu aos inestimáveis serviços que Américo Valente tem prestado ao seu Vale da Senhora da Póvoa, na recolha, promoção e divulgação da sua história, cultura e vida social, através da rádio, jornais e sítios da Internet.

Há alguns anos, por influência da sua velha amizade com Arlindo Carvalho, puderam os seus conterrâneos escutar, na sua terra, aquele que foi o grande compositor e cantor da Beira Baixa. Ficamos a saber mais tarde que a amizade também deu origem a, uma vez por outra, a parcerias artísticas, como aconteceu com a canção *Hortelã Mourisca*, uma das mais belas daquele autor, que foi, afinal, musicada a meias entre o jovem Américo e o consagrado cantor beirão. A canção viria a conhecer inúmeras interpretações, sobretudo de fadistas, entre as quais a de Amália Rodrigues.

Ele próprio era um excelente músico e estava nessa altura (anos 60 e 70 do século XX) no máximo da sua criatividade musical. Amante da viola, vemo-lo nesse tempo como baixista de vários grupos de baile, como os Blue Star, os Fans 65, os Átomos, The Strangers e Orquestra PAC, que acompanhava alguns cantores nacionais nos seus espetáculos.



The Strangers – Américo Valente, baixista, é o segundo da direita

A ARTE NAS MÃOS

Maria do Carmo Azevedo herdou da família o gosto pelas artes e pelo artesanato. O Tio, António Branco, também conhecido por António Raimouro, dedicava muito do seu tempo à execução de vassouras de bracejo, representando a aldeia e o concelho em feiras e mostras.



A inclinação de Maria do Carmo pelo desenho e pelos trabalhos manuais revelou-se logo na escola industrial da Covilhã, onde estudou. Quis o destino que em vez das artes seguisse uma carreira na função pública, mas assim que se aposentou do cartório não perdeu tempo em abraçar a sua grande vocação.

Ciente que “ninguém nasce ensinado”, foi em busca de novas técnicas e competências para desenvolver as suas capacidades, frequentando cursos nas áreas da azulejaria barroca, vidrados cerâmicos, raku¹³ e olaria. O resto veio depois, juntando ao dom natural para a pintura o bom gosto estético e sobretudo muitas horas de trabalho no atelier.

Atualmente, com 74 anos, orgulha-se das muitas exposições em que parti-

António Branco partilha espaço com a sobrinha na FACEP- Feira da atividades económicas de Penamacor, início deste século.

¹³ Técnica de cozedura de peças cerâmicas com posterior “queima” das peças

cipou e dos prémios e condecorações que recebeu, fruto do reconhecimento do seu trabalho um pouco por todo o lado, incluindo em Cabo Verde. Hoje, dá formação a quem pretende seguir as suas pisadas.

Além do elevado sentido estético e artístico, é também uma pessoa generosa e, apesar de uma vida inteira na capital, muito amiga da sua terra, que ajuda a valorizar sempre que solicitada. Por isso faz questão de salientar o seu apelido Mugeiro, tão característico no Vale da Senhora da Póvoa. As placas toponímicas da aldeia, as peças oferecidas aos convidados aquando dos 55 anos da mudança de nome, além de outras imagens em azulejo, foram por si oferecidas.

UM CRUZEIRO PARA ESQUECER

Na sexta-feira, 13 de janeiro de 2012, Artur Silva e a esposa Maria Alice, com raízes no Vale da Senhora da Póvoa, estavam no cruzeiro errado no momento errado, tornando-se notícia por estarem incluídos no grupo de 4.231 pessoas a bordo do navio Costa Concordia, naufragado no Mediterrâneo.

Embora saíssem ilesos do naufrágio, viveram momentos de pânico, e bem se pode dizer que não ganharam para o susto. Foram, por isso, notícia na chegada a Lisboa e instados pela comunicação social a contar a peripécia, designadamente a ajuda que Artur deu a uma idosa para chegar à balsa salva-vidas. Artur contava às câmaras de televisão que apenas traziam a roupa do corpo e, como recordação da atribulada viagem, o cartão dourado que lhes dava acesso a festas de gala reservadas para um pequeno número de passageiros.

Era um dos maiores navios do mundo e tinha saído de Savona para um cruzeiro no mediterrâneo, com escalas previstas em Civitavecchia, Palermo, Cagliari, Palma de Maiorca, Barcelona e Marselha. Apurou-se depois que as causas do acidente se deveram a desleixo do comandante, que navegava demasiado próximo da costa rochosa.

Por ironia do destino, segundo vários testemunhos, no momento do naufrágio ouvia-se no navio a música *My Heart Will Go On*, de Céline Dion, do filme Titanic.



O cartão dourado de Artur Silva
Foto: www.jn.pt



OS MITOS DA SERRA D’OPA

Na resposta ao inquérito geral ao reino, vulgarmente conhecido por memórias paroquiais (1758), sobre que serras havia no lugar, o cura de Vale de Lobo refere as serras do Abrunhal e da Opa, destacando nesta a *meia légua de comprimento e um quarto de largura*, o cultivo que em ambos os lados se fazia, com searas de centeio e trigo, hortas e frutos. Pelas responsabilidades eclesiásticas que detinha não se esqueceu de mencionar a *capela da Senhora da Póvoa*, igreja de *muita romagem e imagem muito milagrosa*, que se localizava ao fundo da serra.

Já se salientou noutro capítulo a importância que o esporão da Opa tinha na idade média como marco de delimitação de termos comarcais, facto que ainda hoje se regista na delimitação dos distritos e concelhos que de um e de outro lado se localizam.

Para os povos que a ladeiam – Casteleiro, Anascer, Benquerença, Moita, Terreiro das Bruxas, Vale de Lobo – a serra d’Opa encerra uma mística a que não é alheia a ocupação por povos ancestrais e respetivas tradições, designadamente de ordem imaginária e religiosa, como fica patente neste enunciado popular:

<i>Entre o cabeça das Fraguas</i>	<i>Com freio e sela</i>
<i>O cabeça de São Cornélio</i>	<i>Quem a achar não se goza dela</i>
<i>E a serra d’Opa, na Cornusela</i>	<i>Só a acha ponta de Relha, Pé de ovelha</i>
<i>Há uma mula de oiro</i>	<i>Ou focinho da Maria Guedelha¹⁴.</i>

Os três cabeços (Fáguas, S. Cornélio e Opa), onde se observam restos das muralhas dos antigos castros, eram habitados desde a idade do bronze, como bem refere a arqueóloga Raquel Vilaça. Porém, mais do que as pedras caídas, são as que estão de pé e sobretudo as que contêm desenhos ou representam figuras, que causam estranheza. Rolinho Pires assegura que estas formas líricas e os desenhos esculpidos se repetem em vários locais, negando tratar-se do resultado da erosão, *antes do martelo, do cinzel, do escopro, do pistolo do homem pré-romano*.

É esta herança, entranhada no subconsciente da nossa memória coletiva, resgatada em histórias de moiras encantadas, de lobisomens, de bruxas, de milagres de santos, que faz de certos lugares o que sempre foram: místicos. Os achados arqueológicos dão conta de vivências religiosas e divindades de outras épocas. As lendas, contadas de geração em geração, apenas lhes atualizam o cenário e os atores como esta que se conta no Vale e que Lopes Dias cristalizou em letra de forma:

¹⁴ PIRES, Célio Rolinho, *O país das pedras*, ed. Autor, 2000, pag. 260



Vista da região a partir da Serra d’Opa.

Conta a lenda que no sitio da Penha, no cimo da Serra d’Opa (Vale de Lobo) lá vivem elas, lindas entre as mais lindas, escondidas entre enormes penedias, para uma só vez em cada ano — di-lo o povo — na noite de São João, saírem a estender preciosas meadas de ouro que guardam e que só entregarão a quem, naquela noite, à meia-noite, apanhar a semente do feto-real. E como os fetos abundam próximo, e como a vida é difícil para todos os que a ganham com o suor do seu rosto, muitos, de geração em geração, têm subido, encosta acima, até ao cume da Serra, a estender pelo chão lenços e toalhas, na ânsia de acertar com a planta que deixará cair o precioso fruto. E, usando e empregando superstições várias, chamando mesmo a cruz em seu auxílio (alguns têm atado às quatro pontas dos lenços moedas de cruzado) muitos, todos lá têm ido e de lá têm vindo sem tesouros, desiludidos, e, mais do que desiludidos, amedrontados e confundidos! É que, ao cair da meia-noite, sempre e inalteravelmente, ruge formidável tempestade que ameaça subverter a própria terra! É que, àquela hora e naquele local, os trovões são tantos e de tal ordem que o mais animoso sucumbe! E assim, através das gerações, todos os que têm pretendido quebrar o encanto, recolher as riquezas e libertar as eternas e lindas sacrificadas, têm, na fuga, achado demasiado comprido, na noite de São João, o caminho da Serra! E por isso, lá entre penhascos, junto de enormes penedias, continuam encantadas, lindas, muito lindas mouras, de tranças de ouro, a guardar, pelos séculos dos séculos, grandes, enormes riquezas.¹⁵

¹⁵ DIAS, Jaime Lopes, *Contos e Lendas da Beira*, Coimbra, Alma Azul, 2002, p.39-40





ANEXOS

LISTA DE PRESIDENTES DE JUNTA, PÁROCOS, PROFESSORES E REGEDORES

PRESIDENTES DA JUNTA

- 1758 – Manuel Martins do Olival
- 1817 – João Pedro da Cunha Delgado
- 1823 – Manuel Alves Padez
- 1825 – José Pedro Martins Leitão
- 1839 – José Mendes Leitão
- 1841 – Francisco Pires Ferrão de Carvalho
- 1848 – Joaquim José Martins Leitão
- 1866 – João Pires da Cunha
- 1891 – Antonio Martins Carrondo
- 1918 – Félix de Campos
- 1919 – José Vaz Barreiros
- 1923 – António Nabais
- 1926 – José Lopes Dias (professor)
- 1938 – Joaquim Nabais
- 1946 – Joaquim Martins Bogas
- 1950 – José Maria Ladeira (professor)
- 1954 – José Pires Cameira (Tenente)
- 1960 – Manuel Pires Mugeiro
- 1975 – Joaquim Manuel Mendes Vaz
- 1976 – António Pires Carrilho
- 2002 – Joaquim da Silva Martins
- 2009 – António Reis Bogas

(informação recolhida em livros diversos)

PÁROCOS

- 1758 – Manuel Martins do Olival
- 1817 – João Pedro da Cunha Delgado (Cura)
- 1817 – Francisco Pires Ferrão Carvalho (Pároco)
- 1823 – Manuel Alves Padez
- 1825 – José Pedro Martins Leitão
- 1839 – José Mendes Leitão
- 1841 – Francisco Pires Ferrão de Carvalho
- 1848 – Joaquim José Martins Leitão
- 1866 – João Pires da Cunha
- 1891 – Antonio Martins Carrondo
- 1901 – António de Oliveira Robalo
- 1934 – João Bernardo
- 1935 – Francisco Lourenço Presa
- 1940 – José de Almeida Soita
- 1942 – Francisco Domingos Chorão
- 2008 – César Cruz do Nascimento
- 2012 – Eduardo Mendes Nunes

(informação recolhida em livros diversos)

PROFESSORES (INCOMPLETA)

- 1881 – Manuel Ribeiro Nunes
- 1883 – Domingos Antunes Grancho
- 1883 – José Lopes Dias
- 1900 – António Augusto de Campos
- 1916 – Alberto Coelho
- 1918 – António Augusto da Cunha
- 1918 – Maria da Conceição e Silva
- 1930 – Manuel Nabais
- 1930 – Beatriz da Costa Pina
- 1933 – Carolina Amélia Mendes Mourão
- 1934 – José Maria Ladeira
- 1957 – Maria do Céu Lourenço
- 1959 – Teresa de Jesus Bento
- 1960 – Mercedes da Costa Martins
- 1961 – Maria dos Anjos Bogas
- 1971 – Idalina da Silva Ferreira Antunes
- 1971 – Maria Leonilde Silva Rosa Carvalho
- 1972 – José dos Prazeres Antunes
- 1974 – Ana Teresa Afonso Correia
- 1982 – Graciete Moreira Reino
- 1987 – Maria da Conceição D. Martins Rolão Vaz
- 1988 – Maria Teresinha Lopes Cristóvão Louro
- 1989 – António Vicente Vieira
- 1990 – António Manuel Evaristo Duarte
- 1991 – Maria da Conceição Loura Correia Vieira
- 1992 – Manuel Abelho Cunha
- 1993 – Esmeralda Maria Andrade Rebelo
- 1994 – Maria do Carmo Nabais Andrade Cabanas
- 1995 – Ana Maria Vicente Lopes Duarte
- 1996 – Cristina do Patrocínio Gomes Domingos
- 1997 – Luís António Mendes

(informação recolhida in Américo Valente)

ALGUNS REGEDORES

- 1840 – Gabriel da Silva Campos
- 1844 – Joaquim Vaz
- 1893 – Félix de Campos
- 1895 – José da Silva Fonseca
- 1897 – Joaquim Antunes das Neves
- 1931 – José Maria Mugeiro
- 1938 – Luís Mugeiro
- 1940 – Eduardo Adelino
- 1965 – Joaquim Martins da Silva

(informação recolhida em livros diversos)

LISTA DE SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS

POVOADO, 40°17'09.62”N 7°12'45.60”W, CMP 236, idade de bronze final, idade do ferro e romano.

Localiza-se na zona mais elevada da serra, 1 km para norte da capela da Senhora da Póvoa, à cota de 847 m, junto ao marco geodésico. Fica na zona de fronteira entre as freguesias de Vale da Senhora da Póvoa (Penamacor) e Moita (Sabugal). O acesso pode fazer-se através do santuário da Senhora da Póvoa, seguindo por um caminho paralelo ao canal do regadio da Cova da Beira na direção da Quinta das Barrentas, ou pelo Terreiro das Bruxas, necessariamente de todo o terreno ou a pé. Trata-se de zona de granito porfiroide de grão grosseiro referido por Almeida como povoado pré-romano e Osório como «tipologia de assentamento: relevo granítico bastante elevado, que marca o rebordo da Meseta; estruturas: defensivas habitacionais (?); espólio: cerâmica manual, lascas de quartzo hialino e mó de vaivém». Segundo a ficha de sítio do Endovélico «no local são visíveis várias estruturas de planta retangular num recinto delimitado por um alinhamento pétreo. No sítio ocorre para além de cerâmica de construção (*imbrices*) cerâmica comum manual. Identificou-se um fragmento de *terra sigillata* hispânica». Podem observar-se cerâmicas de fabrico manual e derrubes de muros de difícil identificação, além de vestígios de mineração recente.

Fontes: Almeida, 1945: 476; Santos, 1986: 20; Osório, 2005: 51-52.

LAMEIRA MOURISCA, CASAL RÚSTICO, UTM 652975 4460625, CMP 236, romano.

Localiza-se a norte da aldeia, à cota de 560 m, numa encosta voltada a sudeste próxima de algumas nascentes e pequenas linhas de água em zonas de xistos metamórficos e corneanas. Mário Saa faz referências

vagas ao achado de escória e cerâmica de construção enquanto Cristóvão regista o seguinte: «área de dispersão entre 100 e 200m²; abundantes fragmentos de *tegulae*, *imbrices*, tijolos e *dolia*, blocos de granito toscamente aparelhados, dois fragmentos de *terra sigillata* hispânica e fragmentos de mós rotativas manuais» classificando-o como casal do séc. II.

Fontes: Saa, 1964: 271; Alarcão, 1988; Cristóvão, 1992: 21, n.º 9; Carvalho, 2007: 247-248.

FONTE SANTA, CASAL RÚSTICO / INSCRIÇÃO - UTM 652500 4460350, CMP 236; Endovélico, CNS:26256, romano.

Localiza-se a Noroeste de Vale da Senhora da Póvoa, próximo da povoação, no topo de um esporão/plataforma sobranceiro a uma pequena linha de água à cota de 560 m em área de xistos metamórficos e corneanas. Foi encontrada Árula de granito com capitel, fuste e base, apresentando pulvinos, frontão e foculo com a seguinte inscrição: I(*ovi*) . O(*ptimo*) . M(*aximo*) / GALLVS / AMOENE / A(*nimo*) . L(*ibens*) . P(*ossuit*). Segundo J. Cristóvão terá sido encontrada em 1960 no local que classifica como casal. Segundo P. Carvalho, surribas recentes terão destruído o sítio, sendo muito escassos os materiais romanos visíveis no local, questionando ainda a classificação como casal deste sítio, atendendo ao achado da inscrição.

Fontes: Brandão e Pereira, 1962: 310-312; AE 1963: 187; Cristóvão, 1992: 21-22, n.º 10; Carvalho, 2007: 247.

SÍTIO DA PÓVOA / PIÃO, CASAL, UTM 652000 4460000, CMP 236, Endovélico, CNS:26264, romano.

Situa-se na base da Serra de Opa, a ocidente da freguesia, numa encosta voltada a sudeste, próxima de peque-



Antigo castro de Sortelha-a-Velha.

nas linhas de água, à cota de 550 m, em zona de xistos metamórficos e corneanas. Mário Saa refere que neste local, também conhecido como “Sítio da Póvoa”, o terreno se encontra “juncado de *tegulla* e *imbrex*”. Cristóvão acrescenta que os materiais cerâmicos de construção à superfície são abundantes e reaproveitados em muros, vendo-se ainda “blocos de granito, toscamente aparelhados, e dois fragmentos de tambores de coluna”; recolheu ainda *dolia*, *sigillata hispânica* e clara D (Hayes 59b e Hayes 61a), mós manuais rotativas e escória; classifica o sítio como casal.

Em visita que fizemos a este local confirmamos a existência de muita cerâmica espalhada, na qual se incluem inúmeras peças de pavimento e até um lajedo de argamassa de cimento romano, entretanto destruído por lavoura de trator.

Fontes: Saa,1963: 269 e 271; Alarcão, 1988 : 4/347; Cristóvão,1992: 22-23, n.º 11; Carvalho, 2007: 248-49.

VILLA / INSCRIÇÃO, UTM 652875 4460000, CMP 236, Endovélico, CNS:4027, romano.

Localiza-se na povoação, antiga Póvoa de Vale de Lobo, ao redor da Igreja matriz e rua da Vaqueira em área de xistos metamórficos e corneanas, na altitude de 525 m. Nesta povoação, segundo M. Albertos Firmat e Mário Bento “encontram-se abundantes materiais romanos - tijoleiras, moedas, utensílios e sepulturas...” J. Cristóvão refere que “uma casa na rua da Vaqueira conserva um pavimento de *opus signinum* (...); ainda nesta rua quando se abriam os alicerces de uma casa foram encontrados muros construídos com grandes silhares de granito, juntamente com abundantes fragmentos de *tegullae*, *imbrices*, tijolos e pregos de ferro.” Continua referindo que no quintal de uma outra casa “guarda-se um capitel, ou base de coluna toscano de granito” e que terão aparecido moedas, designadamente dois denários, classificando o sítio como *villa*. Al-

guns materiais daqui, estão hoje no Museu Municipal, nomeadamente um unguentário em bronze (n.º de inv. AR 269). Mais recentemente, Fernando Curado publicou, no jornal “Reconquista”, uma inscrição do Vale da Senhora da Póvoa; trata-se de uma ara, descoberta em 1993 numa das paredes do cemitério paroquial da povoação (depositada no Museu Municipal) onde, apesar do desgaste e de se encontrar fraturada, se pode ler: PRO SALVTE ET / REDITV IMP / NERVAE TRA[IANI CAES / AVG GERM / ... / ... ; acrescenta ainda: “Se na Meimoa foi um coletivo que homenageou o seu imperador, no Vale da Senhora da Póvoa, eventualmente, terá sido algum cidadão mais abastado - porque os materiais até agora a identificados não permitem supor ali a existência de uma aldeia (*vicus*)”. Por sua vez, P. Carvalho questiona, uma vez que o achado de uma inscrição honorífica não é muito habitual numa *villa*, se neste lugar não poderia situar-se um sítio de maior entidade – poderia ser uma outra estação de muda, situada no trajeto de uma possível via que ligava a Capinha à zona das Alagoas/Santo Estêvão. Segundo Cristóvão a árula a Júpiter, usualmente atribuída ao Vale da Senhora da Póvoa, terá sido encontrada no local denominado “Fonte Santa”, contudo P. Carvalho questiona esta atribuição, uma vez que o sítio da “Fonte Santa” - caso seja um pequeno núcleo rural (?) - não se coadunará tanto com o tipo de ambientes onde culto a Júpiter teria lugar (como parece antes ser o caso desta provável *villa* do Vale da Senhora da Póvoa).

Fontes. Albertos e Bento, 1977: 1199; Cristóvão,1992: 21-22, n.º 10 e 23-24, n.º 12; Curado 2004: 39. Carvalho, 2007: 250-251.

OLIVAL DO CONDE, ABRIGO, UTM 651850 4459350, CMP 236, Endovélico, CNS:26262, romano.

Localiza-se a sudoeste da freguesia, num terreno

plano/chã por onde corre uma pequena linha de água e junto a nascentes, à cota de 507 m, em área de xistos metamórficos e corneanas. Cristóvão identificou uma área de dispersão entre 100 e 200 m² com “abundantes fragmentos de *tegulae*, *imbrices*, tijolos e *dolia*” e ainda um peso de tear e fragmentos de mós manuais rotativas, classificando-o como *tugurium*.

Fontes: Cristóvão,1992: 25, n.º 15; Carvalho, 2007:248.

BICA 1, ABRIGO, UTM 650825 4458450, CMP 236, Endovélico, CNS:26253, romano.

Localiza-se a Nordeste de Sortela-a-Velha, num terreno plano/chã junto à confluência de duas pequenas linhas de água, à cota de 500 m, em zona de xistos metamórficos e corneanas. J. Cristóvão identificou numa área de dispersão entre 25 a 50m² escassos fragmentos de *tegulae*, tijolos, *dolia* e alguns pedaços de escória, classificamdo-o como *tugurium*.

Fontes: Cristóvão,1992: 26-27, n.º 20; Carvalho, 2007:246.

BICA 2, ABRIGO, UTM 650850 4458325, CMP 236, Endovélico, CNS:26255, romano.

Localiza-se a nordeste de Sortela-a-Velha, no topo de um cabeço sobranceiro a pequena linhas de água, à cota de 500 m em zona de xistos metamórficos e corneanas. J. Cristóvão identificou numa área de dispersão entre 25 a 50m² escassos fragmentos de *tegulae*, tijolos, *dolia* e alguns pedaços de escória, classificando-o como *tugurium*.

Fontes: Cristóvão,1992: 27, n.º 21; Carvalho, 2007: 246-47.

PAIO MENDES, ABRIGO, UTM 651675 4458025, CMP 236, Endovélico, CNS:26263, romano, medieval(?) ou moderno (?).

Localiza-se a sudoeste do Vale e a leste de Sortelha-Velha, no topo de uma ligeira elevação sobranceira à

Ribeira do Vale da Senhora da Póvoa, com a cota de 485 m, em geologia de xistos metamórficos e corneanas. Cristóvão identificou uma área de dispersão entre 50 a 100 m² com escassos fragmentos de *tegulae*, tijolos e *dolia*; classifica-o como *tugurium*. Coexistem também fragmentos de talhas e telhas mouriscas, talvez medievais ou modernas.

Fontes: Cristóvão, 1992: 28, n.º 24; Carvalho, 2007: 248.

ALVERCAS, CASAL RÚSTICO, UTM 652575 4458950, CMP 236, Endovélico, CNS:26252, romano.

Localiza-se a sul da povoação, num terreno plano junto ao curso da Ribeira do Vale da Senhora da Póvoa, à cota de 490 m, em geologia de xistos metamórficos e corneanas. J. Cristóvão identificou numa área de dispersão entre 50 e 100m² abundantes fragmentos de *tegulae*, *imbrices*, tijolos e *dolia*, um peso de tear e escória; classifica o sítio como casal.

Fontes: Cristóvão,1992: 26, n.º 17; Carvalho, 2007: 246.

MASCOTOS, ABRIGO, UTM 652850 4458950, CMP 236. 32, Endovélico, CNS:26260, romano.

Localiza-se a sul do Vale da Senhora da Póvoa, no topo de um cabeço sobranceiro à Ribeira do Vale da Senhora da Póvoa, à cota de 500 m. J. Cristóvão identificou uma área de dispersão entre 25 e 50m² com escassos fragmentos de *tegulae*, tijolos e *dolia*, classificando-a como *tugurium*.

Fontes: Cristóvão,1992: 26, n.º 18; Carvalho, 2007:248.

SORTELHA-A-VELHA, POVOADO FORTIFICADO (BENQUERENÇA), UTM 649760 4457940, CMP 236, Endovélico, CNS:15134, idade do ferro , romano, idade média.

Fica situado na vertente ocidental da Serra de Opa, a

3,5 Km a Sudoeste de Vale da Senhora da Póvoa, localiza-se o mais importante sítio arqueológico da zona. Fica no topo de um cabeço sobranceiro à confluência das ribeiras da Meimoa, do Vale e do Casteleiro, na altitude de 630 m, em geologia de xistos metamórficos e corneanas.

Foram identificados por Pedro Carvalho, escassos fragmentos de cerâmica comum (manual e a torno) e de construção, dispersos por uma área aproximada de 10.000 m². É bem visível uma linha de muralha que circunda todo o povoado. Diversos autores fazem referência ao recinto fortificado e aos fragmentos de cerâmicas manuais, fusaíolas, mós manuais de vaivém e rotativas e escórias. Neste lugar, José Cristóvão identificou um fragmento de árula, cujo texto não se conservou: “Trata-se do terço inferior de um elegante monumento: Dimensões: fuste: (9,5) x 20 x 17,5; base: 13 x 28 x 24. A base, terminando em soco, separa-se do fuste por uma fina moldura composta por uma garganta reversa seguida de dois filetes. A árula, datável da primeira metade do séc. I, encontra-se no Museu Municipal de Penamacor (n.º de inv. AR/238)”. Identificou também dois dormentes de moinhos manuais. José Monteiro, na relação dos materiais que deram entrada no Museu do Fundão, refere uma “espada” ou “lança de ferro” e um “fragmento antropomórfico da armela de bronze - Castro do Anascer (outro topónimo correspondente a Sortelha-a-Velha). Segundo P. Carvalho, para além do fragmento de árula romana parece não haver outra peça com esta cronologia achada seguramente no local. Acrescenta ainda que «neste sítio, observam-se cerâmicas antigas (medievais? proto-históricas?) mas nenhum fragmento parece integrar-se inequivocamente no período romano. Assim, a referida árula corresponderá apenas a um achado isolado, levada para um povoado (re)ocupado num período pós-romano?» Há ainda no Museu Municipal um fragmento de ara

em xisto, encontrada e recuperada pelo Dr. Beleza Moreira em 1984, quando visitou o local e que estava incrustado na muralha virada a sul (n.º de inv. 112). Em deslocação ao local pudemos observar as muralhas que circundam o povoado, bem conservadas, nalguns troços, alguns derrubes de muros no interior, que poderão corresponder a antigas habitações de cronologia indeterminada e fragmentos de cerâmica de fabrico manual.

Fontes: Almeida, 1945, 476-477; Saa, 1964: 270 ; Correia, 1946: 173; Monteiro, 1978: 19, 34, 36, 61-62; Santos, 1986: 20; Bento, 1988: 10 e 1989: 432; Cristóvão, 1992: 29, n.º 25; Carvalho, 2007: 259-260.

SEIXAIS 1/SALGUEIRINHO, MANCHA DE OCUPAÇÃO, UTM 650900 4458060, CMP 236, Endovélico: CNS: 15894, romano.

Localiza-se a sudoeste do Vale da Senhora da Póvoa e a leste de Sortelha-a-Velha, no topo de uma ligeira elevação próximo da Ribeira do Vale da Senhora da Póvoa, à cota de 490 m, em geologia de xistos metamórficos e corneanas. Foram identificados por Pedro Carvalho escassos fragmentos de cerâmica comum e de construção (*tegulae*), dispersos por uma área aproximada de 400m². J. Cristóvão, neste sítio, que denomina Salgueirinho, encontrou abundantes fragmentos de *tegulae*, imbrices, tijolos e *dolia*, um fragmento de mó manual rotativa e “um fragmento de placa de mármore, de tipo Estremoz-Vila Viçosa, com 12,5 cm de espessura”. P. Carvalho põe a hipótese deste sítio corresponder a uma necrópole dado a aparecimento da placa de mármore.

Fontes: Cristóvão, 1992: 28, n.º 23; Carvalho, 2007: 249.

SEIXAIS 2, MANCHA DE OCUPAÇÃO, UTM 650500 4457860, CMP 236, Endovélico, CNS:15938. 37, romano.

Localiza-se a leste de Sortelha-a-Velha, no topo de uma ligeira elevação, próxima da ribeira do Vale, à cota

de 490 m, em geologia de xistos metamórficos e corneanas. P. Carvalho identificou escassos fragmentos de cerâmica comum e de construção (*tegulae*) dispersos por uma área aproximada de 400 m². Classifica-o como *tugurium*.

Fonte: Carvalho, 2007: 249.

SEIXAIS 3, MANCHA DE OCUPAÇÃO, UTM 650540 4457980, CMP 236, Romano.

Localiza-se a leste de Sortelha-a-Velha, no topo de uma esporão/plataforma próximo da Ribeira do Vale, na altitude de 500 m, em geologia de xistos metamórficos e corneanas. P. Carvalho identificou escassos fragmentos de cerâmica comum e de construção dispersos por uma área aproximada de 400 m². Classifica-o como *tugurium*. Refere ainda que apesar de não aparecerem *tegulae*, os fragmentos cerâmicos têm características semelhantes aos das estações romanas nas proximidades.

Fonte: Carvalho, 2007: 249.

SEIXAIS 4 / SERNADAS, CASAL RÚSTICO, UTM 650340 4457740, CMP 236, Endovélico, CNS:15943, romano.

Localiza-se a leste de Sortelha-a-Velha, numa encosta voltada a sudeste próximo da Ribeira do Vale da Senhora da Póvoa à cota de 490 m, em rocha de xisto metamórfico e corneana. Foram identificados por Pedro Carvalho alguns fragmentos de cerâmica comum e de construção (*tegulae*), dispersos por uma área aproximada de 2.500 m². J. Cristóvão, neste sítio, que denomina Sernadas, encontrou abundantes fragmentos de *tegulae*, *imbrices*, tijolos, *dolia*, um fragmento de *terra sigillata* hispânica (Drag. 15/17), uma mó manual rotativa e escória, classificando-o como casal.

Fontes: Cristóvão, 1992: 30, n.º 27; Carvalho, 2007: 250.

FRADE BOI, CASAL RÚSTICO, UTM 652925 4457325, CMP 236, Endovélico, CNS:26258, romano.

Localizado a sul do Vale da Senhora da Póvoa, próximo do sítio da Serrinha, num terreno plano/chã junto de pequenas linhas de água à cota de 495 m, em xistos metamórficos e corneanas, foi identificado por Cristóvão numa área de dispersão entre 500 a 1.000m² com “abundantes fragmentos de *tegulae*, *imbrices*, tijolos e alguns blocos aparelhados de granito”, reutilizadas num muro encontram-se algumas caleiras de granito. Poderão também aí ter aparecido tambores de coluna, bases e capitéis, de onde recolheu ainda *dolia*, dois pesos de tear, um fragmento de *terra sigillata* hispânica, fragmentos de mós manuais rotativas e escória e classifica o sítio como casal.

Recentemente neste local foram também encontradas moedas.

Fonte: Saa, 1964: 271; Alarcão, 1988, vol 2, n.º 4 / 376: 701; Cristóvão, 1992: 32-33, n.º 34; Carvalho, 2007: 247.

ESCARAVELHO, PESO DE LAGAR, Endovélico, CMP 236, CNS: 29586, romano.

Localiza-se a sul do Vale da Senhora da Póvoa, próximo do sítio da Serrinha, num terreno plano/chã junto de pequenas linhas de água à cota de 495 m, em zona de xisto metamórfico e corneanas.

No âmbito de prospeções arqueológicas para o estudo de impacte ambiental (EIA) do Parque Eólico do Sabugal, foi encontrado um peso de lagar em granito fraturado, junto ao sítio romano de Frade Boi.

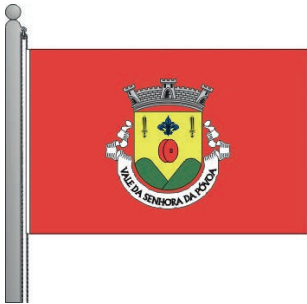
Fonte: EIA – Parque Eólico do Sabuga

VALE DO MOREIRO, MANCHA DE OCUPAÇÃO, 40.14.50 N / 07.13.42 W4, CMP 236, Inédito. (Identificado por Silvina Silvério), neo-calcolítico / idade do Bronze, Romano.

Localiza-se a sudoeste da aldeia de Vale da Senhora da Póvoa, entre as ribeiras da Meimoa e do vale da Senhora da Póvoa, no sopé da Cabeça Galega, à cota 465 – 476 m, em propriedades agrícolas com pomares e olival disperso, em Substrato geológico xistoso. O acesso faz-se através da estrada asfaltada que liga Benquerença ao Vale da Serrinha, seguida de caminho em terra batida para noroeste.

Manchas de dispersão de materiais de construção de época romana (*tegulae* e *imbrix* sobre os solos) na encosta e sobre o cabeço mais elevado. Inclui ainda material lítico pré-histórico tendo sido recolhida uma lâmina retocada e truncada em sílex (secção mesial). A atividade agrícola pode lesar eventuais vestígios estruturais.

Fonte: município de Penamacor, Silvina Silvério.



ARMAS DO VALE DA SENHORA DA PÓVOA

Em cima, estandarte para cerimónias oficiais
A meio, bandeira para edifícios.
Embaixo, as armas: escudo de ouro, uma mó de vermelho vazia do campo; em chefe, flor-de-lis de azul entre dois gládios de negro, postos em pala; em campanha, vale de verde, movente da ponta e dos flancos. Coroa mural de prata de três torres. Listel branco, com a legenda a negro: «VALE da SENHORA da PÓVOA».



ALGUMAS OBRAS DO MÉDICO JOSÉ LOPES DIAS

Da Higiene da Primeira Infância; Tuberculose Pulmonar no Distrito de Castelo Branco; Pelos tuberculosos de Castelo Branco; Um Serviço Social de Puericultura; Em redor do Serviço Social; Breves considerações sobre a Tuberculose em Sanidade Escolar; As criancinhas portuguesas na política da Assistência; La protection de L'enfant à Ia campagne; Misericórdias e Hospitais da Beira Baixa; Apontamentos de Higiene das Escolas Primárias; Relatórios do Dispensário de Puericultura Dr. Alfredo Mota; Amato Lusitano - dr. João Rodrigues da Castelo Branco; Elementos da História da Protecção aos Estudantes na Idade Média e no séc.XVI; A Confraria da Caridade dos Estudantes; O Primeiro Médico Escolar; Terapêutica de Amato Lusitano; Cantigas Populares da Beira Baixa, lidas e ouvidas por um médico; Organização e Técnica da Assistência Rural; Lições de Serviço Social; As Albergarias Antigas da Beira Baixa; Medicina da “Suma Orientar de Tomé Pires; Hidrologia Médica do Distrito de Castelo Branco; Ensaio de Combate à Mortalidade Infantil em Castelo Branco; Ensaio do Dr. L G. Leibowitz sobre Amato Lusitano; Duas Cartas de Ricardo Jorge a Menendez y Pelayo sobre ‘La Celestina’; Epidemia de Salmonelose Typhimurium; Abreugrafia dm Saúde Pública, de colaboração com o Dr. Manuel Lopes Louro; Estudantes da Universidade de Coimbra naturais de Castelo Branco; Enfermagem, Saúde, Assistência Rural; Um Médico Esquecido: o Dr. José António Mourão, Fundador da Biblioteca Municipal de Castelo Branco; Homenagem ao Dr. João Rodrigues de Castelo Branco; Manuel Joaquim Henriques de Paiva, Médico e Polígrafo luso-brasileiro; Tavares Proença Júnior, Fundador do Museu Regional de Castelo Branco; Dois documentos inéditos sobre o poeta João Roiz de Castelo Branco; Um centenário esquecido – o conselheiro Jacinto Cândido; A Misericórdia de Castelo Branco - apontamentos históricos; Duas Cartas Inéditas do Dr. José Henriques Ferreira, Comissário do Físico-mor e Médico do Vice-Rei do Brasil, a Ribeiro Sanches;

TEMAS GRAVADOS POR ANTÓNIO LOPES DIAS

- Amor de Estudante (Dizem que o amor de estudante).
- Fado do 5º ano Médico de 1926 (Vida, que és o dia de hoje).
- O Meu Menino (O meu menino é d’oiro).
- Fado das Penumbras (À noite tudo comunga).
- Um Fado de Coimbra (Ês linda mas ... foras feia).
- Um Fado Triste (Assim chego a teus pés).
- Fado Antigo (Saudades d’amor quem há-de).
- Fado da Vida (Ao morrer os olhos dizem).
- Fado da Sé Velha (Aquele moça de aldeia).
- Fado de Santa Cruz (Igreja de Santa Cruz).
- Fado de Santa Clara (Eu ouvi de Santa Clara).
- Fado das Andorinhas (Por que meus olhos se apartem).

CANCIONEIRO

Nossa Senhora da Póvoa, Onde ficais situada? - Num desvão da Serra d’ Opa, Numa casa caleada	Nossa Senhora da Póvoa, Que dais a quem vos vai ver? - Dou água da minha fonte A quem a quiser beber.	Nossa Senhora da Póvoa, Mandai sol, que quer chover. Que se molham os vestidos Da gente que vos vai ver.
Nossa Senhora da Póvoa, A vossa capela cheira, Cheira a cravo cheira a rosa, Cheira a flor de laranjeira.	Nossa Senhora da Póvoa, Minha rosa encarnada, Para lá do Alentejo Chega a vossa nomeada	Nossa Senhora da Póvoa, - Olhai o que diz o mundo!- Que detrás do Vosso altar Está um poço “de sem” fundo.
Nossa Senhora da Póvoa, Já cá vamos à Meimoa. Que terá o vosso sino, Que o vosso sino não toa?	Nossa Senhora da Póvoa, Bem me podeis perdoar Venho à vossa romaria Só para cantar e bailar	Nossa Senhora da Póvoa, Tem uma bolsa à janela Para pagar ao pintor Que lhe pintou a capela.
Nossa Senhora da Póvoa, Eu pró ano não prometo, Que me morreu o amor Ando vestida de preto.	Nossa Senhora da Póvoa, Onde vai que vai de lenço? - Vou fazer uma visita Á Senhora do Incenso.	Nossa Senhora da Póvoa, Minha rosa em botão, Alumiai-me Senhora Quando já for no caixão.
Nossa Senhora da Póvoa, Quem vos varreu o terreiro? - Foi o ranchinho d’Aldeia Com raminho de Loureiro.	Nossa Senhora da Póvoa, Hei-de lá ir, - se lá for, - Ou a pé ou a cavalo Ou nos braços do amor	Nossa Senhora da Póvoa, Vosso pomar tem leitugas. Mandai-o regar, Senhora Pelas solteiras e viúvas.
Nossa Senhora da Póvoa, Já cá vamos ao cabeça. Abri-me as portas Senhora Que vos quero rezar o terço.	Nossa Senhora da Póvoa, Tem um galo no andor. Cada vez que o galo canta, Acorda Nosso Senhor.	Nossa Senhora da Póvoa, Eu pró ano lá hei-de ir, Casadinha ou solteira Ou criada de servir.
Nossa Senhora da Póvoa, Meu goivinho amarelo, Dai-me um amor solteirinho Que eu viúvo não o quero.	Nossa Senhora da Póvoa, Vizinha de Vale de Lobo. Bem podíeis Vós Senhora Vir já para o nosso povo.	Ai, Nossa Senhora da Póvoa! Ai, viva a Velha, viva a Nova!

BIBLIOGRAFIA

ALARCÃO, Jorge de, *Roman Portugal*, Vol. 2, fasc. 1, Porto/Warminster,1988.

ALARCÃO, Jorge de, *Notas de arqueologia, epigrafia e toponímia – VII*, Revista portuguesa de Arqueologia – volume 18 | 2015 | pp. 147–.

ALBERTOS FIRMAT, M. L. e BENTO, M. P. (1977) - *Testemunhos da ocupação romana na região de Meimoa (Beira Baixa)*. Crónica del 14º Congreso Nacional de Arqueologia, Victoria, 1975.

ALMEIDA, F., *Mais Divindades Lusitanas do Grupo Band*. Revista da Faculdade de Letras de Lisboa, III série, n.º 9, 1965.

ALMEIDA, J., *Roteiro dos Monumentos Militares Portugueses*, vol. 1, Lisboa, 1945.

BATISTA, J., *Subsídios para a Carta Arqueológica do Concelho de Penamacor até ao domínio romano*, Actas e Memórias do 1.º Colóquio de Arqueologia e História do Concelho de Penamacor. Penamacor, 1982.

BENTO, Manuel Pires, *À luz da Estrela*, Ed. de autor, Lisboa,1940.

BENTO, Mário, *Escavações Arqueológicas Romanas da Meimoa (Beira Baixa)*, Estudos de Castelo Branco, Nova Série, n.º 3. Castelo Branco, 1978.

BENTO, Mário, *Memorial histórico e monumental, I Colóquio de Arqueologia e História do Concelho de Penamacor*. Ed. Da Câmara Municipal de Penamacor, 1979.

BORGES, Augusto Moutinho, *Novos dados sobre o Real Hospital Militar de S. João de Deus na Praça de Penamacor*, MEDICINA NA BEIRA INTERIOR DA PRÉ-HISTÓRIA AO SÉCULO XX, Cadernos de cultura, novembro, 2006.

Bracara Augusta, Actas do congresso histórico do Portugal medievo, Volume 14, Câmara Municipal de Braga, 1963

BRANDÃO, D. P., *Ara a Júpiter encontrada em Meimão (Penamacor)*, Humanitas. 9-10, Coimbra, 1957.

BRANDÃO, D. P. e PEREIRA, J. M., *Ara dedicada a Júpiter do Vale da Senhora da Póvoa – Penamacor*, Studium Generale. 9 (1) Porto, 1962.

CABANAS, António, *Comenda da Meimoa da Ordem de Avis*, C. M. Penamacor, 2009.

CABANAS, António e MENDES, Laurinda, *Cronologia da história de Penamacor 715-1974*, policopiado, C. M. Penamacor, 2009.

CABANAS, António, *Eh! Madeiro! - Símbolos e tradições de Natal*, Artemágica, Lisboa, 2008.

CABANAS, António, *Meimoa de ontem e de hoje*, Artemágica, Lisboa, 2007.

CALAMOTE, Vitor, *O desnivelamento entre a superfície da Meseta e as superfícies abatidas da Beira Baixa, Compreensão geomorfológica da sua evolução*, Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras, Coimbra, 2011.

CANINAS, J. *et alli, Estruturas monticulares antigas na fronteira sul do concelho do Sabugal. Sabucale*. 1. Revista do Museu do Sabugal, 2009.

CARVALHO, P., *Cova da Beira. Ocupação e exploração do território na época romana*. Conimbriga / Anexos 4. Fundão, 2007.

CARVALHO DA COSTA, Padre António, *Corografia Portuguesa descrição topográfica do famoso reino e Portugal*, Tomo II, 1868

CLEMENTE, D. Manuel, *Igreja e Sociedade Portuguesa Do Liberalismo à República*, Porto, Assírio & Alvim, 2012

CORREIA, J. M., *Celestina*, CM Sabugal, Sabugal, 2008.

CORREIA, J. M. - *Memórias sobre o Concelho do Sabugal: Terras de Ribacôa*. Lisboa: Federação dos Municípios da Beira Serra, 1946.

CÔRTE-REAL, A., FRADE, H., *Arrochela* 1985. *Relatório*, Serviço Regional de Arqueologia da Zona Centro, I.P.P.C, Coimbra, 1985.

CÔRTE-REAL. A., *Intervenção Arqueológica no Alto do Lameirão, Meimoa – Penamacor. Primeira Abordagem. Relatório*. I.P.P.A.R., 1992.

COSTA, américo, *Dicionário Corográfico de Portugal continental e Insular*, 1940.

CRISTOVÃO, José () - *O povoamento romano da bacia do curso médio da Ribeira da Meimoa*, Trabalho académico policopiado, Coimbra: Universidade de Coimbra, 1992

CURADO, F., *Epigrafia das Beiras*. Conimbriga. vol. XVIII, 1979.

CURADO, F., *Epigrafia Latina do concelho de Penamacor – Novos documentos* Reconquista, N.º 3045, Castelo Branco, 2004.

DIAS, Jaime Lopes, *Contos e Lendas da Beira*, Coimbra, Alma Azul, 2002.

DIAS, Jaime Lopes, *Etnografia da Beira*, Vol. I a XII, C.M. Idanha- a-Nova, 1944.

DIAS, Jaime Lopes, *José Lopes Dias, educador e benemérito*, Lisboa, 1950.

FERRO, Ausenda Sara Mourato, *Levantamento arqueológico do concelho de Penamacor*, Penamacor, 2013.

GODINHO, César, *Aos kagados da Bemquerença*, Covilhã, 1913.

GOMES, M.V. e MONTEIRO,J.P. (1977) – Las estelas decoradas do Pomar (Beja – Portugal). Estudio comparado. *Trabajos de prehistoria*. 34. Pp. 165-204.

Grande Enciclopédia Portuguesa e brasileira, vol. XV

GUERRA, Amilcar, *Sobre o território e a sede dos Lancienses (Opidani e Transcudani) e outras questões conexas*, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, “Conimbriga” XLVI, 2007.

HENRIQUES, José, *Roteiro Artístico de Penamacor. Memorial Histórico e Monumental dos Concelhos de Castelo Branco, Belmonte, Idanha-a-Nova e Penamacor*. Castelo Branco, 1979.

LANDEIRO, José Manuel, *O Concelho de Penamacor na História na Tradição e na Lenda*. Famalicão, 1938.

LANDEIRO, J. M., *A Diocese da Guarda; O Arciprestado de Penamacor*, Famalicão, 1940.

LANDEIRO, J. M., *O Tesouro Funerário da Lameira-Larga (Época Luso-Romana de Aldeia do Bispo)*, *Estudos de Castelo Branco*. N.º 18. Castelo Branco,1965.

LANDEIRO, J. M. (1966) – *Aldeia do Bispo (Breve resenha monográfica)*.

LEITE, Joaquim da Assunção, *A romaria do Cabeço*, CM Vila Flor, Vila Flor, 2011.

LEMOS, F.S. e REI, L., *Mineração antiga na Serra da Malcata (Beira Interior), Beira Interior História e Património. Actas das 1.ªs Jornadas de Património da Beira Interior*, Câmara Municipal da Guarda, 2000.

LOPES DIAS, Jaime, *José Lopes Dias, homenagem de seus filhos*, Lisboa, 1950.

MONTEMOR, Nuno de, *Maria Mim*, CM Sabugal, 2003.

MOZOTA, Francisco Burillo, *Oppida y “ciudades estado” celtibéricos*, Complutum, 2011, Vol. 22.

OLIVEIRA, A.C., *O Povoado Pré-histórico do Cabeço da Malhoeira (Benquerença – Penamacor)*, *Actas do Colóquio A Pré-história da Beira Interior. Estudos Pré-históricos*, Vo. VI. 1998.

OSÓRIO, M., *Contributos para o estudo do I Milénio a.C. no Alto Côa, Lusitanos e Romanos no Nordeste da Lusitânia*, *Actas das 2.ªs Jornadas de Património da Beira Interior*. Guarda, 2005.

PINHARANDA GOMES, Josué, *História da Diocese da Guarda*, Editora Pax, Braga, 1981

RANGEL, Luis Berrocal, *Oppida y castros de la Beturia Céltica*, Complutum, ISSN 1131-6993 N° Extra 4, 1994

RODRIGUES, A. V., *Novos elementos para o estudo da Idade do Bronze. A Estela de Meimão, Studium Generale*. V. Centro de Estudos Humanísticos. Porto,1958.

ROLINHO PIRES, Célio, *O país das pedras*, ed. Autor, 2000.

ROLINHO PIRES, Célio, *Os Cabeços das Maias*, ed. Autor, 1995.

SAA, Mário, *As Grandes vias da Lusitânia*, Vol. 3. Lisboa,1963.

SAA, Mário, *As Grandes vias da Lusitânia: o itinerário de António Pio*. Vol. 5. Sociedade Astória, Lisboa,1964.

SÁNCHEZ-PALENCIA, F Javier, et all, *Investigación y valoración de las zonas mineras y civitates del NE de Portugal*, (MINCINEP), Memoria, Madrid, 2012

SÁNCHEZ-PALENCIA, F. J e PÉREZ GARCIA, L. C., *Minería romana de oro en las cuencas de los ríos Erges / Erjas y Bazágueda (Lusitânia): la zona minera de Penamacor-Meimoa*. Madrid, 2005

SANTOS, Maria João, *Lusitanos y Vettones en la Beira Interior portuguesa: La cuestión étnica en la encrucijada de la arqueología y los textos clásicos*, , in *Lusitanos y vettones: los pueblos prerromanos en la actual demarcación Beira Baixa, Alto Alentejo, Cáceres*/coord. J. Sanabria Marcos, Instituto Arqueológico Alemán de Madrid, 2009.

SEREN, Maria do Carmo, *Pedras Montes e Proteções: A Religião no Norte pré-cristão*, publicado online.

SILVA, Célia Maria Taborda, *Reflexos do Liberalismo no Mosteiro de Salzedas*, Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Biblioteca Digital.

SILVÉRIO, S. e PAIVA, D. (2007) – *Escavações arqueológicas no Vale da Canadinha. Sítio do Atalho – Meimoa. Catálogo da Exposição*. Museu Mário Bento, Arqueonova, Câmara Municipal de Penamacor.

VASCONCELOS, J. *Leite Religiões da Lusitânia de de Vasconcelos. Fontes Epigráficas*. Lisboa.

VAZ, J. L. (1982) – Subsídios para o estudo da Romanização na região do Fundão. *O Mundo da Arte* . 2. Janeiro . Pp. 2-7.

VICENTE, Maria da Graça, *Covilhã medieval o espaço e as gentes (séc. XII a XV)*, Colibri, Lisboa, 2012.

VICENTE, Maria da Graça, *Entre Zêzere e Tejo Propriedade e Povoamento (séculos XII- XIV)*, Universidade de Lisboa, FL, 2013, pag. 20

VILAÇA, R. (1989) – *O povoado pré-histórico do Ramalhão (Penamacor). Resultados das escavações de 1988-1989*. Conimbriga. XXVIII. Pp- 5-32.

VILAÇA, R. (1997) – *Uma nova leitura para o Monte do Frade (Penamacor)*. Conimbriga, XXXVI. Pp. 22-44.

VILAÇA, R. – *A Proto-História do concelho do Sabugal, in in Museu do Sabugal: Colecção Arqueológica, Sabugal*, Ed. Pró-Raia

SÍTES CONSULTADOS:

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes

<http://www.slideshare.net/MuseodeCceres/lusitanos-y-vetones-9454694>

<http://Senhorapovoa.com.sapo.pt/>

<http://guitarradecoimbra4.blogspot.pt/2013/03/antonio-lopes-dias.html>

<http://banhosquentes.blogs.sapo.pt/>

IANTT – Núcleo Antigo, n.º 398 (antiga cota, Forais Antigos, M. 6, n.º 4), fls. 41-43v, cópia do século XV. (Foral da Guarda)

IANTT: Livro Branco do Cabido da Sé de Coimbra – fls 43, 44 vº

IAN/TT, *Beira*, livro 1, fl. 44, 44v.

Espólio Padre Domingos Chorão

Livro penteado, 1817

Livro Bragança de Inventários, 1823

Livro Silva de receita e despesa, 1823

Livro de compromissos, 1843 a 1914

Livro Leitão, 1843

Livro Cunha, 1875

Livro Carrondo, 1887

Livro Carrondo de eleições, 1898

Livro Pires Cunha, 1899

Livro Roballo de arremataçõe I, 1907

Livro Roballo de actas I, 1912

Livro Roballo de receita e despesa I, 1916

Livro Roballo de arrematações II, 1917

Livro Roballo de actas II, 1926

Livro Roballo de receita despesa II, 1929

Livro Prêsa, 1936

Livro Prêsa de arrematações, 1936

Correspondência diversa e outros documentos

Espólio da Família Lopes Dias

(Vários documentos, fotos, livros e correspondência, na casa de Vale da Senhora da Póvoa)

Livros da Junta de Freguesia

Livros de atas da Câmara Municipal

Na linha de anteriores obras, este novo livro explora as causas regionais que há muito atormentam o autor. Resgatando memórias de uma aldeia beirã e da sua famosa romaria, procura interpretar as perplexidades do mundo rural, as suas vicissitudes, o que ele foi e o que é hoje. São as multidões que povoavam os eventos do século passado, retratados em fotos a preto e branco, que se contrapõem às ruas desertas do presente. São regiões e terras subalternizadas pela voragem da globalização que tentam resistir à erosão ditada pela concentração neoliberal das grandes cidades. É a perenidade da memória cultural apresentada como garantia do futuro dos territórios.

A sua visão de sociólogo atento aos fenómenos sociais não o impede de nos apresentar também com uma abordagem histórica das relações entre o estado e a igreja dos últimos dois séculos. Através da vida da Confraria da Senhora da Póvoa, das suas eleições, contas e inventários, sujeitos à vigilância e escrutínio apertado dos poderes públicos, o autor conta-nos uma parcela da história regional que é, afinal, parte da história do país.

